



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha

Dissertação de Mestrado

Vanda Sofia Lopes da Costa

Orientado por Doutor Luís Mota Figueira – Instituto Politécnico de Tomar

Dissertação apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural

Tomar/ novembro/ 2019



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Vanda Sofia Lopes da Costa

**CENTROS DE INTERPRETAÇÃO E TURISMO
CULTURAL: O CITA DE VILA NOVA DA
BARQUINHA**

Dissertação de Mestrado

Orientado por:

Doutor Luís Mota Figueira – Instituto Politécnico de Tomar

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural

Ao meu *alter ego*,
que tantas vezes me faz duvidar,
como prova de resiliência.

RESUMO

A recente evolução do turismo em Portugal é uma realidade incontornável, para a qual contribuíram fatores extrínsecos ao território e intrínsecos, nomeadamente a existência de uma herança patrimonial distinta. O património cultural, como forte fator de atratividade para o país, exige interpretação patrimonial que, nesse contexto, se considera um dos principais *leitmotiv* da diferenciação da experiência turística. Esta estratégia é atestada pela criação de espaços dedicados à interpretação e disseminação do património cultural, que se multiplicaram nos últimos anos.

Com o presente trabalho de investigação, pretende-se identificar o papel dos Centros de Interpretação no Turismo Cultural, os seus métodos de dinamização e, na sequência dessa pesquisa, contribuir com uma proposta de programação turística integrada na realidade regional e, aplicável ao Centro de Interpretação Templário Almourol (CITA) de Vila Nova da Barquinha. Concertar a aplicação deste estudo à luz de outros equipamentos similares existentes, é também outro objetivo.

A recolha de evidências empíricas ajusta-se como componente quantitativa do estudo, e com a revisão da literatura concretizada, cuja estrutura se encontra cruzada e delineada, no sentido de apresentar conteúdos e resultados, nomeadamente, sobre as Políticas públicas do Turismo, a evolução histórica e concetual deste e, sobre a Interpretação Patrimonial. A importância do enquadramento deste estudo nas áreas anteriormente definidas, valida a enumeração de estratégias de interpretação e dinamização orientadas à melhoria contínua do CITA, na sua componente turístico-cultural.

Palavras-chave: Turismo; Centros de Interpretação; Políticas Públicas; Património; Promoção.

ABSTRACT

The recent evolution of tourism in Portugal is an inevitable reality, to which contributed many factors, especially the existence of a different tradition. Cultural heritage is a strong factor appealing for the country because it requires inheritance, which in this context, considers it one of the main *leitmotif* for the visitor experience. This strategy involves the creation of spaces, some dedicated to the interpretation and promotion of cultural heritage, which have grown in recent years.

It is our intention to develop a research whose main objectives are: identify the importance of the Interpretation Centres in Cultural Tourism; their methods of promotion; discover and connect other similar equipment. Succeeded to this research it is our purpose to present a proposal for a tourism program, which will be integrated in the regional reality and applicable to the Centro de Interpretação Templário Almourol (CITA) from the village of Vila Nova da Barquinha.

The methodology used to collect the empirical evidence suits as a quantitative research of the study, along with the qualitative data collection, and literature review, whose structure is crossed and outlined in order to present contents and results, namely, about the Public Tourism Policies, the historical evolution of Tourism and its conceptual basis, and about Heritage Interpretation. The importance of framing this study in the previously defined areas justify the enumeration of strategies of heritage interpretation and dynamization, concern to the continuous improvement of CITA, in its tourist-cultural component.

Keywords: Tourism; Interpretation Centre; Public policy; Heritage; Promotion.

AGRADECIMENTOS

Consciente de que esta investigação resulta do período total deste ciclo de estudos, os votos de gratidão a fazer, incluem etapas temporais diversas, mas essenciais neste processo.

Primeiramente, deixo o meu sincero agradecimento ao Doutor Luís Mota Figueira pelo apoio, exigência e rigor exigidos nesta orientação e sobretudo, deixo uma palavra de sincera admiração pela sua competente capacidade de trabalho, árduo, e constante atualização.

Ainda no âmbito académico, aos colegas Sérgio e Sandra, o meu agradecimento pelo apoio que proporcionaram nesta Viagem, bem como aos docentes deste ciclo de estudos.

Um agradecimento especial é devido ao Dr. Fernando Freire, por ser o meu “Orientador” neste Caminho pela Administração Local, e pela disponibilidade total em partilhar as informações necessárias para a investigação. Sem este forte apoio, este estudo não teria sido concretizado com tamanho sucesso. Sincera gratidão.

À D. Lurdes e ao Sr. Alexandre, jamais poderia faltar o meu mais profundo voto de gratidão: são os melhores Padrinhos que a Vida me ofereceu, e sem o vosso apoio este percurso não teria sido possível. A minha Gratidão para convosco é sincera e permanente.

O meu agradecimento é também devido a todos os que contribuíram para a árdua tarefa da recolha de dados, nomeadamente, às colegas do CITA, Evelina e Dulce, Vereadora Marina Honório, Mestre João P. Coelho, Dr. João Mareco, Nuno Simões, Mário Macedo, Marília Aquino, e a todos os demais que neste processo despenderam do seu tempo.

Aos colegas do CIEC agradeço pela compreensão e apoio demonstrados, em especial aos mais antigos, e uma palavra em particular para o Pedro, pela amizade “extracurricular” e por me acolher no seio da sua família. E porque os amigos são a família que eu escolhi, à Joana deixo a minha palavra de apreço, pela sincera amizade e apoio nos momentos de dificuldade; à Ângela, por se regozijar com as minhas conquistas; e à Leonor, por me oferecer um motivo maior para o meu investimento formativo: ser madrinha de um menino tão especial como o Pedro, motiva-me diariamente a ser uma melhor pessoa.

Ao Bruno, companheiro do Caminho, agradeço pela componente empírica que me incentivou a aplicar neste trabalho e por me ensinar a olhar Vida com positividade. Gratidão.

À Patrícia, pela colaboração, extremamente importante nesta reta final, e à Ana Butt, cujo contributo foi de valor inestimável para este trabalho. Tal como o é a tua amizade.

Ao Rui Constantino por acreditar e apoiar as minhas conquistas, mas sobretudo, por partilhar comigo a crença de que, o Tesouro maior reside na aquisição do Conhecimento.

À Mãe Isabel e Avó Gracinda, *in memoriam*, deixo o meu supremo reconhecimento por me terem ensinado que a formação académica se valida com a devida formação pessoal, com o Respeito pelo outro, a Empatia, o Amor e a Verdade.

ÍNDICE

RESUMO

ABSTRACT

AGRADECIMENTOS

ÍNDICE DE FIGURAS V

ÍNDICE DE TABELAS VI

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS VII

INTRODUÇÃO 1

METODOLOGIA..... 2

CAPÍTULO I 8

1. Turismo e Políticas públicas em Portugal: breve revisão..... 8

1.1. Introdução 8

1.2. O papel do Estado no Turismo 8

1.3. Políticas do Turismo: do século XX ao XXI 11

1.4. Síntese..... 18

CAPÍTULO II..... 19

2. Turismo Cultural e Interpretação Patrimonial: enquadramento concetual e teórico 19

2.1. Introdução 19

2.2. Turismo 19

2.2.1. Revisão da evolução histórica do Turismo..... 21

2.2.2. Definição de Turismo e sua aplicação 23

2.2.3. Turismo Cultural 26

2.2.4. Recursos e Produtos turísticos 29

2.2.5. O Panorama Português 30

2.3.	A Interpretação Patrimonial	33
2.3.1.	A Interpretação e o Património.....	35
2.3.2.	A segmentação de públicos na interpretação patrimonial	37
2.3.3.	Principais Meios e Técnicas Interpretativas	39
2.3.4.	A Oferta Cultural como Atração Turística	40
2.4.	Síntese.....	41
CAPÍTULO III		42
3.	Os Centros de Interpretação	42
3.1.	Introdução	42
3.2.	Definição dos Centros de Interpretação	43
3.3.	Análise SWOT	48
3.4.	Enquadramento legal	51
3.5.	Centros de Interpretação vs Museus	52
3.6.	CI enquanto espaço museológico.....	54
3.7.	Da tradicional à nova museologia: reflexão histórica.....	56
3.8.	Funções dos Centros de Interpretação	58
3.9.	Estudos comparativos	60
3.9.1.	Centro de Interpretação das Linhas de Torres Sobral de Monte Agraço.....	61
3.9.2.	Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota – CIBA.....	66
3.10.	Centros de Interpretação em Portugal	71
3.10.1.	Região Norte.....	72
3.10.2.	Região Centro	74
3.10.3.	Área Metropolitana de Lisboa	76
3.10.4.	Região do Alentejo	76
3.10.5.	Região do Algarve	78
3.10.6.	Arquipélagos da Madeira e dos Açores	78

3.11. Síntese	80
CAPÍTULO IV.....	81
4. CENTRO INTERPRETAÇÃO TEMPLÁRIO ALMOUROL	81
4.1. Introdução	81
4.2. Enquadramento territorial	81
4.3. Análise SWOT	85
4.4. Enquadramento legal	86
4.5. Caraterização	90
4.6. Visão, Missão e Valores	91
4.7. Programação	91
4.8. Síntese	93
CAPÍTULO V	94
5. RESULTADOS E PROPOSTAS DE BASE C.I.T.A.	94
5.1. Introdução	94
5.2. A Investigação	94
5.3. O inquérito por questionário	97
5.4. A entrevista	105
5.4.1. Aos <i>stakeholders</i> locais	105
5.4.2. Aos <i>stakeholders</i> externos	108
5.5. Trabalho de campo.....	110
5.6. Propostas.....	111
5.6.1. Proposta de leitura sobre o CITA	112
5.6.2. Proposta de programação para o CITA	112
5.6.3. O CITA e o Turismo Militar.....	115
5.7. Síntese	117
CONCLUSÃO.....	118

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	130
Anexo I - The Nara Document On Authenticity (1994)	131
Anexo II – Centro de Interpretação em PT NUT II: Norte	134
Anexo III – Centro de Interpretação em PT Nut II: Centro	136
Anexo IV – Centro de Interpretação em PT NUT II: Lisboa.....	139
Anexo V – Centros de Interpretação em PT NUT II: Alentejo	140
Anexo VI – Centro de Interpretação em PT NUT II: Algarve.....	142
Anexo VII – Centro de Interpretação em PT NUT II: Açores e Madeira.....	143
Anexo VIII – Apresentação “O Turismo Militar: Conteúdos e Experiências na Roteirização – O Caso do CITA de Vila Nova da Barquinha	144
Anexo IX – Inquérito por Questionário - QR Code.....	153
Anexo X – Inquérito por Questionário: implementação <i>in situ</i>	154
Anexo XI – Inquérito por Questionário: Visita ao CITA	156
Anexo XII – Inquérito por Questionário: Resumo das respostas	160
Anexo XIII – Inquiry for academic research: visit to CITA.....	170
Anexo XIV – Guião de Entrevista aos <i>stakeholders</i> locais	174
Anexo XV – Entrevistas aos <i>stakeholders</i> locais - respostas	179
Anexo XVI – Guião Entrevista aos <i>stakeholder</i> externos – entidades intermunicipais	196
Anexo XVII – Guião de Entrevista aos <i>stakeholder</i> externos – funções de administração em equipamentos similares	200
Anexo XVIII –Entrevistas aos <i>stakeholders</i> externos - respostas	204
Anexo XIX – Participação no ETM2019	206
Anexo XX – Matriz Experimental de Notoriedade Digital	214

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - esquema da metodologia de investigação adotada.	4
Figura 2 - 1º cartaz de promoção turística do país, divulgado pela SPP, 1907.	31
Figura 3 - A segmentação da apresentação-interpretação patrimonial.	38
Figura 4- Função de intermediação dos Centros de Interpretação.	47
Figura 5 – Centro Interpretação das Linhas de Torres – Sobral Monte Agraço.	62
Figura 6 - Folheto sobre o percurso pedestre GR Linhas de Torres.	65
Figura 7 – Centro Interpretação da Batalha de Aljubarrota, em Porto Mós.	67
Figura 8 - Mapa das divisões administrativas NUT II de Portugal.	71
Figura 9 - Gráfico da distribuição dos CI nas sub-regiões da NUT II Norte.	73
Figura 10 - Gráfico da distribuição dos CI nas sub-regiões da NUT II Centro.	75
Figura 11 - Gráfico da distribuição dos CI nas sub-regiões da NUT II Alentejo.	77
Figura 12 - Concelho de Vila Nova da Barquinha.	82
Figura 13 - Alinhamento estratégico do CITA e seu enquadramento.	87
Figura 14 – Configuração base do CITA.	90
Figura 15 - I Conferência Internacional Ordem do Templo no CITA.	93
Figura 16 – Objetivos da Agenda FCT a que esta investigação responde.	96
Figura 17 - Códigos QR (utilizadores em smartphone) e tablet (resposta <i>in situ</i>).	98
Figura 18 - Gráfico relativo à motivação em que ocorre a visita ao CITA.	99
Figura 19 - Gráfico relativo ao método de conhecimento sobre o CITA.	100
Figura 20 - gráfico relativo à satisfação dos visitantes CITA (questão n.º 3)	101
Figura 21 - Gráfico da atribuição de valor à Administração Pública no Turismo, segundo os <i>stakeholders</i> locais.	108
Figura 22 – Programa turístico-cultural <i>INCITA</i> – proposta com base no trabalho investigativo.	115
Figura 23 – Esquema dos recursos endógenos aos exógenos.	115
Figura 24 – Proposta de roteirização em Turismo Militar, de base altimétrica.	116
Figura 25 - Montagem alusiva à proposta de visita turística, partilhada entre Centros de Interpretação.	117

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das principais medidas políticas no âmbito do Turismo, em Portugal, 1900-2019.....	15
Tabela 2 - Do conceito de viagem ao conceito de Turismo.	20
Tabela 3 -Principais conceitos definidos pelo ICOMOS, na Carta para a Interpretação e Apresentação de sítios de Património Cultural.....	36
Tabela 4 – Síntese dos conceitos de “Centro de Interpretação”.	45
Tabela 5 - Análise SWOT dos CI, com base nos autores da revisão bibliográfica.	49
Tabela 6 – Tabela comparativa das funções dos CI, de acordo com os autores da revisão bibliográfica.....	58
Tabela 7 – Matriz Experimental: eixos estratégicos do CILT - Sobral de Monte Agraço..	64
Tabela 8 - Matriz Experimental: eixos estratégicos do CIBA.....	68
Tabela 9 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação" NUT II - Norte.....	73
Tabela 10 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Centro.	75
Tabela 11 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Lisboa.	76
Tabela 12 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Alentejo.	77
Tabela 13 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Algarve.	78
Tabela 14 - Equipamentos com a designação "Centro de Interpretação", na NUT II - Arquipélagos dos Açores e Madeira.....	79
Tabela 15 - Análise SWOT de V. N. B.	86
Tabela 16 - Cadeia de valor turístico-cultural de VNB.	89
Tabela 17 - Questionário de visita ao CITA: síntese das respostas no âmbito de identificação do perfil do visitante CITA.....	103
Tabela 18 - Matriz de seleção dos entrevistados.	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAC – Centro de Estudos de Arte Contemporânea

CI – Centro de Interpretação

CIAAR – Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo

CIBA - Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

CILT – Centro de Interpretação das Linhas de Torres

CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CITA – Centro de Interpretação Templário de Almourol

CMVNB – Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

ET2027 – Estratégia Turismo 2027

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICOM-PT - Conselho Internacional de Museus – Portugal

IP – Interpretação Patrimonial

IPT – Instituto Politécnico de Tomar

PECA – Parque Escultura Contemporânea Almourol

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

QREN – Quadro de Referência de Estratégia Nacional

RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

TC – Turismo Cultural

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

VNB – Vila Nova da Barquinha

INTRODUÇÃO

No panorama atual, quer seja de nível regional, nacional ou global, a atividade turística é concretamente resultado de um setor em expansão. Os dados estatísticos são deste cenário representativo, e numa análise de característica mais empírica, o fenómeno é igualmente percecionado. No seio das atividades, recursos e atrativos que motivam a deslocação de indivíduos, para fora da sua área de residência, um dos principais estímulos refere-se ao Património e aos valores culturais, e consequentemente ao Turismo Cultural, este, que será um dos principais enfoques da presente investigação.

É no âmbito do Turismo Cultural e do Património Cultural, considerado forte fator de atratividade para os territórios, que nos debruçaremos sobre a metodologia de Interpretação Patrimonial que, nesse contexto, se considera um dos principais *leitmotiv* da diferenciação da experiência turística. A pertinência desta atividade interpretativa é atestada pela criação de espaços dedicados à interpretação e à disseminação do património cultural, que se multiplicaram nos últimos anos, nomeadamente no cenário nacional.

Com o presente trabalho de investigação, pretende-se identificar o papel dos Centros de Interpretação no Turismo Cultural, estudar e descrever a realidade destes, particularmente, métodos de implementação e de dinamização e, na sequência dessa pesquisa, contribuir com uma proposta de programação turística-cultural integrada na realidade regional e aplicável ao Centro de Interpretação Templário de Almourol (CITA) de Vila Nova da Barquinha. A concertação deste estudo à luz de outros equipamentos similares, também se constitui uma das nossas preocupações. Para além disso, é nosso intento contribuir para o enriquecimento de estratégias de Interpretação Patrimonial para equipamentos turísticos, através da estruturação e proposta de um modelo de programação interpretativo, tao pertinente para o CITA, como extensivo a outros equipamentos desta tipologia.

METODOLOGIA

Considerando que o estabelecimento de um dado processo metodológico para a concretização de uma investigação é de significativa importância para a sua estruturação e compreensão, atentamos que não menos o é o da fundamentação da investigação em Ciências Sociais, neste caso, em Turismo. Este subsector económico, não só requer um estudo contínuo visto ser um setor em constante mudança (a par do que acontece com as próprias sociedades), bem como apresenta características de multidisciplinaridade que lhe são inatas. Na atividade turística, confluem múltiplas disciplinas e os limites entre elas são ténues mas, a contribuição de acréscimo de valor ao conhecimento já disponível, assim reunido, permite a constituição, afirmação e desenvolvimento de um corpo de conhecimento científico sobre o Turismo (Mira & Ramos, 2013).

Neste sentido, da produção de Conhecimento, esta dissertação constituiu-se em torno de uma pergunta de partida gerada como identificação de um problema: este decorre da constatação de que um equipamento cultural precisa de ser contextualizado no seu espaço de influência. Nesta visão, impõe-se aos promotores e gestores destes equipamentos uma questão recorrente: “como maximizar o investimento?”. É nesta atmosfera de gestão cultural que, por sua vez, se poderá colocar a especificidade contida tematicamente neste estudo. Desta forma, surge a pergunta de partida sobre a qual nos debruçamos: “Como será elaborada a melhor proposta de visitação turística com o objetivo de potenciar o Centro de Interpretação Templário Almourol?”. A partir desta interrogação, estruturou-se a presente investigação assente em duas estratégias metodológicas, cruzadas entre si: aferição do “estado da arte” relativamente ao Turismo Cultural e aos Centros de Interpretação, essencialmente no panorama nacional, mas devidamente enquadrados a nível global, e implementação do processo de recolha e análise de dados, em contexto de estudo de caso. Para a implementação desta última estratégia, adotámos três ferramentas metodológicas: a análise documental, a perceção empírica (observação participante) e a perceção dos intervenientes, esta que se traduziu na aplicação de entrevistas aos *stakeholders* internos e externos ao território envolvente do CITA, e de questionários, aos visitantes do nosso estudo de caso. A interação estabelecida e desenvolvida entre estas duas vias de abordagem metodológica e de ação, consequentes, fixaram o modelo que se sustenta nesta dissertação.

A revisão da literatura também permitiu compreender como, numa visão diacrónica, este tipo de equipamentos culturais foi sendo integrado na componente do Turismo, do lazer e da hospitalidade. Assim, para a construção do “estado da arte” no âmbito em que esta dissertação se insere, procedeu-se à revisão da literatura dos principais autores da especialidade, bem como à consulta de fontes e documentos institucionais, como forma de enquadramento real do objeto de estudo. Desta lógica demonstrativa, resultaram os três primeiros capítulos desta dissertação, a saber: (I) “Turismo e Políticas públicas: breve revisão”; (II) “Turismo Cultural e Interpretação Patrimonial: enquadramento concetual e teórico”; (III) “Os Centros de Interpretação”. Neste terceiro capítulo, para além da revisão bibliográfica, foi efetuada a construção de um levantamento quantitativo, e geograficamente registado, dos equipamentos que apresentam esta nomenclatura, no contexto nacional. Nesta lógica, foi também aplicada a ferramenta de gestão *benchmarking*, como método de comparação de dois casos de Centros de Interpretação de relevo em Portugal. Os resultados desta metodologia comparativa alicerçam, substancialmente, a reflexão que decorre desse trabalho: por isso, se cada caso é um caso, existem aspetos de enquadramento institucional que importam considerar-se, e que se plasam nas fundamentações para este tipo de equipamentos culturais, que inseridos no Turismo de características regionais, face à procura de notoriedade global, assentam os respetivos processos de digitalização, analogamente aos que a Cultura e o Turismo também se submetem.

Todavia, e como complementaridade a este levantamento prévio de proposições teóricas sobre o nosso objeto de estudo, delimitámos o nosso enfoque investigativo recorrendo ao estudo de caso, visto que esta estratégia “(...) envolve um assunto mais focado e aprofundado do que a simples investigação de um qualquer fenómeno” (Marujo, 2016, p. 117). Esta opção metodológica, também se considerou dado que, o estudo de caso pode ser apropriado como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real” (Yin, 2004, p. 32), que permite compreender “(...) fenómenos sociais complexos” (p. 21), e que no presente estudo se refletiu no quarto capítulo, dedicado ao “Centro de Interpretação Templário de Almourol” (CITA). A metodologia de natureza bibliográfica e de trabalho de campo foi enriquecida com a participação em eventos científicos cujos calendários coincidiram com o período de desenvolvimento da presente investigação (anexos VIII e XIX).

Para uma melhor percepção sobre esta abordagem metodológica veja-se a Figura 1.



Figura 1 - esquema da metodologia de investigação adotada.

Fonte: elaboração própria.

Como se observa, o binómio Centro de Interpretação (CI) e Turismo Cultural (TC), ordenam-se numa sequência a dois, a três e a sete dimensões, que estruturam a metodologia seguida. Assim, em projetos de investigação/ação temos, por exemplo, dimensões que se relacionam num todo pretensamente harmonioso. A opção final, depois de ensaiados diversos esquemas, apresenta-se como uma proposta de síntese que, caso seja replicada, pode ser vantajosa para investigações similares.

Segundo Gil (2009), citado por Marujo (2016), o estudo de caso “(...) não pode ser confundido com uma técnica para recolha de dados; (...) é um estudo em profundidade; requer a utilização de múltiplos procedimentos de recolha de dados” (p. 116), o que nos confirma a pertinência da seleção das devidas técnicas de recolha e análise de dados que, no presente caso, se traduziram no inquérito por entrevista e por questionário. Os resultados apurados são explanados no quinto, e último, capítulo desta investigação, designado “Resultados e Propostas de base CITA”.

A seleção do método de entrevista para recolha de dados, ocorreu em resultado da concordância com Coutinho (2004) para quem as entrevistas se traduzem numa “(...) poderosa técnica de recolha de dados” (p. 141), visto que permitem ao investigador/a esclarecer incertezas e recolher informações que são dificilmente alcançadas com outras técnicas. A tipologia de entrevista adotada nesta investigação é de carácter estruturado, e aplicada individualmente, a dois grupos de intervenientes: por um lado, os *stakeholders*/atores locais que direta ou indiretamente se relacionam com o nosso estudo de caso, por outro, os *stakeholders*/atores externos ao território, mas cujo *know-how* incide sobre a mesma tipologia de equipamentos e/ou temática de investigação. O principal objetivo destas, traduziu-se na recolha de apreciações concretas dos principais agentes locais a atuar no terreno, bem como de indivíduos cujos percursos profissionais estejam diretamente relacionados a esta temática.

No que concerne à seleção do método de inquérito por questionário, ocorreu mediante a necessidade de obter dados “(...) de forma extensiva (permitindo abranger um número significativo de sujeitos distribuídos num espaço geográfico grande e/ou disperso) e que sejam passíveis de serem comparados” (Silvestre & Araújo, 2012, p. 159). Nesta investigação, a conceção desta ferramenta teve como principal objetivo a obtenção de dados por parte dos visitantes do nosso estudo de caso, a fim de compreender a perceção destes sobre o objeto em estudo.

Não obstante a técnica adotada para a recolha e análise de dados, e as respetivas limitações de cada uma, foi nossa inquietação o rigor e autenticidade dos dados obtidos, pois concordamos com Latorre (2003), que a este respeito afirma que “o que dá valor à informação é o procedimento e rigorosidade com que o investigador aborda o estudo¹” (pp. 54-55). Assim, procurámos recorrer a técnicas diversificadas, dado que esta multiplicidade “reduz o viés, promove informações adicionais, possibilita a realização da triangulação e aumenta a qualidade das conclusões” (Souza et al, 2015, citado por Marujo, 2016, p.119).

Para além do conteúdo, e no que à forma se refere, a construção metodológica do corpo do texto do presente estudo, seguiu as indicações da American Psychological Association (APA), na sua 6ª edição. Salientamos também, a opção pessoal na utilização de

¹ Tradução nossa.

capitulares nos vocábulos Turismo, Turismo Cultural, Interpretação, Património, Interpretação Patrimonial e Centros de Interpretação, a fim de salientar estes termos no contexto do estudo.

Com base nos pressupostos anteriormente explanados, e para complementar e discriminar com maior detalhe os passos adotados na conceção deste estudo, considerámos a adoção do processo científico de Quivy e Campenhoudt (1998), através das sete etapas propostas por estes autores, e que se repercutiram na seguinte enumeração:

1. A pergunta de partida: “Como será elaborada a melhor proposta de visitação turística com o objetivo de potenciar o CITA?” (identificação do problema; clareza; pertinência; exequibilidade).

2. A exploração: neste estágio da investigação foi efetuada a revisão bibliográfica, foram encetados contatos com intervenientes na área dos Centros de Interpretação, foram constituídas e implementadas as ferramentas de obtenção de dados, nomeadamente as entrevistas e os inquéritos, como estratégia de resposta à pergunta de partida anteriormente definida (revisão da literatura e “estado da arte”).

3. A problemática: partindo das informações previamente recolhidas, e após elucidação das diferentes abordagens ao fenómeno em estudo, foram delimitadas as ideias centrais da abordagem pretendida, no estudo dos Centros de Interpretação e a sua relação com o Turismo Cultural (formulação de pressupostos).

4. A construção do modelo de análise: operacionaliza o pressuposto anterior através da construção de um conjunto de hipóteses (seleção da hipótese mais viável, com enfoque no equipamento cultural CITA)

5. A observação: esta etapa concretizou-se na participação ativa em comunicações públicas sobre o desenvolvimento da presente investigação, bem como na participação passiva, em assistência a conferências e atividades relacionadas com o objeto de estudo (trabalho de campo segundo a linha teórica defendida).

6. A análise das informações: encetou-se o cruzamento entre os dados quantitativos e qualitativos obtidos, com os pressupostos teóricos explanados (tratamento da informação obtida).

7. As conclusões: esta última etapa traduz-se na conceção da resposta à pergunta de partida, através dos resultados finais desta investigação, e sua respetiva apresentação pública (dados e potencialidades interpretativas e resposta à pergunta de partida).

Como se observa e seguindo uma metodologia de investigação/ação, intentou-se encontrar métodos, técnicas e instrumentos adequados ao objeto de estudo CITA que, no contexto da Interpretação Patrimonial ajustada á atividade turística, podem contribuir para a criação de valor acrescentado a estes equipamentos, com o que isso significa para as economias locais e regionais e para o aumento da qualidade de vida dos residentes e, naturalmente, dos visitantes.

CAPÍTULO I

1. Turismo e Políticas públicas em Portugal: breve revisão

1.1.Introdução

Dada a significativa importância adquirida pelo setor do Turismo, e a complexidade do seu sistema que estabelece relações com uma vasta variedade de outras atividades (tanto de índole pública como privada), a necessidade de coordenação de políticas que congreguem as ações e interesses de ambos os domínios, são regra geral, competências de atribuição aos Governos. Também as repercussões das ações do setor do Turismo, se refletem numa multiplicidade de campos - a nível económico, financeiro, ambiental, social, entre outros – reiterando assim a pertinência da intervenção governamental. Destes, e constatando a evidente indissociabilidade da atividade turística com o contexto económico, no qual vários domínios ficam à margem da ação do mercado ou em relação aos quais a submissão a este, promove situações desfavoráveis para o Turismo, alguns autores da literatura da especialidade justificam, deste modo, a intervenção do setor público (Cunha e Abrantes, 2013, citado por Costa, 2015).

Com esta perceção das múltiplas contingências que fundamentam esta ação governamental no setor do Turismo, consideramos necessário a construção de um enquadramento temporal e legislativo, ainda que breve, por forma a compreender em que medida a intervenção do Estado contribuiu para o desenvolvimento turístico do país.

1.2.O papel do Estado no Turismo

Considerando o facto do Turismo se apresentar atualmente como uma das principais atividades de desenvolvimento económico e social, a nível mundial, não surpreende, portanto, que os Estados detenham uma quota-parte de participação ativa neste sector. O Turismo é cada vez mais um domínio estratégico da Cultura, Desenvolvimento e Economia dos países, o que desde logo justifica que este planifique as ações a encetar, nomeadamente através da adoção de medidas, que promovam o seu desenvolvimento. No caso português, a

ET2027 materializa esta estratégia governamental. De um modo geral, o tipo de intervenção dos governos no Turismo varia de país para país, dependendo de um conjunto de variáveis, bem como varia a análise do seu modelo de intervenção, de acordo com a perspectiva de investigação dos principais autores da literatura da especialidade.

Reafirmando o explanado no parágrafo introdutório a este capítulo, a complexidade do setor do Turismo considera-se um pertinente fundamento para esta intervenção, dado que, quer seja na construção dos produtos turísticos ou, por exemplo, quer seja na roteirização de uma viagem, a dependência da atividade turística de serviços privados e públicos (no primeiro caso) ou de elementos naturais, culturais e sociais, sob a égide estatal (no segundo caso), bem como a existência de infraestruturas cujo usufruto é partilhado por turistas e residentes, reiteram a interveniência do Estado (Cunha, 2017).

Desta forma, o papel do Estado no Turismo é determinado por Henriques (2003), como mutável entre três princípios: i) liberalismo total, no qual a ação privada assume a orientação do desenvolvimento turístico; ii) grau de intervenção dependente das características do país, e que pode ir de uma intervenção simples (maior intervenção dos privados), a um dirigismo total (o Estado assume a condução do setor); iii) incentivo do desenvolvimento turístico, mais ou menos ativo, através de medidas de apoio concretas e dependendo do interesse estatal no setor.

Porém, para outros autores como Firmino (2007), o papel do Estado no turismo deve refletir-se nas seguintes funções: i) Coordenador, a fim de evitar duplicação de funções dentro dos organismos governamentais; ii) Planeador, através dos planos nacionais do turismo e respetiva implementação; iii) Legislador e Regulador, nomeadamente através da legislação de proteção ambiental e/ou das relações laborais do setor; iv) Promotor do Turismo Social, promovendo maior equidade social; v) Protetor do Interesse Geral (*public interest*) e arbitrar os interesses dos diversos *stakeholders* do setor; vi) Estimular o desenvolvimento económico e a diversificação das atividades económicas, sobretudo em zonas rurais; vii) Promover o país junto dos mercados emissores e intervindo na atração de investidores. Ainda de acordo com este autor, a intervenção do estado no turismo justifica-se também pelos benefícios a nível económico e social, e pelas lacunas do setor privado (Firmino, 2007).

Nesta revisão bibliográfica encetada sobre a abordagem da intervenção do Estado no Turismo, e seguindo uma linha de pensamento similar às reflexões de Firmino, também um dos autores de renome no panorama nacional da investigação em Turismo, Lícino Cunha (2017), refere que são diversas as práticas que o Estado pode encetar, nos seguintes domínios: i) no domínio da regulamentação, dado que aos seus meios legislativos “(...) compete criar o quadro legal para o funcionamento da economia e para a disciplina da atividade económica” (p.253); ii) no domínio do Planeamento, visto que a planificação estratégica “ (...) é o contributo que os governos podem dar, por um lado, no sentido de responder atempadamente às previsíveis mudanças que vão ocorrendo (...), e por outro ainda, para responder às exigências do desenvolvimento sustentável “ (p.254); iii) no domínio da Coordenação do setor, a fim de “(...) evitar a duplicação de recursos, desperdícios e contradições nos vários órgãos de Estado, quer a nível do setor privado, com vista a otimizar os meios disponíveis para alcançar os objetivos das estratégias de desenvolvimento” (p.257); iv) no domínio da Promoção, pois este considera que “Sem a intervenção do Estado a favor do turismo nacional não será fácil promover a imagem de um país como destino turístico” (p.258); v) no domínio do Incentivo, dado que, em função dos desequilíbrios que ocorrem no setor, o Estado para “(...) procurar resolver ou atenuar os seus efeitos, cria incentivos para que as empresas invistam nas regiões mais desfavorecidas, melhorem as suas prestações ambientais ou aumentem a capacidade atrativa dos destinos turísticos” (p.259); vi) no domínio da Produção, na qual “(...) influencia diretamente (...) no sentido positivo, pela valorização dos serviços que presta e, no sentido negativo, quando não atende às características da procura turística (...) ou quando o exercício das suas atividades limita ou entrava a iniciativa privada” (p. 260); vii) por último, no domínio da Promoção de Relações Internacionais, quer seja porque “ (...) os países estabelecem acordos no domínio do turismo não só para a facilitação dos movimentos turísticos, mas também para a colaboração entre eles nas atividades referidas” e, ainda, “(...) por razões ideológicas ou de reforço político entre eles” (p. 260).

Tal como Firmino (2007), também Cunha (2017) atesta a importância de o Estado intervir na solução das falhas de mercado (externalidades), que, por exemplo, no caso da ausência de direitos de propriedade sobre o património natural em geral, transpõe para as competências do Estado, a regulação e o progresso deste recurso. A predisposição do Turismo para a existência de falhas de mercado, prende-se com o facto de este, para a

construção dos seus próprios produtos, depender de bens e serviços de outras indústrias (Costa, 2015).

Posto isto, consideramos poder afirmar que, o tipo de intervenção dos governos no Turismo varia de país para país, dependendo de um conjunto de variáveis, partilhando, no entanto, como premissa comum a função de promoção do setor em apreço. Neste aspeto a influência da ONU e da OMT, bem como da UNESCO, é decisivo.

Porém, importa ressaltar que a intervenção pública no setor do Turismo, valida-se com a interveniência paralela do setor privado, e concordamos com Costa (2012), que a respeito da intervenção do primeiro afirma que:

“(…) desempenha um papel central no ordenamento do território; na qualificação dos espaços; na valorização do património natural, patrimonial e cultural; na disponibilização de infraestruturas e equipamentos de suporte; contudo, só com o contributo do setor privado é que será possível contribuir para o aumento da riqueza ao nível regional (2012, p. 76).

Partindo da categorização sugerida pelos autores acima mencionados, e a fim de complementarmos esta revisão bibliográfica, consideramos pertinente a identificação, sucinta, das principais medidas políticas públicas implementadas no setor turístico, no contexto português. Como se demonstra através da revisão da literatura, estas duas apreciações convergem naquilo que se poderá considerar uma constância da administração pública, nomeadamente em Portugal. Ligar a estratégia de gestão do Turismo e do Património Cultural aos modelos propostos pela Convenção Internacional que Portugal subscreveu constitucionalmente, tem relevância na dinamização da Economia da Cultura.

1.3. Políticas do Turismo: do século XX ao XXI

O conhecimento das políticas públicas é fundamental quando se pretende aumentar a qualidade do turismo num determinado território. As decisões políticas são testadas de um ponto de vista da sua eficácia, eficiência e da sua economia.

Neste âmbito, considera-se proveitosa a averiguação do conceito de políticas públicas que, não obstante a diversidade de definições existentes na literatura, destacamos a perspetiva de João Bilhim (2016), que fundamentado em bibliografia internacional especializada, enquadra desde logo a definição de políticas públicas, em duas grandes correntes: uma de carater generalista e outra menos ampla. No primeiro caso, as políticas públicas são definidas como referente a todas as circunstâncias que requerem uma escolha do governo, no segundo, compreende as ações governamentais determinadas a resolver problemas². Porém, todos os conceitos apresentados partilham a posição central desempenhada pelo governo.

Segundo Goeldener e Ritchie (2003), citado por Firmino (2007), no caso concreto da política do turismo, para estes autores significa:

“Um conjunto de regulamento, regras e orientações, directivas, objectivos e estratégias de desenvolvimento / promoção, que fornecem uma estrutura na qual as decisões colectivas e individuais afetam diretamente o desenvolvimento do turismo a longo prazo e as actividades que se desenrolam diariamente num destino” (p.211).

Para a categorização das políticas públicas de desenvolvimento turístico, ressaltamos a perspetiva de Bukart e Medik (1981) que classificam a implementação destas, a três níveis: nacional, regional e local (citado por Fazenda, Silva & Costa, 2008). Assim, os autores consideram que o nível de intervenção nacional se refere à ação do Governo no âmbito da definição da política do Turismo, nomeadamente, através de um plano estratégico para o setor; no segundo caso, a nível regional importa salientar o efeito multiplicador da atividade turística, que não só gera riqueza no local onde se desenvolve, como promove o desenvolvimento das áreas adjacentes; e por último, as organizações turísticas locais, que refletem uma das mais antigas formas de organização do Turismo [no caso português é ilustrada pela criação das Comissões de Iniciativa e Turismo (ver Tabela 1)], o que atesta a solidez das suas bases para o desenvolvimento turístico local. Este pode ser promovido através da disponibilização de informação aos visitantes, pelo envolvimento dos

² Reflexão do autor com base em autores internacionais de destaque no campo da Ciência Política. A primeira corrente de pensamento é defendida por Thomas R. Dye (1975) e a segunda por Stuart Nagel (1980) e James Anderson (1984).

stakeholders locais no progresso turístico do local, pela sensibilização para a conservação dos seus recursos e importância do turismo local, através da organização de ações de animação turístico-cultural, entre outras medidas.

Com base nas premissas anteriores, e a fim de ilustrar globalmente o panorama português, no que as políticas públicas do Turismo se refere, procurou-se identificar ao longo dos últimos anos, as principais ações e estratégias implementadas pelo Estado, que maior impacto tiveram sobre o setor, e que resumimos na seguinte tabela:

DATA	ACONTECIMENTO	PRINCIPAIS OBJETIVOS
1906	Constituição da Sociedade Propaganda de Portugal (SPP)	Dinamizar o turismo interna (ações de divulgação junto da população) e externamente (promoção internacional).
1909	Filiação da SPP na Federação Franco-Hispano-Portuguesa (FFHP)	Adquirir apoio internacional e defender os interesses do país no contexto internacional.
1911 12 maio	Realização do IV Congresso Internacional de Turismo em Lisboa	Promovida pela FFHP, a partir do qual concluíram-se importantes ações para o setor, inclusive a criação de um organismo formal de gestão.
1911 16 maio	Decretada a constituição do Conselho de Turismo , coadjuvado por uma Repartição do Turismo	Criação de bases institucionais mais sólidas para o setor.
1921	Constituídas as Comissões de Iniciativa e Turismo	Disseminadas no território nacional, pela SPP, para apoiar o setor a nível local (Lei n.º 1.152).
1936	I Congresso Nacional do Turismo	Analisar as ações implementadas até à data.
1948	Criação do Conselho de Inspeção de Jogos	Supervisionar a exploração de jogos de fortuna ou azar.
1956	Constituição oficial do Fundo de Turismo , embora as suas origens remontem a 1920	Gerir a atribuição de subsídios, a fundo perdido, comparticipados pela CEE e destinado à modernização e ao desenvolvimento turístico nacional (sofre reformulações nos anos de 1969 e 1989, nas quais é ampliado o seu poder de atuação).
1956	Constituído o Conselho Nacional de Turismo , pela lei n.º 2082 e reformulado pelo decreto de lei n.º 46/79 de 5 de junho	Coordenar o setor, emitindo parecer sobre as principais linhas de ação, ordenamento turístico do território, avaliar a articulação das políticas turísticas a nível central, regional e local; formular recomendações e elaborar estudos.
1965 26 maio	Criação do Instituto Nacional de Formação Turística	Promover e coordenar a formação dos profissionais do setor; a uniformização de metodologias de atuação; cooperar e incentivar a investigação-técnico-pedagógica.

1968	Criada a Direção-Geral do Turismo - DGT	Estudar, promover, coordenar e executar as medidas e estratégias definidas na política do turismo nacional (decreto de lei n.º 48 686 de 15 novembro).
1975	Criada a Secretaria de Estado do Turismo	Gerir a política definida para o setor.
1976	Instituída a Enatur – Empresa Nacional de Turismo, EP (Decreto de lei n.º 662 de 4 de agosto)	Gerir as participações do estado no capital das empresas do setor turístico-hoteleiro; participar em sociedades de desenvolvimento regional; promover ações de cooperação turística internacional.
1982	Criação da Inspeção Geral de Jogos (em substituição do Criação do Conselho de Inspeção de Jogos - 1948)	Fiscalizar as atividades de exploração e práticas de jogos de fortuna ou azar; cooperar na fiscalização das modalidades afins (Decreto de Lei n.º 450/82, de 16 de novembro).
1983	Governo cria o Grupo Coordenador do Plano Nacional de Turismo, para elaborar o Plano Nacional de Turismo	“Documento definidor do quadro do desenvolvimento são e ordenado do setor”.
1986	Estabelecido o Instituto de Promoção Turística (decreto de lei n.º 420/86, de 3 de dezembro)	Executar a política definida para o Turismo a nível promocional; coordenar e realizar e a promoção do turismo nos pais e no estrangeiro
2000	Criado o Observatório de Turismo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2000)	“Promover a investigação, a recolha, a análise e a divulgação dos dados referentes à evolução da atividade turística!” ³ (extinto em 2003).
2002	Institucionalização do Plano de Consolidação do Turismo (Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2002)	Pretende fornecer apoio a iniciativas estruturantes e articuladas em torno dos territórios e regiões.
2003	Publicado o documento que define as orientações da política do turismo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003)	Define o setor como um dos eixos centrais para o desenvolvimento do país e aprova o Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo.
2004	Criação do Instituto do Turismo de Portugal - Turismo de Portugal	Organismo agregador das competências institucionais da dinamização do turismo no país (através do decreto lei n.º77/2004) que acolhe posteriormente algumas competências de DGT (extinta em 2006).
2007	Promulgação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	Planeamento de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional, para o horizonte temporal 2006 - 2015 .
2009	Publicação da Lei-Bases do Turismo	Estabelece os objetivos da política nacional do Turismo, as áreas de atuação e os princípios a que estas obedecem. (Decreto-Lei n.º 191/2009).
2013	Criação das Entidades Regionais do Turismo	Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental (Lei n.º 33/2013).

³ Brito, Direção Geral do Turismo - Contributos para a sua história, 2011, p. 157

2015	Publicação do documento Turismo 2020: cinco princípios para uma ambição	Documento que define os princípios orientadores das políticas públicas da área do Turismo para o horizonte temporal 2016 – 2020.
2017	Aprovada a Estratégia para o Turismo 2027 – ET2027	Referencial estratégico para o Turismo, com uma visão de longo prazo, e que simultaneamente enquadra o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027
2018	Transferência de competências para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, e posteriormente concretizado através do decreto-lei n.º 99/2018)	“É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o desenvolvimento da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo”
2019	Publicação do documento Agenda Temática de Investigação e Inovação: Turismo, Lazer e Hospitalidade	Com o objetivo de potenciar novos conhecimentos para a valorização turística de Portugal no mundo, num contexto de desenvolvimento sustentável e responsável do território e em estreita articulação com a valorização científica, cultural, social e económica do património e da cultura portuguesa, assim como de novas formas de lazer associadas à natureza.

Tabela 1 - Resumo das principais medidas políticas no âmbito do Turismo, em Portugal, 1900-2019.

Fonte: Elaboração própria

Importa salientar que a tabela supramencionada, apresenta-se como uma sucinta revisão das principais medidas promovidas pelo Estado no âmbito do Turismo, das quais se considera pertinente aprofundar algumas questões, nomeadamente a constituição da SPP, a relação entre o jogo e o Turismo, os planos estratégicos promulgados, bem como as recentes alterações legislativas que alteram o quadro turístico nacional.

Deste modo, no que a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP) concerne, importa referir que é comumente aceite que esta organização de iniciativa popular, independente e distinta de qualquer filiação política ou religiosa, se constituiu como a primeira entidade orientadora das linhas estratégicas de ação, para o fomento do Turismo no país (Cunha, 2010; Pina, 1988). Esta sociedade, promotora de ações cujas repercussões foram extensas no tempo, como é o caso das Comissões de Iniciativa e Turismo (de 23 de abril de 1921), que distribuídas por todo o país, constituíram-se como “ (...) a pedra basilar da estrutura orgânica local” (Pina, 1988, p. 19)

Relativamente ao jogo e à sua relação com o Turismo, destaca-se o fato desta resultar de uma ligação institucional: desde cedo que a prática de jogos de fortuna e azar

contribuiu diretamente para o desenvolvimento do turismo, dado que já em 1927 uma percentagem das suas receitas era direcionada para o setor, nomeadamente para a “(...) dotação especial das estradas que mais diretamente dão acesso aos centros e regiões de turismo” (Brito, 2011, p. 23). Se na década de 40 esta ligação política entre jogo e Turismo foi rompida⁴, na década seguinte (1958), o novo regulamento legislativo obrigou a que 25% das receitas auferidas nesta modalidade, pelas empresas concessionárias em cada zona de jogo, revertisse para a receita do Fundo do Turismo, para posterior apoio à realização do plano de obras e desenvolvimento de cada uma dessas áreas. Dez anos volvidos, e a geografia dessas zonas é ampliada, nomeadamente no Algarve com três casinos a atuar em três concelhos diferentes, ampliando também as possibilidades de rendimentos para o Turismo, daqui decorrentes. Como afirma Cunha (2010), “desde 1927 até agora é o jogo que financia a promoção turística, do país no estrangeiro, mantém em funcionamento alguns organismos e, sobretudo, proporciona as receitas através das quais o Estado tem financiado milhares de projectos de carácter turístico” (p.146). Neste sentido, importa ressaltar que na atualidade, o impacto das receitas do jogo na atividade turística é uma frequência, dado que acordo com o Relatório de Atividades do Turismo de Portugal (2019) relativo à atividade do ano de 2018, o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ), enquanto órgão regulador e entidade liquidadora de impostos em matéria de jogo, constituiu como receita do Turismo de Portugal I.P. 136.837.295,35€⁵, dos quais consignou 69.314.632,38€ nas seguintes rubricas: Obras de interesse para o Turismo – 28.962.427,60€; Finalidades de Interesse Turístico – 28.942.465,76€; Ações de formação turística Instituto Português do Desporto e da Juventude – 3.669.844,15€; Entidades Regionais de Turismo – 1.562.208,44€. O remanescente constituiu receita para entidades de relevância social, ambiental, misericórdias locais e do Fundo dos Pagadores da Banca. No segmento do jogo *online*, o Imposto Especial do Jogo *Online* (IEJO) consignou como receita ao Turismo de Portugal, I.P. o valor de 22.840.452,27€, dos 61.6654.133,19€ auferidos. Em termos correntes esta é uma situação relevante na economia do Turismo.

⁴ O regulamento do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, vulgarizado como SNI (1944), bem como o Projecto do Estatuto do Turismo (1949) ignoravam, segundo Brito (2011), as receitas do jogo. O SNI, criado em 1933 e inicialmente designado de Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), era o organismo público responsável pela propaganda política, informação pública, comunicação, turismo e ação cultural durante o regime do Estado Novo em Portugal. Chefiado por António Ferro, a sua nomenclatura alterou-se para SNI no ano 1944.

⁵ Referente à atividade de jogo de base territorial (casinos e salas de bingo).

Em relação ao planeamento estratégico do setor e à estruturação da política do Turismo, salienta-se que a partir do final dos anos 80 e início da década seguinte, as tentativas de estruturação do Turismo são mais evidentes: desde logo com o Plano Nacional de Turismo para 1986-1989, seguido da publicação do designado “Livro Branco do Turismo” (1991) até à aprovação do “Programa de Acção e Intervenção Estruturantes no Turismo” (PAIET) em 1997. No ano seguinte, a publicação das “Novas Linhas Orientadoras da Política do Turismo” confirma a intervenção governamental no setor; e no novo milénio a ênfase recai sobre os anos de 2003 (aprovação do Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo) e de 2006, com a preparação das propostas para o “Plano Estratégico Nacional de Turismo” (PENT). Este último, exibido publicamente em 2007, apresentou-se como um referencial de estratégias com o intento do crescimento sustentado do Turismo nacional, para o horizonte temporal de 2006 a 2015, anunciando as linhas gerais de ação e os dez produtos prioritários para o setor. Com um horizonte temporal de implementação reduzido a quatro anos (2016 - 2020), o documento “Turismo 2020: cinco princípios para uma ambição” revoga o PENT, e definiu as linhas orientadoras para as políticas públicas do Turismo, com base em cinco vetores estratégicos: pessoa, liberdade, abertura, conhecimento e colaboração.

Mais próximo da recente investigação, e documento último de base a esta, emerge a Estratégia Turismo 2027 (ET2027), que define as medidas a implementar nos dez anos compreendidos entre 2017 e 2027, e enquadra o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027. A ET2027, constrói-se a partir dos eixos estratégicos “Valorizar o Território”, “Impulsionar a Economia”, “Potenciar o Conhecimento”, “Gerar Redes e Conectividades” e “Projetar Portugal”, evidenciando como principal meta a sustentabilidade do Turismo nas perspetivas económica, social e ambiental. Não obstante a implementação da ET2027, a decorrer à data do presente estudo, as alterações legislativas no que ao Turismo concerne, sucedem-se, o que se verifica com a concretização da transferência de competências para as entidades intermunicipais, no domínio da promoção turística, decisão promulgada a 28 de novembro, através do decreto-lei n.º 99/2018.

Avaliando globalmente a intervenção do Estado no setor do Turismo português, podemos intentar que o seu desenvolvimento ocorreu de modo crescente ao longo do último século e, como confirma Brito (2011), o progressivo reforço dos Serviços de Turismo, não obstante o fato de este ter sido moroso, resultou das quatro situações seguintes:

(1) “Estarem direta e intensamente ligados à política de turismo e à integração desta no Governo”; (2) “Se relacionarem com as câmaras municipais e com a política (...)”; (3) “Interferirem na criação e na atividade de várias instituições públicas do turismo”; (4) “Contribuírem para a definição legal das atividades turísticas e seu desenvolvimento pela iniciativa privada” (p. 19).

Dadas as premissas expostas, consideramos que a característica de transversalidade tão intrínseca à própria definição de Turismo, quando aplicada na operacionalização do próprio setor, fomenta as relações entre os diversos intervenientes e o trabalho em rede, concorrendo assim para o progresso global desta atividade.

Neste conjunto operativo do Turismo, a componente de organização de conteúdos e sua aplicação nos processos de visitação, tem importância no desenvolvimento dos programas dos Centros de Interpretação, que se inserem na prática turística, nomeadamente, em Turismo Cultural. A título de exemplo, a Turismo Centro de Portugal⁶ apresenta esta transversalidade no que respeita aos desafios do Turismo para a Região Centro de Portugal, e consequentemente contribui para uma efetiva aplicação dos princípios da ET2027.

1.4. Síntese

O presente capítulo resume de forma metodológica e objetiva os principais campos de ação do Estado no setor do Turismo, bem como as principais políticas públicas instituídas nesse contexto, em Portugal. Este levantamento sumário apresenta um forte pendor pedagógico, visto que, proporciona um enquadramento legislativo do setor, que consideramos importante para a compreensão do panorama contemporâneo do Turismo em Portugal, bem como contextualiza a estrutura normativa que conduziu à instituição dos Centros de Interpretação (objeto de estudo), orientados à visitação turística.

⁶ Sugere-se a consulta do documento “Cultura, História e Património – Oportunidades e desafios”, da autoria de Pedro Machado, apresentado no âmbito do Colóquio Praxis III “Relação Umbilical entre Turismo e Cultura – Oportunidades e Desafios” (2014). Disponível em: http://www.cta.ipt.pt/download/AnguloDownload/SM/SM6/8_TC_PM.pdf

CAPÍTULO II

2. Turismo Cultural e Interpretação Patrimonial: enquadramento concetual e teórico

2.1.Introdução

O presente capítulo apresenta-se como o princípio integrador da investigação em curso, contextualizando-a a partir do estudo do Turismo em geral (e posteriormente em particular, aquando a revisão da literatura sobre o segmento cultural), passando pela interpretação do Património, até uma dimensão cujo enfoque recairá na exploração turístico-cultural.

Assim, neste capítulo exploraremos os conceitos inerentes às três temáticas em apreço, bem como à análise da evolução destas, quer seja à escala global, quer seja no que concerne ao panorama nacional.

2.2. Turismo

O Turismo, em sentido lato, é um fenómeno caraterizado pela deslocação de indivíduos, por um tempo limitado e para um determinado local. Em sentido estrito, é uma atividade económica complexa, cujo carácter multidisciplinar engloba várias áreas das ciências sociais: da economia, à sociologia, da história à geografia, à psicologia e à antropologia (entres outras), todas estas disciplinas concorrem para a concetualização do Turismo e incorporam a concretização da atividade turística.

Se na época do seu nascimento, o Turismo começou por ser uma atividade aristocrática, atualmente é uma atividade popularizada, como afirma Cunha (2010), que resulta essencialmente do lazer, enquanto forma de ocupação dos tempos livres, não obstante o fato de diversas deslocações que integram o conceito de turismo, ocorrem no exercício de

uma atividade profissional (exemplo do Turismo de Negócios), não sendo, portanto, nestas viagens, o lazer o principal promotor da deslocação.

Sendo esta última, um dos principais *leitmotiv* da concretização e existência da atividade turística, importa salientar que, no estudo e concetualização do Turismo, comumente são associados os vocábulos “viagens” e “turismo”, para designar o mesmo fenómeno. Contudo, “(...) o turismo é inseparável das viagens, mas estas abrangem um vasto conjunto de actividades que não podem incluir-se no turismo” (Cunha, 2007, p. 33). Esta dificuldade de concetualização reitera a complexidade e multidisciplinariedade anteriormente atribuída ao fenómeno turístico, e justifica a concetualização de Turismo seguidamente apresentada (ver secção 2.2.2), e abaixo sintetizada.

DA VIAGEM AO TURISMO	
VIAGEM (<i>travell</i>)	Refere-se à atividade dos viajantes (à ação de deslocação).
VIAJANTE (<i>traveller</i>)	Indivíduo que se desloca entre diferentes localizações geográficas para qualquer finalidade e duração.
VIAGENS DOMÉSTICAS (<i>domestic travel</i>)	As viagens dentro de um país pelos residentes são denominadas de viagens domésticas.
VIAGENS DE ENTRADA (<i>Inbound Travel</i>)	Viagens para um país pelos não residentes;
VIAGENS DE SAÍDA (<i>Outbound Travel</i>)	Viagens para fora de um país, pelos residentes.
VISITANTE (<i>Visitor</i>)	É um viajante que viaja para um destino principal fora de sua residência habitual, por menos de um ano, para qualquer finalidade principal (negócios, lazer ou outro objetivo pessoal) que não seja empregado por uma entidade residente no país ou local visitado. As viagens realizadas pelos visitantes designam-se “visitas turísticas”.
VISITANTE DOMÉSTICO (<i>Domestic Visitor</i>)	Um viajante doméstico, de entrada ou de saída numa visita turística, é designado “visitante doméstico”, de entrada ou de saída, respetivamente.
TURISMO (<i>Tourism</i>)	O Turismo é, portanto, um subconjunto de viagens e, em consequência, os visitantes são um subconjunto de viajantes.
TURISMO DOMÉSTICO/INTERNO (<i>Domestic Tourism</i>)	À viagem/deslocação de visitantes domésticos, de entrada ou de saída é chamado turismo doméstico, de entrada ou de saída, respetivamente.

Tabela 2 - Do conceito de viagem ao conceito de Turismo.

Fonte: adaptado de United Nations (2010).

A complexidade da conceitualização de Turismo é igualmente extensível a outros elementos da atividade, nomeadamente, à definição de turista que, segundo o documento das Nações Unidas, *International Recommendations for Tourism Statistics 2008* (United Nations, 2010), se refere aos visitantes (domésticos, de entrada ou de saída) que integrem na sua viagem uma estadia/pernoita; caso esta ação não ocorra, será designado excursionista.

Apesar da relativa juventude do Turismo, esta é uma atividade económica francamente estabelecida, com importantes impactes sociais sobre os territórios turistificados, e que se patenteia como “(...)um agente indutor do desenvolvimento transversal e da evolução da sociedade” (Ramos & Costa, 2017, p. 31), cujo progresso dos territórios face à procura turística, explica-se, nomeadamente, pelo potencial dos seus recursos endógenos.

2.2.1. Revisão da evolução histórica do Turismo

A origem do Turismo perde-se nas origens das civilizações: desde tempos ancestrais que a história demonstra o interesse do homem em viajar com o intuito de descobrir novos modos de vida e novas culturas, ação essa que permitia assim ampliar os seus horizontes geográficos e, conseqüentemente, compreender o mundo que o rodeia. Segundo Brito (2002) “já na Antiguidade é possível identificar a morfologia do turismo moderno: viagens de conhecimento como as de Heródoto, disposições sobre viagens de negócios no Código de Hamurabi, (...) peregrinações, viagens a festivais e jogos” (p. 121), todos estes elementos concorreram para a afirmação do Turismo como uma prática ancestral. No entanto, a dificuldade reside na identificação do momento concreto do nascimento da atividade turística, problemática essa que se reflete na diversidade de hipóteses apresentadas pelos diferentes autores:

“(…), Amaral Júnior (2008) e Frattucci (2008) são os autores que mais retrocedem no tempo em suas obras abordando as origens do turismo, ainda no Antigo Egito e nos impérios Grego e Romano, enquanto que Pires (2002) inicia relatando a atividade do turismo no século XII, na parte final da Idade Média e Trigo (1998) aborda em

sua obra o turismo moderno, a partir do século XIX” (Nakashima & Calvente, 2016, p. 2).

Se na sua génese, estas deslocações ocorriam de modo esporádico, certo é que se transformaram num fenómeno regular a partir do século XVIII, com as deslocações de jovens ingleses pelo continente europeu, com o intuito de adquirir novos conhecimentos e novas experiências, como forma de enriquecer a sua formação académica e pessoal. Como se sabe, o fenómeno *Grand Tour* prolongou-se durante o século seguinte e o sucesso daí resultante culminou com Thomas Cook e a conceção da primeira viagem turística organizada, considerada por muitos como o primeiro pacote turístico da história e destacando o seu autor como a figura principal da conceção do Turismo moderno (Nakashima & Calvente, 2016). Cunha (2017) confirma o pressuposto anteriormente mencionado, quando refere que:

“É comumente aceite que o nascimento do turismo moderno tenha ocorrido a partir de 1841, quando Thomas Cook organizou uma viagem de comboio, entre Leicester e Loughborough, para os participantes num congresso médico. Com estas iniciativas nascem as viagens organizadas ou coletivas, que alcançam o seu apogeu nas décadas de 70 e 80 do século XX e se estendem pelas épocas seguintes” (p.7).

A crescente evolução do número de viajantes, resultado da democratização do acesso a este tipo de deslocações, refletiu assim as alterações económicas, demográficas, políticas e sociais ocorridas entretanto (diminuição do tempo de trabalho e consequente aumento do tempo de descanso, férias pagas, aumento das remunerações e evolução dos transportes e das acessibilidades), popularizou o interesse e o hábito de viajar e afirmou assim o Turismo como uma atividade económica emergente (Cunha, 2010).

As duas últimas décadas do século XX, não obstante as transformações políticas, sociais e económicas ocorridas (alargamento da UE, desmantelamento do sistema político comunista, início da globalização e da internet, recessão económica, entre outros fatores), constituem o período temporal no qual o setor do Turismo demonstrou a sua capacidade de resistência, através da continuidade do seu crescimento anual médio. As principais alterações

a destacar prendem-se, sobretudo, com o posicionamento dos destinos, sendo que a Europa diminuía a sua quota de mercado no panorama mundial, ao passo que os países da Ásia/Pacífico apresentavam aumentos (Cunha, 2017). No que concerne às motivações dos consumidores turísticos, que começam neste período a desejar momentos de lazer que incluam atividades de índole cultural e promotoras do seu enriquecimento pessoal, a sua evolução foi significativa.

Com a entrada no novo milénio, apesar de acontecimentos limitadores para o setor (atentados de Nova Iorque, crise económica de 2008-2009, etc.), o Turismo continuou a crescer, quer através do surgimento de novos mercados e destinos, quer através da transformação dos meios aéreos, nomeadamente com a multiplicação dos pontos de partida e de chegada, e do aparecimento de diversas companhias aéreas de baixo custo, sendo este ultimo fator, forte influenciador para que um maior número de indivíduos tivesse capacidade de viajar. A par da expansão dos meios aéreos, e associados a estes, o desenvolvimento célere das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), permitiram aos consumidores a organização das suas próprias viagens, e, a nova tendência de repartição dos períodos de descanso em vários períodos no ano, alteraram a estrutura tradicional, com permanência média nos destinos reduzida e uma amplitude superior de destinos conhecidos. Em consequência disso, a necessidade de fidelização aos destinos diminui, mas as preocupações ambientais com o impacto do turismo nas alterações climáticas aumentam. (Cunha, 2017, pp. 304-305). Inicia-se assim o século XXI com consumidores turísticos mais experientes e mais conhecedores, do que até então, e consequentemente mais exigentes com o setor, o que promove a implementação de estudos e investigações sobre os mesmos, a fim de se responder com eficácia aos novos desafios apresentados por estes.

2.2.2. Definição de Turismo e sua aplicação

Considerando que etimologicamente o ato de definir implica delimitação e/ou descrição ou “(...) determinação clara da compreensão de um ser, objeto ou ideia “ (Porto Editora, 2013-2019), compreendemos a importância do estabelecimento de definições e conceitos, neste caso, na investigação em apreço, a fim de proporcionar aos leitores o entendimento das linhas gerais que o fenómeno do Turismo envolve.

Desde logo, a definição de Turismo *per se*, apresenta dificuldades de delimitação proporcionando um amplo debate académico sobre o que é o Turismo e que elementos o compõem, do qual resultaram múltiplas definições, também estas reflexo das múltiplas disciplinas que constituem o Turismo e que o analisam (economia, sociologia, filosofia, política, antropologia, etc), representado assim a complexidade inerente a esta atividade (OMT, 1998).

Mediante o pressuposto anterior, sintetizamos uma das principais definições identificadas, considerando que, seguindo uma ordem cronológica ascendente, uma das primeiras definições de Turismo resultou dos estudos de dois investigadores da Universidade de Bernna - W. Hunziker e K. Krapf – que em 1942 definiam este, como “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária” (citado por Cunha, 1997, p. 8; OMT, 1998). Este conceito que posteriormente foi adotado pela Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme (AIEST), e embora determinador das limitações lucrativas desta atividade, demonstrava excessiva abrangência concetual, quando se referia a “conjuntos de relações” ou “fenómenos”, sem particularizar.

Deste modo, em 1981, Bukart e Medik apresentam “os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nesses destinos” (OMT, 1998) como conceito para o Turismo, delimitando a ação turística como uma ação de lazer, por oposição aos termos residência e trabalho.

Ainda na sequência cronológica (1982), emerge a definição de Mathieson e Wall que, Cunha (1997) considera “mais correta e completa...” (p. 9), e na qual o Turismo é explicado como “ (...) o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades” (OMT, 1998), salientando pela primeira vez a questão da satisfação das necessidades dos visitantes.

Importa igualmente salientar que, em 1985, Murphy, citado por Costa (2005), concetualiza o Turismo “(...) de uma forma semelhante, referindo que o cerne do estudo e da questão do turismo está na relação, e no impacto que se estabelece, entre os modelos

sociais e civilizacionais dos turistas e das comunidades hospedeiras” (p. 283), reiterando assim a relevância da satisfação das necessidades quer dos visitantes, quer das comunidades visitadas.

A Organização Mundial do Turismo, enquanto principal agência especializada das Nações Unidas (ONU) no âmbito da atividade turística, decretou em 1994 que “(...) o turismo compreende as actividades desenvolvidas por pessoas ao longo das viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros»” (Cunha, 1997, p. 9; OMT, 1998).

De acordo com a legislação portuguesa através do Decreto-lei n.º 191/2009 (1ª série a 17 de agosto de 2009), que estabelece as bases das políticas públicas de Turismo, a definição deste é considerada “(...) o movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.

Examinando numa perspetiva holística a concetualização do Turismo, autores como Vanhove, citado por Cabral (2012), referem que na literatura de referência encontraremos dois tipos de abordagem ao Turismo e que estas se dividem em concetual e estatística, sendo que estas ainda “(...) se cruzam com duas correntes de pensamento diferentes mas complementares relativamente ao seu objeto de estudo, nomeadamente, turista (procura) ou sistema de atividades que compõem o turismo (oferta)” (p. 7). A este respeito também Cunha (2007) reitera que no caso da abordagem concetual, a preocupação da definição é a de prover um instrumento teórico que possibilite identificar as características fundamentais do Turismo, e que, no caso da abordagem estatísticas (a que o autor denomina “ponto de vista técnico”), a preocupação da definição prende-se com a identificação de instrumentos de avaliação rigorosos, comparáveis e credíveis, que possibilitem adquirir informações, para fins estatísticos e legislativos.

Em suma, e tal como refere Costa (2005), “o denominador comum em todas estas definições refere-se ao estudo do movimento dos indivíduos para fora das suas áreas de residência e por períodos superior a um dia, sendo que as motivações que originam estas deslocações são diversas” (p. 283). Noutra análise similar acrescenta que “O turismo é,

incontestavelmente, um fenómeno civilizacional e possui dinâmica que apresentam um perfil diverso em função de diferentes períodos históricos, níveis de desenvolvimento económico e social, organização política e religiosa dos lugares, nível de desenvolvimento tecnológico” (p. 418).

Assim, e na perspetiva que fundamenta a nossa perceção sobre o fenómeno do Turismo, entendemos que as suas interpretações se fundamentem nesta realidade bibliográfica apresentada. Para além do entendimento sobre a evolução destes conceitos, também compreendemos que as tendências dos mercados suscitem abordagens com eles síncronos, dado que a escolha dos tipos de consumo também influenciam os mercados turísticos.

2.2.3. Turismo Cultural

No final do século XX, e após o expoente máximo do Turismo de massas⁷, o setor entra numa fase de transformação onde a cultura se patenteou como um atrativo para os viajantes e, uma possibilidade de desenvolvimento turístico para diversos territórios, resultando assim num novo produto turístico: o Turismo Cultural (TC). Como refere Brito (2002) “os viajantes para quem, em 1965, era uma aventura ir para Maiorca são mais educados, conhecedores e exigentes. Os seus filhos já não conheceram os *holiday trains*” (p. 127).

A definição de TC encerra as mesmas dificuldades que a de Cultura, dada a amplitude de ambos os conceitos: são transversais a várias dimensões, ideologias, políticas, e compreendidas de forma diferente, pelos diversos povos (Cunha, 2017, p. 234), bem como pela recente conceção do mesmo, pois como afirma Pérez (2009) “ainda que a natureza cultural do turismo é já antiga, a ligação entre turismo e cultura é relativamente recente e muito mais o conceito de “turismo cultural” (p. 108).

⁷ Por Turismo de Massas entende-se “conceito que corresponde a uma ampla movimentação das camadas populacionais para um determinado destino, sobretudo nos períodos de férias, onde a capacidade de acolhimento se esgota com facilidade devido ao conjunto de atrativos da região e a outros fatores favoráveis tais como preços, qualidade dos serviços, facilidades de acesso, mobilidade, diversões, acolhimento, etc.” (Domingues, 2013, p. 334)

De acordo com os investigadores Walter Hunziker e Kurt Kraph, citados por (Beni, 1998), “(...) sem cultura não há turismo” (p. 111), reiterado por Pérez (2009) que afirma que: “Em termos filosóficos toda a prática turística é cultural” (p. 108). Mediante estes pressupostos, importa compreender quais os elementos que delimitam e concetualizam o TC. Para nós esta questão prende-se com uma necessária delimitação das possibilidades e dos limites que possamos considerar como recurso, suscetível de se transformar em atrativo turístico-cultural.

A OMT considerou em 1998 definir TC como o segmento de Turismo que se,

“Baseia nos atrativos culturais que o destino possui, seja permanente ou temporário, como museus, espetáculos teatrais ou musicais, orquestras, etc., ou baseado nas características culturais e / ou sociais de uma população que tem um estilo tradicional de vida ou suas próprias características, como é o caso das reservas indígenas nos EUA”⁸ (OMT, 1998, p. 138).

Esta definição ilustrativa da ampla diversidade teórica inerente ao TC, instituída pela OMT, é partilhada por Swarbrooke (2002), citado por Queirós (2014), que sugere a constituição dos produtos de TC baseados no património edificado, nos espetáculos, nos estilos de vida, eventos e acontecimentos de carácter cultural, o que, uma vez mais, reforça a diversidade dos contextos e produtos que este segmento de Turismo pode albergar.

Do ponto de vista nacional, a este respeito, o investigador Carlos dos Santos Queirós (2014), define para este segmento turístico o seguinte conceito:

“É uma actividade produtiva orgânica do turismo constituída por uma gama de produtos turísticos que incorporam, ao nível da concepção, organização, promoção e consumo, conteúdos e matérias dos domínios da cultura e da cultura científica, em particular, da museologia e das ciências do património, mas ajustados à dinâmica e

⁸ Tradução nossa.

aos objectivos da economia do turismo, no quadro da gestão das suas Cadeias de Valor” (p. 115).

Ainda nesta revisão epistemológica do conceito de TC, importa ressaltar a importância da terminologia no setor, enquanto contributo para a melhoria da eficiência dos atores que nele se movimentam, e que construções literárias como o designado “Prontuário Turístico” nos podem possibilitar aceder. Nesta, o entendimento de TC é,

“(…) associado predominantemente à exploração e fruição de atividades relacionadas com motivações de ordem cultural, nomeadamente a visitas a locais de interesse histórico, artístico, etnográfico, arqueológico, etc., bem como a participação em acontecimentos de relevante interesse cultural como festivais de arte e outros semelhantes.” (Domingues, 2013, p. 332).

Reafirmando o que anteriormente definiria para este segmento, Cunha aborda o TC decretando que este reflete “o conjunto dos meios que permite aos visitantes conviverem com modos de vida autênticos de outros povos ou comunidades e desfrutarem de todos os seus patrimónios e conhecimentos, seja qual for o modo pelo qual os expressam” (2001:2017, p. 234).

Tendo em conta a presente revisão bibliográfica da concetualização do segmento cultural na atividade turística, importa salientar que, tal como McKercher e Du Cross afirmam “ (...) é quase impossível captar a total essência do turismo cultural em uma ou duas frases⁹” (p. 6), e sugerem que a sua abordagem concetual seja desenhada num enquadramento que inclua os quatro elementos que o compõem: o turismo (propriamente dito), o usufruto de ativos de património cultural, o consumo de experiências e produtos, e por último, deve considerar o próprio turista (2002). Esta ligação entre dois destes componentes, Turismo e Cultura é também reconhecido na Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, publicada em 1999, que em relação ao primeiro afirma que é “(...) cada

⁹ Tradução nossa.

vez mais reconhecido como uma força positiva que favorece a conservação do património natural e cultural” (ICOMOS, 1999).

Atualmente o TC apresenta-se como um dos principais segmentos da atividade turística, como diagnosticado pela OMT (citada por Cunha, 2017) que afirma que este “(...) representa mais de 40% do Turismo Internacional, (...) contudo, na Europa, as estimativas imputam-lhe mais de 50% da atividade turística” (p. 233).

O autor anteriormente referido, ressalva também que:

“(...) as novas tendências consideram que do turismo cultural fazem parte costumes, usos, normas ou valores espirituais, que antes não eram considerados, nem faziam parte do elenco dos produtos ou dos programas das viagens turísticas. Hoje, contudo, faz parte da experiência do turismo cultural a possibilidade de desfrutar deste conjunto de valores...” (p. 237)

A este respeito Costa (2005) enfatiza a pertinência da variável cultural no setor, quando refere que “(...) os elementos civilizacional e cultural encontram-se fortemente presentes e, (...) , constituem-se como o, ou um dos principais, elemento de motivação para que as pessoas se desloquem para outros locais e, assim, para que exista turismo” (p. 281), ressaltando deste modo, o impacto que esta variável detém no incentivo à atividade turística.

2.2.4. Recursos e Produtos turísticos

Qualquer processo de transformação de recursos em atrativos sofre um quadro de intervenção sistémica (*inputs process, outputs*) e dentro do sistema turístico local esta intervenção é agregada à riqueza dos recursos que podem ser vocacionados ao turismo.

Tomando como ponto de partida a legislação portuguesa, na qual o conceito de “recursos turísticos” se refere aos “Bens que pelas suas características naturais, culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar visita e fruição turísticas” (Decreto-lei nº191/2009), atentamos a importância que estes detêm sobre o processo de transformação e ativação de um dado produto turístico.

A este respeito, Queirós (2016) afirma que “O que constitui recurso turístico essencial é a paisagem cultural (...), paisagem humanizada, onde se inscrevem museus e monumentos, parques e áreas protegidas, ou simplesmente, os diversos quadros paisagísticos” (p.69). Porém, o autor atenta que a transformação de um dado recurso em produto turístico requer um processo de ativação turística que este considera ser concretizável através da sua leitura e interpretação, que “ (...) constituem a base da criação do produto turístico e (...) lhe confere um novo acréscimo de valor cultural e económico, transformando o recurso em produto/mercadoria.” (p. 69).

Deste modo, quando falamos na oferta de produtos turísticos de cariz cultural, podemos considerar que estes são “ (...) um produto, que contém sensações e experiências emocionais” (Pérez, 2009, p. 111). Na dimensão de qualquer Centro Interpretativo esta é, assim, uma questão de base: só conhecendo o território, os seus recursos, a sua capacidade atrativa, se poderá esboçar qualquer projeto que, de um ponto de vista interpretativo acrescente valor das pré-existências, à capacidade de atração dos seus residentes e o fomento das organizações (públicas e privadas) poderá assegurar futuro. O CITA, como se verá adiante, pretende constituir-se como equipamento cultural, com esta visão global que liga Turismo e Cultura.

2.2.5. O Panorama Português

Em Portugal, o despertar para a atividade turística, do ponto de vista social, inicia-se no seio da sociedade portuguesa, em parte, devido a conhecidos nomes da literatura de viagens, como Almeida Garrett ou Eça Queirós, que nas suas obras literárias descreviam as viagens encetadas ao longo do território português, e que promoviam assim o imagético social destas deslocações. Porém, o verdadeiro relevo deste fenómeno, concretiza-se nos finais do século XIX, com o país a atravessar profundas dificuldades (resultado do *boom* económico promovido pelas grandes obras públicas de Fontes Pereira de Melo), onde figuras da política vislumbram no Turismo uma possível fonte de receitas, que regulasse assim o desequilíbrio da balança comercial. Desta forma, na viragem do século, ocorre a criação da Sociedade Propaganda de Portugal que permitiu o desenvolvimento da atividade turística, através de uma série de ações, sendo a mais

proeminente a que se referia à intenção de tornar Lisboa num *hub* entre a Europa Central e a América. (Cunha, 2010).

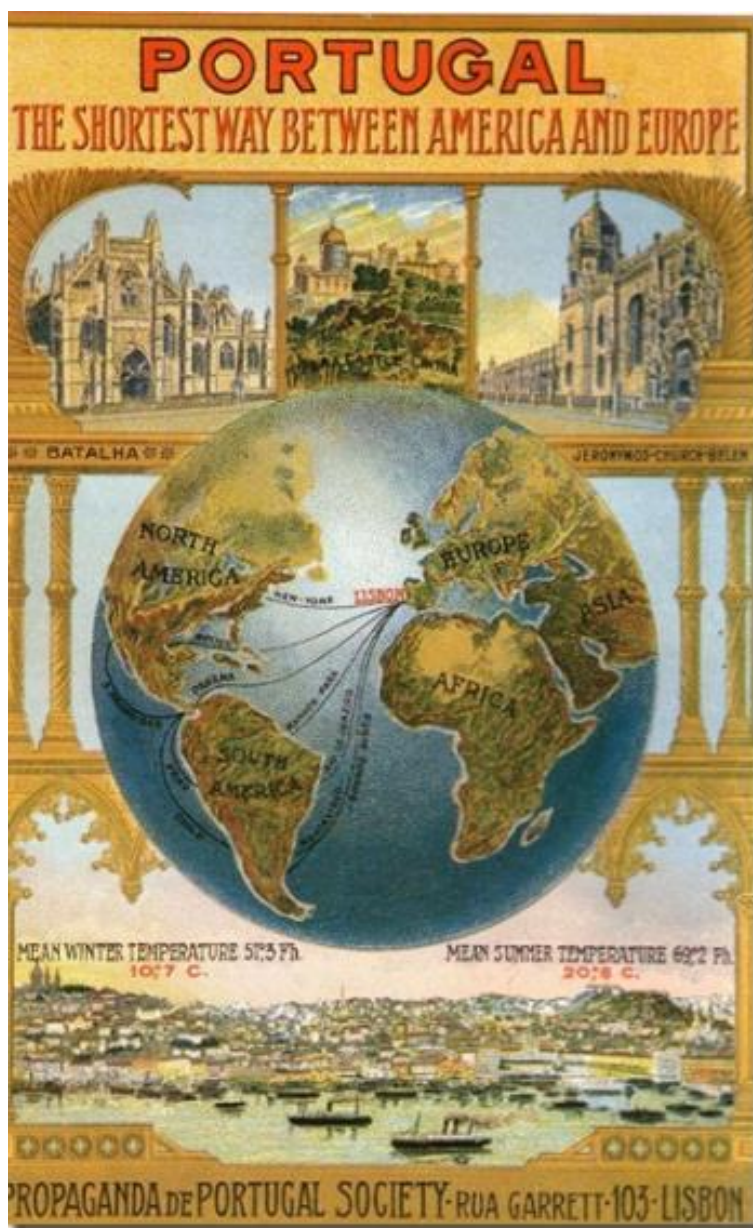


Figura 2 - 1º cartaz de promoção turística do país, divulgado pela SPP, 1907.

Fonte: Disponível em <https://images.impresa.pt/visao/2016-03-22-Scan10058.JPG/original/mw-1600>; consultado a 12 de agosto de 2019.

Consciente da importância do Turismo e do papel preponderante do apoio internacional no crescimento desta atividade, Portugal torna-se membro da Federação Franco — Hispano — Portuguesa de Sindicatos de Iniciativa e Propaganda (1909) e, posteriormente (1925), membro fundador da União Internacional dos Organismos Oficiais da Propaganda Turística, entidade que reunia dirigentes do Turismo de vários países

européus. Após as duas Grandes Guerras, (em 1947) esta organização foi transformada na União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo (UIOOT), e vinte sete anos depois, em 1974 na atual Organização Mundial do Turismo (OMT), na qual Portugal mantém o *status* de membro fundador (Cunha, 2010).

A par do que sucedia a nível internacional, as últimas décadas do século XX são marcadas pela mudança de consumos no que ao Turismo concerne, e também Portugal se depara com uma crescente procura pelo Turismo Cultural (em detrimento do de Massas). Com base numa avaliação de dois dos principais equipamentos que compõem este segmento da atividade turística, Museus e Monumentos, Queirós (2016) conclui que, no período de tempo anteriormente mencionado, estes atingiram números recordes de visitantes, sendo que o país recebeu “(...) entre 1998 e 2002 um número de visitantes equiparado aos melhores níveis internacionais” (p.74). Na materialização desta evolução, o autor declara os quatro fatores que considera concorrerem para esse progresso e que se traduzem: (i) no aumento da oferta, que consequentemente, desencadeou vagas sucessivas de visitantes; (ii) na democratização e qualificação das estruturas museológicas; (iii) na atuação das instituições escolares e professores¹⁰, que em paralelo com as autarquias, trouxeram aos museus novos públicos (o escolar e o das classes populares); (iv) no papel das crianças e jovens, que se tornaram impulsionadores das visitas a estes espaços.

Já no século XXI, a legislação portuguesa reafirma a importância da atividade turística no país, com a publicação do Decreto-lei n.º 191/2009 (ver secção 2.2.), que define os principais conceitos para a atividade turística nacional, e delinea e orienta as principais linhas de atuação para o setor.

Facto é que, o Turismo é atualmente um dos mais importantes setores da economia nacional e, como Ramos e Costa consubstanciam, a diversidade de culturas e tradições que o território português encerra em si próprio “(...) onde a principal aposta deve ser no autêntico e diferenciador que nos destique como país” (2017, p. 32), proporcionam que o desenvolvimento da atividade turística seja uma realidade. No nosso entendimento, a pertinência das características de autenticidade e singularidade, deve constituir-se como uma

¹⁰ O autor, neste contexto, denomina os professores como os principais “agentes informais do turismo”.

realidade não só e apenas da atividade turística, mas também no que se refere ao Património e à apresentação / interpretação do mesmo.

2.3.A Interpretação Patrimonial

A origem da Interpretação do Património/Interpretação Patrimonial, doravante denominada IP, atribui-se à segunda metade do século XX, com a criação dos primeiros parques nacionais, nos Estados Unidos da América, e através da qual se procurava demonstrar a importância de preservação destes parques/recursos naturais. Contudo, o grande desenvolvimento da atividade resultou da obra *Interpreting Our Heritage*, de Freeman Tilden (1977), a partir da qual se considerou a seguinte definição formal: “Uma atividade educativa que visa revelar significados e relações através do uso de objetos originais, pela experiência direta, por meios ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar informação factual¹¹” (p. 8).

Mediante este conceito, a ação de interpretação do património, segundo Tilden (1977), partia de seis princípios:

I. Qualquer interpretação que não relacione, de alguma forma o que é exibido ou descrito, com a personalidade ou experiência do visitante, será estéril.

II. Informação, como tal, não é Interpretação. Interpretação é revelação baseada na informação. Mas são coisas completamente diferentes. No entanto, toda a interpretação inclui informação.

III. Interpretação é uma arte que combina outras artes, sejam os materiais apresentados científicos, históricos ou arquitetónicos. Qualquer arte é, de certa forma, ensinável.

IV. O principal objetivo da Interpretação não é instrução, mas provocação.

¹¹ Tradução nossa. Original: “An educational activity which aims to reveal meanings and relationships through the use of original objects, by firsthand experience, and by illustrative media, rather than simply to communicate factual information.” (3.ª edição, 1977).

V. A interpretação deve ter como objetivo apresentar um todo e não uma parte, e deve dirigir-se ao homem como um todo.

VI. A interpretação direcionada para crianças (digamos, até a idade de doze anos) não deve ser uma diluição da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem fundamentalmente diferente. Para estar no seu melhor, será necessário um programa separado¹².

Deste modo, podemos considerar a IP como uma estratégia de apresentação do Património, com recurso a uma amplitude de técnicas de comunicação e, como Tilden afirmara, com o objetivo primordial de “provocar” o visitante e, consequentemente estimular a sua atenção (Princípio IV).

Concordando com a contenda da “provocação” promovida por Tilden, Delgado & Pazos (2013) afirmam que “(...) uma atividade é interpretativa quando os visitantes participam dela de forma voluntária durante o seu tempo livre e, portanto, a interpretação do património não tenta instruir o público, senão provocar o seu interesse e sensibilidade” (p.307). Na sequência da declaração deste estímulo de interesse sobre o bem patrimonial, os mesmos autores, afirmam a intenção de que a IP promova a consciencialização sobre a salvaguarda do dito bem, sendo assim “(...) desenhada para que as pessoas conheçam de maneira significativa seu património e se convertam em seus protetores e defensores” (p. 302). Decorrente desta função de proteção e salvaguarda do Património, exetável desta atividade, Delgado & Pazos (2013) atribuem-lhe o nascimento do próprio processo de implementação: “(...) talvez pelo seu nascimento estar vinculado à criação dos Parques Nacionais nos EUA, favorecendo o desenvolvimento de atividades de uso público e turismo em consonância com os objetivos da conservação” (p.303).

Após a intervenção de Tilden no cenário interpretativo, o processo de Interpretação apresentou forte ênfase na relação recurso interpretativo - visitante, e posteriormente, no processo de planificação da própria ação. É, contudo, na década de 1980 que o conceito de Interpretação se estende, desde o contexto ambiental/natural, até ao histórico e ao cultural.

¹² Tradução nossa; a intenção é a de facilitar o acesso do leitor aos seis princípios.

2.3.1. A Interpretação e o Património

Dado que neste processo de investigação, e consequentemente estruturação do Conhecimento, entendemos pertinente o enfoque sobre a terminologia e o exame epistemológico dos principais conceitos explorados, e também porque, para enquadramento da atividade consideramos importante compreender o processo interpretativo, bem como a concetualização do seu objeto (que se traduz no bem patrimonial), pretendemos promover nos próximos subcapítulos uma sucinta análise da relação entre a técnica Interpretativa e o Património.

Do ponto de vista histórico-cultural, e segundo Desvallées & Mairesse (2013) “a partir da Revolução Francesa e durante todo o século XIX o vocábulo «património» passou a designar essencialmente o conjunto de bens imóveis, confundindo-se geralmente com a noção de monumentos históricos” (p.73). A extensão concetual desta definição a outras áreas de atuação, ocorreu a partir de meados dos anos 1950, cuja definição de Património foi “(...) consideravelmente ampliada, de modo a integrar, progressivamente, o conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio. Assim, o património folclórico, o património científico e, mais recentemente, o património industrial, foram progressivamente integrados à noção de património” (p. 74), afirmam os autores.

A extensão do conceito acompanhou as transformações da viragem do século e, foi consideravelmente afetada pela globalização de ideias (decorrente do próprio fenómeno de intercâmbio cultural, resultante do desenvolvimento de uma economia de escala planetária) e “(...) cujo testemunho é o princípio relativamente recente do património imaterial” (p.75). Este conceito repercutiu-se mundialmente, e em 2003, foi aprovado na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

Ainda com base no objetivo inicialmente definido para este subcapítulo, apresenta-se uma adaptação dos conceitos definidos pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, que na “Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural” (2008), retificada no Québec, explana os seguintes conceitos, sobre os quais, os respetivos Princípio da Carta assentam.

Interpretação e apresentação – principais definições	
Interpretação	Refere-se a todas as potenciais atividades realizadas para aumentar a consciencialização do público e promover um maior conhecimento do património cultural. Inclui publicações impressas e eletrónicas, conferências, infraestruturas, programas educacionais, atividades comunitárias, bem como pesquisas, programas e sistemas de ensaio, e métodos de avaliação permanente do processo de interpretação em si mesmo.
Apresentação	Centra-se especificamente na comunicação planeada de conteúdos interpretativos, com base nas informações gerais, acessibilidades físicas e infraestrutura interpretativa, dos sítios patrimoniais. Pode ser transmitida através de vários meios técnicos que incluem (mas não exigem) elementos como painéis de informações, exposições do tipo museu, trilhos sinalizados, conferências e visitas guiadas, páginas multimédia e da <i>web</i> .
Infraestrutura interpretativa	Refere-se às instalações físicas, equipamentos e património, ou espaços relacionados, que podem ser usados especificamente para fins de interpretação e apresentação, incluindo novas estratégias de interpretação e novas tecnologias existentes.
Intérprete do património	Refere-se aos recursos humanos, ou voluntários dos locais do património, que são permanente ou temporariamente responsáveis por comunicar ao público, informações sobre o valor e o significado do património cultural.
Sítios de património cultural	Refere-se a um local, uma paisagem cultural, um complexo arquitetónico, sítio arqueológico ou uma estrutura existente, que seja reconhecida como um local histórico e cultural e, geralmente, com proteção legal.

Tabela 3 -Principais conceitos definidos pelo ICOMOS, na Carta para a Interpretação e Apresentação de sítios de Património Cultural.

Fonte: Adaptado de ICOMOS, 2008.

Em Portugal, a Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei n.º 107/2001), publicada em Diário da República a 8 de setembro de 2001, define como património cultural “(...) todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (artigo 2.º, alínea 2), ao qual pertence, por exemplo, a língua portuguesa, e acrescenta que são agregados a este conceito “(...) não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa” (art.º 2º, alínea 6).

Em suma, e sem pretensão de uma extensa explanação dos conceitos acima apresentados, e com base na revisão bibliográfica encetada, concordamos com Figueira & Coelho (2017), quando referem que o ato de um indivíduo interpretar algo, se traduz numa explicação “(...) em detalhe e tentando reproduzir com as suas palavras o pensamento e/ou a obra natural ou cultural que lhe caibam para os outros: assim, interpretar elementos patrimoniais é ação interligada com a sua apresentação” (p. 36). Ora, se considerarmos que os mesmos autores atribuem ao ato de apresentar, o significado de “expor à vista” e/ou “exibir/mostrar”, e tendo em conta a interligação entre estes dois tipos de ação, consubstancia-se este processo na função de apresentação-interpretação patrimonial, enquanto *modus operandi* de exposição e explicação de um dado bem patrimonial, “(...) para audiências que procuram significados e emoções no contato com o património que escolhem para visitar” (p.36). Também este ponto de vista de ativação de sensações, associado à apresentação do património é partilhada por Mckercher e du Cross, que a este respeito adicionam a importância da sensibilidade na sua explanação, pois “(...) os produtos do património cultural podem ser apresentados de uma forma emocionalmente exigente, mas não de uma forma intimidante ou acusatória” (p. 39). Este fator suscita também a competência de apreciação dos atores interpretativos, na categorização da sua assistência, tendo em conta por exemplo, o seu grau de interesse, entre outras variáveis, e respetiva adoção da estratégia interpretativa, mais eficaz para o público-alvo em apreço.

2.3.2. A segmentação de públicos na interpretação patrimonial

Partindo deste pressuposto, importa salientar que a apresentação-interpretação patrimonial, enquanto prática comum no contexto da visita turística, é estruturada por Figueira & Coelho (2017) mediante uma diversidade de aspetos, dos quais se destaca a segmentação dos públicos – alvo, cuja homogeneidade de categorização deve constituir-se como uma realidade. Contudo, o facto de esta segmentação induzir à criação de estereótipos, nem sempre correspondentes ao que é ambicionado, certo é que, auxilia a organização, quer comercial, quer taxonómica, deste exercício interpretativo-turístico. Na ordenação sugerida pelos autores, o agrupamento dos públicos por tipologia podem ser compreendidos por faixa etária, por categorias profissionais, académicas, identificações culturais, regionais, por categorias comportamentais, físicas, e/ou por outros critérios de ordenação, desde que a adequação da estratégia seja concretizada, pois “ (...) não havendo ciência certa para a

criação de tipologias de públicos turísticos deverá haver a sensibilidade, ditada pelo bom senso e experiência que «fazem» cultura turística específica de cada lugar” (p. 41).

Na interação do visitante com o Património cultural visitado, e para a adoção da eficiente estratégia interpretativa, importa compreender que não só o elemento público-alvo é segmentado, como a própria técnica interpretativa pode ser segmentada, de acordo com o seu grau de complexidade, como veremos no quadro abaixo ilustrado.



Figura 3 - A segmentação da apresentação-interpretação patrimonial.

Fonte: Adaptado de Figueira (2013).

Esta constatação da importância do património, nomeadamente no caso concreto do património cultural, delimita e estrutura não só a IP, como a própria oferta turística, que sobre este assenta, dado que “ (...) as atividades turísticas geram mecanismos de sustentabilidade e espaços propícios às expressões culturais.” (Costa & Lopes, 2017, p. 51). Esta relação Património - Turismo é reforçada pela existente definição de Património Turístico que compreende o “conjunto de obras e ou monumentos de valor histórico, artístico, cultural, religioso, etnográfico, etc., de um país, região ou localidade.” (Domingues, 2013, p. 240).

É neste contexto de IP e de expressão turístico-cultural, que intentamos aferir os limites e possibilidades dos Centros de Interpretação, enquanto infraestruturas interpretativas, mais concretamente no caso do Centro de Interpretação Templário Almourol.

2.3.3. Principais Meios e Técnicas Interpretativas

Enquadrados e delimitados os principais conceitos inerentes à atividade de IP, importa ao momento presente, que a investigação identifique os principais meios e técnicas de utilizados nesse processo.

Assim, através da revisão da literatura acedemos às perspetivas de categorização destas práticas que, para Toffolo & Cardozo (2013), citando Costa (2009), se dividem em dois grupos: meios e técnicas interpretativas guiadas e autoguiada. As primeiras referem-se a atividades orientadas, nas quais o visitante interage com o um dado interluctor/orientador, como por exemplo, palestras interpretativas, caminhadas e passeios orientados, trilhos interpretativos, interpretação espontânea, demonstrações e história viva, entre outras; já no concerne às técnicas autoguiadas, a autora refere-se aquelas que se socorrem de equipamentos de transmissão de informações aos visitantes, como publicações impressas, placas, painéis e letreiros, exposições, vitrinas, módulos multimédia, etc.

Para Delgado & Pazos (2013), os três principais meios interpretativos são:

1) Trilhos ou itinerários interpretativos (que podem dividir-se em guiadas ou auto guiadas) e que podem ser considerados de: a) de relato ou lugar; b) didáticas; c) turísticas ou recreativas; d) cognitivas.

2) Placas, sinais, painéis e letreiros interpretativos, nos seguintes níveis:

- Nivel I - apresenta o tema ou um elemento do tema;
- Nivel II - aprofundar, com pouco detalhe, em algum aspecto do título despertando interesse;
- Nivel III - aprofunda no tema;
- Nivel IV - ele se convida a desenvolver uma ação;

- Nivel V - facilitar outra informação mais exhaustiva;
- Nivel VI - destinado a incluir o nome da trilha, as logomarcas das instituições e a imagem corporativa da trilha.

3) Centros de Visitantes, que para estes autores se reporta aos locais, *in situ*, que revelam aos visitantes o significado das áreas de atuação.

Em jeito de síntese, os mesmos autores concluem que a experiência interpretativa “(...) exige um bom conhecimento do entorno e da história do lugar. É ela que dá à destinação a sua personalidade, seu caráter único, diferenciando o destino turístico e o excluindo de lugares comuns” (p.318). Neste sentido, Delgado & Pazos (2013), destacam o papel dos atores locais nesta experiência, referindo que:

“(...) a integração das comunidades no planeamento interpretativo resulta essencial, já que como anfitriões, são as que melhor podem transmitir o “espírito” desse destino turístico, por meio dos valores e recursos próprios do território, ajudando assim a entender a “alma” que esse lugar possui.” (p. 318).

Concordando com a revisão da literatura até ao momento concretizada, enfatiza-se a questão da autenticidade¹³, tão relevante para a revelação do património, bem como para a criação de produtos e atrativos turísticos e culturais, cujo *genius loci*¹⁴, apresente um valor diferenciador, dos e para os territórios.

2.3.4. A Oferta Cultural como Atração Turística

Explanado até este ponto as principais variáveis deste binómio Turismo - Interpretação Patrimonial, importa agora compreender o em que medida esta relação ocorre e quais os resultados daí advindos. Segundo Figueira & Coelho (2017) “No futuro, a tendência que se desenha é a continuidade desta visão holística sobre a gestão integrada do território, do seu património e do seu uso turístico” (Figueira & Coelho, 2017, p. 14), o que

¹³ A este respeito, sugerimos a consulta do documento publicado pelo ICOMOS (1994) “The Nara Document on Authenticity”, Anexo I desta dissertação.

¹⁴ Expressão latina que se refere ao "espírito do lugar".

desde nos autoriza a perceber a indissociabilidade dos elementos anteriormente mencionados.

Por outro lado, note-se que, mesmo em circunstância de existência de recursos patrimoniais, não significa, porém, que, estes sejam mecanicamente considerados recursos ou atrativos turísticos. Para que esta transformação ocorra, é fundamental que seja aplicado um processo de ativação turística ao recurso patrimonial em apreço, através da estruturação e organização dos bens patrimoniais, tendo em conta as especificidades inerentes à atividade turística, nomeadamente planificação dos procedimentos de acolhimentos aos visitantes, definição da capacidade de carga do recurso, entre outros (Sardo & Estevão, 2009).

2.4.Síntese

Este capítulo procurou contribuir, com os pressupostos históricos desta investigação, no que à atividade turística e a interpretação patrimonial se refere, como forma de compreensão do Turismo, no seu todo, e em particular do segmento cultural, bem como e da sua relação com o Património e a atividade interpretativa daí decorrente.

Consideramos a revelação destas questões pertinentes na legitimação do estudo sobre os Centros de Interpretação, equipamentos estes cujas bases conceituais diversas vezes assentam nos bens patrimoniais e/ou na atividade interpretativa, e não menos vezes é da complementaridade da atividade turística que a sua promoção advém, como de seguida se explana.

CAPÍTULO III

3. Os Centros de Interpretação

3.1.Introdução

Na sequência da evolução da Interpretação Patrimonial, que destacava a importância da interpretação *in situ*, começaram a emergir novas estruturas de apoio a esta atividade. Para além deste fator, a transformação dos públicos e de paradigmas, as novas correntes ligadas à museologia concorreram para a proliferação de novos equipamentos, mais adequados às novas tendências vividas. Assim, na viragem do século XX para o atual, surgem os Centros de Interpretação (CI), cuja ascendência se atribui à museografia americana e aos denominados *Visitors Centers*¹⁵. Embora na sua génese estes equipamentos fossem direcionados para os centros de temática ambiental, com a (re) significação da Interpretação Patrimonial durante o I Congresso Mundial de Interpretação do Património (1985), a qual passou a integrar a cultura em geral no seu seio (Morales Miranda 1998, citado por Garrido & Sánchez, 2015), o paradigma interpretativo alterou-se e os CI expandiram-se até à área do património em geral.

Com uma proliferação crescente, desde os Estados Unidos à Europa Ocidental, e concorrendo, segundo alguns autores, com os próprios museus, os CI fixaram-se no panorama cultural e consequentemente turístico, o que nos conduziu à análise concetual destes equipamentos, apresentada de seguida.

¹⁵ Para uma compreensão mais profunda destes equipamentos, sugere-se a consulta do documento “Visitor Information Centres: Best Practice in Information Dissemination”. Disponível em http://sustain.pata.org/wp-content/uploads/2014/12/Deery_VICs-Best-practice.pdf

3.2. Definição dos Centros de Interpretação

A par do sucedido nos capítulos anteriores, nos quais as definições quer de Turismo, quer de Património apresentavam alguma complexidade na determinação das mesmas, igual problemática nos é apresentada no conceito de “Centros de Interpretação”. Desde logo a própria terminologia utilizada é recente e, como afirma Garrido e Sanchez, citando Martín Piñol (2011), “não existem regulamentos gerais que definam ou classifiquem este tipo de centros”¹⁶ (2015, p. 145), o que consideramos ser uma desvantagem clara na sua concetualização.

Ao contrário dos museus, cuja definição se encontra francamente estabelecida (não obstante as atualizações ocorridas), nomeadamente do ponto de vista legislativo, no caso dos CI essa referenciação legal é inexistente. Desta forma, e após revisão da literatura verificou-se que esta lacuna proporcionou aos diversos autores, a construção/sugestão do conceito de CI, que nos leva a esta proposta da tabela n.º 4.

AUTOR		DEFINIÇÃO	ANO
1	Morales Miranda	Os centros devem ser: inspiradores e tocar o espírito dos indivíduos; estimuladores do uso dos sentidos; motivadores e provocantes; sugestivos e persuasivos; incentivadores de participação ativa e senso crítico; facilitadores de uma mensagem clara e não densa; produtores de significados e de inter-relações; promotores da consciência cívica.	1998
2	Paulo Pereira	A construção de centros interpretativos acumula as características dos centros explicativos com a possibilidade, amplificada, de melhor interagirem com os visitantes: explica, procede a (ou oferece) uma interpretação, mas também regula e disciplina os fluxos de visita, associando-se-lhe uma componente científica uma vez que estes centros se encontram dotados de gabinetes de trabalho, de centro de documentação e de reservas.	2001
3	Federación Española de Municipios y Provincias.	Equipamento destinado a promover e divulgar um território específico com base num discurso interpretativo específico que o distingue de forma singular. Esta leitura é baseada nos elementos endógenos que compõem o património cultural e natural da área. As suas áreas básicas são: área de	2003

¹⁶ Tradução nossa.

		entrada, gestão e administração, área de exposição, difusão, centro de documentação e armazém.	
4	Izquierdo, P.; Juan, J.; Matamala, J.	Os Centros de Interpretação são instalações criadas para a avaliação do património cultural e / ou natural de uma determinada área geográfica e a sua transformação num produto educativo, cultural ou turístico. Utilizam diferentes sistemas de comunicação para que os visitantes conheçam um parque natural, um território específico ou um evento, baseado num discurso interpretativo que o singulariza. Ao contrário dos museus, eles não têm o objetivo principal de colecionar, preservar e estudar objetos originais (embora não os excluam), mas sim facilitar a compreensão de valores culturais e naturais, realizando um trabalho de sensibilização e educação. Como estratégia de apresentação, estes centros utilizam uma apresentação cenográfica, com a ajuda de elementos tecnológicos e audiovisuais, para auxiliar e estimular o processo de descoberta do património.	2005
5	Consejería Economía e Innovación Tecn. (C. de Madrid)	Centros que pretendem ir além de meras oficinas, ajudando o visitante a interpretar o que poderá conhecer no seu destino: património cultural, recursos naturais, história, costumes e tradições, gastronomia..., oferecendo num único espaço, e de forma atraente, as potencialidades do destino.	2006
6	Castaño Blanco	Os centros de interpretação, em termos gerais, são definidos como entidades cujo principal objetivo é divulgar valores culturais, históricos e naturais, geralmente localizados em zona rural, que se destacam pela sua identidade e que usam a interpretação como estratégia de comunicação do património.	2007
7	Martín Piñol	Assim, entendemos por centro de interpretação um equipamento situado num edifício fechado ou ao ar livre que normalmente não tem objetos originais e que visa revelar o significado evidente ou oculto do que se pretende interpretar.	2011
8	(Pazos, 2011, p. 104)	“Os CI são as instalações fixas que servem de referência para os visitantes que pretendem informações “in situ”, antes de visita a um recurso ou local de interesse patrimonial, o que lhe confere um grande valor estratégica face à gestão do recurso.”	2011
9	Ayuntamiento de Santo Domingo de la Calzada	Um centro de transmissão cultural, integrado na cidade, que garante a continuidade e a criação de novos hábitos culturais. Um centro que gera comunicação e intensifica a vida social, que busca a participação do cidadão e mobiliza uma parte considerável da população.	2011
10	(Pérez, 2009, p. 237)	“Os centros de interpretação são o principal suporte da interpretação, satisfazem uma nova procura social, e ajudam a realizar a gestão dos bens culturais e patrimoniais. Desde o ponto de vista infraestrutural, os centros	2009

		de interpretação são equipamentos com serviços destinados à apresentação, comunicação e exploração do património cultural”	
11	(Bertonatti, Iriani, & Castelli, 2010)	“Um centro de interpretação é uma exposição em torno de um guião de tipo museográfico (com intenção pedagógica), que relaciona emocionalmente o visitante com o património, estimulando o seu interesse em comprometer-se com a sua conservação ou cuidado.”	2010
12	(Garrido & Sánchez, 2015, p. 148)	“Instalações públicas ou privadas cujo propósito final é a interpretação, conscientização e disseminação de um bem patrimonial, definido na sua perspetiva global e pode abranger aspetos naturais, históricos, culturais e etnográficos. Estes centros devem ter um tema monográfico apresentado a partir de uma perspetiva geográfica e cultural integradora. Da mesma forma, eles devem estar localizados no contexto geográfico onde se localiza o bem patrimonial interpretado. Assim, o mesmo espaço interpretativo pode servir para promover turisticamente o espaço geográfico em que se enquadra e promover-se através de produtos locais”	2015

Tabela 4 – Síntese dos conceitos de “Centro de Interpretação”.

Fonte: Adaptado de Garrido & Sánchez (2015).

De acordo com a tabela síntese supramencionada, considera-se que uma das características comumente aceite é de que os CI devem apresentar-se enquanto mediadores entre um património em concreto, e o visitante, utilizando e adequando as devidas técnicas de IP, transpondo o bem patrimonial para o recetor, de forma singular (a interpretação sugere envolvimento da emoção). Alguns autores destacam ainda que nesta comunicação do património os CI caracterizam-se por contextualizar globalmente o objeto patrimonial a que se referem, apresentando “(...) as características relevantes do património de um sitio vizinho ou adjacente, para que seja conhecido, valorizado e protegido”¹⁷ (Bertonatti, Iriani, & Castelli, 2010, p. 119). Outros relevam a construção das relações sociais que a partir deste equipamento se possam desenvolver (objeto patrimonial – indivíduos), e que permite um compromisso de proteção dos indivíduos para com os objetos patrimoniais.

Por outro lado, também é partilha comum entre alguns autores a importância da clarificação legal deste tipo de recurso/equipamento, e consideram que “É necessária uma regulamentação básica dos centros de interpretação que propicie a constituição de redes e

¹⁷ Tradução própria. Original: “Es un espacio que despliega una exhibición con intencionalidad pedagógica — dirigida al visitante que llega hasta él en su tiempo libre— y que presenta los rasgos sobresalientes del patrimonio de un sitio vecino o adyacente para que sea conocido, valorado y protegido”

clusters, que favoreçam a criação de produtos de turismo cultural”¹⁸ (Garrido & Sánchez, 2015, p. 162).

Esta lacuna na concretização de uma definição clara para estes centros, concebe uma problemática que, segundo Xerardo Pereiro Pérez, parte desde logo da própria denominação “Centro de Interpretação”, que considera poder entender-se como uma corrente de moda, que tende a ser replicada com total acrisia, sobretudo porque:

“(...) na Península Ibérica estão na moda e abusa-se do seu conceito com uma evidente pretenciosidade. Seria mais correcto, em muitos casos, denominar-se centros de visitantes ou centros de recepção e acolhimento de visitantes. Do mesmo modo, estes centros de interpretação têm servido, nalguns casos, para competir com os museus e também para vulgarizar conteúdos sem qualquer rigor e promovendo as “fast visits”. Noutros casos privilegia-se a rentabilidade e o número de visitantes, muitas vezes reduzidas a estudantes, sobre o papel interpretativo, educativo e comunitário” (Pérez, 2009, p. 237)

Retomando a dimensão geográfica da proliferação dos CI mencionada anteriormente por Pérez (2009), destacamos que na escassa bibliografia encontrada sobre este tema, a grande maioria dos autores que o abordam, apresentam origem hispânica, confirmando assim a relevância dos CI nos territórios peninsulares.

No que toca à revisão da literatura de autores portugueses, a escassez de referências é ainda maior. Contudo, destaca-se a visão de Manuel Lacerda e Filomena Barata, baseadas em projetos implementados no país, e que a respeito dos CI destacam o Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve, como exemplo de um programa integrador de projetos no âmbito do acolhimento e da interpretação. Deste programa, intentava-se o estudo, divulgação e recuperação dos sítios arqueológicos e a sua agregação em roteiros turísticos, bem como o desenvolvimento do conhecimento dos visitantes em relação a estes, e

¹⁸ Traução própria. Original: “Es necesaria una regulación básica de los centros de interpretación que propicie la constitución de redes y clústeres que favorezcan la creación de productos turísticos culturales

consequentemente o fomento de ações de salvaguarda. A este respeito os autores afirmam que, a conceção,

“(…) dos Centros de Acolhimento e Interpretação, veio a tornar-se gradualmente mais evidente a necessidade de aprofundar as formas de mediação entre o património em geral, e este património em particular, por vezes de tão difícil “aproximação” e compreensão pelo público não iniciado nestes domínios” (2011, p. 43).

A esta função de mediação¹⁹ dos CI, entre o património e os visitantes, Gonçalves (2007) acrescenta o fator “território” (do qual os bens patrimoniais são originários e ao qual possuem uma forte ligação), o que justifica “(…) a crescente musealização “in situ e dos centros de interpretação” (p. 17), bem como se verifica uma “(…) tendência para não descontextualizar, na medida em que a sua manutenção no território possibilita uma leitura do objeto no lugar de origem” (Gonçalves A., 2017, p. 36)

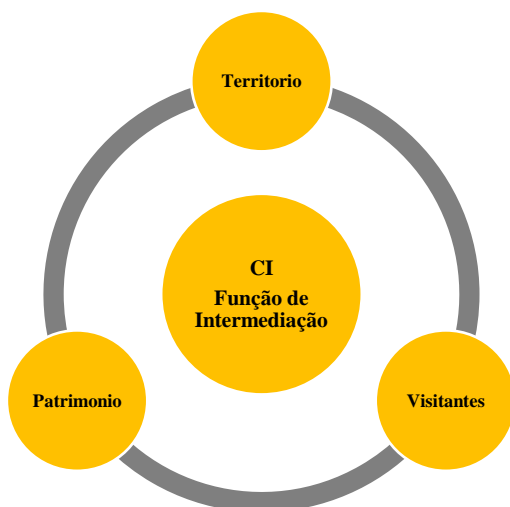


Figura 4- Função de intermediação dos Centros de Interpretação.

Fonte: Elaboração própria.

No nosso ponto de vista, a principal problemática da indefinição dos CI prende-se com ausência de homogeneidade na sua definição, que consequentemente, se reflete na

¹⁹ Em termos genéricos, o termo «mediação» refere-se à ação de conciliar, de alcançar um acordo entre dois ou mais elementos. Do ponto de vista da museologia, a mediação é entendida como “(…) uma gama de intervenções realizadas no contexto museal, com o fim de estabelecer certos pontos de contato entre aquilo que é exposto (ao olhar) e os significados que estes objetos e sítios podem portar (o conhecimento)” (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 53).

heterogeneidade de ações destes equipamentos (no que à interpretação patrimonial se concerne), sem a definição clara de um princípio comum. Como se depreende desta abordagem, e face à tentativa de sistematizar o conceito “Centro de Interpretação”, consideramos que este resultado nos autoriza a pressupor o conceito que é determinado pelo nome do objeto de estudo.

3.3. Análise SWOT

Para além da definição etimológica dos CI, considerou-se necessário identificar os principais pontos que concorrem a favor da sua implementação, e os que atuam de modo inverso, bem como os elementos que lhe conferem mais possibilidades de desenvolvimento e os que poderão traduzir-se em ameaças à sua progressão. Com base na revisão bibliográfica dos múltiplos autores, anteriormente mencionados, considerou-se benéfico o recurso à ferramenta de diagnóstico “análise SWOT”, construindo assim uma visão dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças com que os CI se podem deparar, e que se traduz na tabela nº 5, abaixo apresentada.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Atuam como recurso aglutinador, apresentando uma visão global de um conjunto de recursos que constituem os atrativos turísticos de uma dada região (Bertonatti , Iriani, & Castelli, 2010, p. 122); • Recolhe informações sobre o perfil dos visitantes o que permite a construção de um plano de interpretação devidamente adequado/eficaz (Bertonatti , Iriani, & Castelli, 2010, p. 122). • Proporcionam controlo sobre os fluxos turísticos (Bertonatti , Iriani, & Castelli, 2010, p. 123); • A sua multifuncionalidade proporciona o contato com diferentes públicos (Morais, Ferreira, & Benayas, 2015, p. 91); 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar-se como atração principal, dissociando-se do património que deve interpretar e anulando assim o seu principal objetivo de mediador (Bertonatti , Iriani, & Castelli, 2010, p. 123); • Diversas vezes não respondem a uma planificação prévia (Pazos, 2011, p. 106); • Ausência de planificação orçamental (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005; Pazos, 2011; Piñol, 2011; Bertonatti , Iriani, & Castelli, 2010); • Nomenclatura que dificulta aos visitantes nacionais e estrangeiros perceber como o conteúdo destes centros é tratado (Morais, Ferreira, & Benayas, 2015, p. 98) • Ausência de acompanhamento na atividade interpretativa (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005, p. 42)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das comunidades locais (Bertonatti, Iriani, & Castelli, 2010, p. 122); • Se bem localizados e divulgados, apresentam-se como pontos de partida estratégicos para diversas atividades turísticas (Morais, Ferreira, & Benayas, 2015, p. 91) • Multifuncionalidade viabiliza a reinvenção e continuidade do equipamento (Morais, Ferreira, & Benayas, 2015, p. 101). • Possibilidade de desenvolvimento através de parcerias entre os centros com temáticas comuns (Morais, Ferreira, & Benayas, 2015, p. 104) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência jurídica de regulamentação nomeadamente pela legislação europeia (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005, p. 42). • Pouco afluência de visitantes e posterior aposta exclusiva no público escolar, sem produção de benefícios económicos (Piñol, Los "paramuseus", un fenómeno de cambio de milenio, 2011, p. 126). • Poucos estudos de caso sobre os CI que impedem acesso à identificação de problemas comuns e de respetivas soluções (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005, p. 12). • Aposta na interatividade como meio interpretativo que, mediante os rápidos avanços tecnológicos, facilmente se torna obsoleta (Piñol, 2011, p. 471)

Tabela 5 - Análise SWOT dos CI, com base nos autores da revisão bibliográfica.

Fonte: elaboração própria.

Na análise da tabela importa salientar a perspetiva turística que Bertonatti, Iriani, & Castelli (2010) destacam como ponto favorável, e que se refere à capacidade dos CI em se afirmarem como elementos unificadores de um dado território turistificado, bem como a de regular os fluxos de visitação daí decorrentes. Relativamente a este último ponto, Delgado & Pazos (2013) sugerem a localização estratégica dos CI, aconselhando que (...) fiquem em locais de fácil acesso, (...), em lugares pouco vulneráveis que suportem a pressão das visitas” (p. 312).

Por outro lado, Bertonatti, Iriani, & Castelli (2010), a par do que outros autores defendem como característica em desfavor, relevam a falta de planificação orçamental recorrente nos CI, o que incorre que sejam efetuados, por exemplo, gastos avultados com a edificação infraestrutural, sem contemplamento dos gastos de funcionamento e manutenção dos mesmos. A identificação desta lacuna de planeamento orçamental, pode ser extensível à própria planificação interpretativa do Património afeto aos Centros, pois como Gonçalves, Costa e Martins (2005) afirmam que:

“Ainda que se possua um Centro de Acolhimento e Interpretação (elo fundamental de ligação entre o visitante e o local a visitar), não existe qualquer plano de interpretação (apontado como um instrumento fundamental na gestão de locais deste tipo). Os objectivos que deveriam estar subjacentes à criação de Centros de Interpretação, não foram previamente definidos, e assim, a interpretação desenvolvida nos locais, não obedece a critérios pré-estabelecidos, mas estabelece-se, segundo transpareceu na investigação realizada, a partir dos conhecimentos que os responsáveis pelos locais possuem” (p. 18).

Já no que concerne à análise da envolvente externa dos CI, destaca-se a importância que alguns autores atribuem à oportunidade de desenvolvimento das comunidades locais onde estes centros se inserem, e do ponto de vista dos constrangimentos, ressalva-se o fato da inexistência de legislação, nomeadamente europeia, para regulamentar estes equipamentos.

Importa ainda referir que outros desafios são atribuídos aos CI e que aludem quer à sua interação com o território em que se incluem, quer em relação à comunidade que os acolhe. No que toca ao último ponto, Tugas, Tresserras, & Mellin (2005) afirmam que os CI “(...) devem funcionar como uma força condutora do desenvolvimento local através da preservação e apresentação do património cultura ou natural e, para o qual é vital ter o apoio da comunidade local²⁰” (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005, p. 44). Já no que à integração territorial concerne, os mesmos autores destacam a aparente distribuição geográfica dos CI sem recorrer a qualquer tipo de planificação estratégica prévia (p. 42) e Xerardo Pereiro Pérez (2009) enfatiza ainda apreciações nesta dimensão, afirmando que os CI:

“(...) têm servido para criar uma imagem hipervirtual de um território e de um grupo humano poupando em dotação de pessoal, reduzindo a interpretação a simples informação, recriando tópicos e estereótipos, abusando da imagem sobre a

²⁰ Tradução nossa.

experiência e o contacto humano e competindo com outras infra-estruturas e projectos, como por exemplo museus, que sim trabalham com rigor” (p. 237).

Do ponto de vista da perspectiva turística, Bertonatti, Iriani, & Castell afirmam ainda que “para a maioria das autoridades e dos empresários da área do turismo os centros de interpretação apenas “servem” para constituírem-se como novos atrativos turísticos” (2010, p. 22) e relembram a importância que estes detêm na salvaguarda do Património em geral, objetivo esse que não deve ser ultrapassado, mas integrado na experiência turística.

3.4. Enquadramento legal

Tal como mencionado no subcapítulo 3.2., referente à definição de CI, estes equipamentos sofrem de ausência jurídica de legislação, nomeadamente a nível europeu (Piñol, 2011; Tugás, Tresserras, & Mellin, 2005). No cenário legislativo português, a situação é, aparentemente, similar: a primeira menção identificadora na legislação portuguesa, à terminologia “Centros de Interpretação”, refere-se ao decreto regulamentar n.º 18/99 de 27 agosto que, “regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental”. Neste decreto regulamentar, os CI são designados por,

“d) «Centro de interpretação» - infra-estrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado da AP de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica que, para além da simples descrição dos fenómenos, permite a sua compreensão no tempo e no espaço;” (n.p.)

Ou seja, tendo em conta o pressuposto anterior, os CI são equipamentos originalmente atribuídos às Áreas Protegidas, e o seu papel de mediador refere-se exclusivamente ao património destes territórios delimitados. Contudo, e porque de acordo com os dados obtidos através deste estudo (ver subcapítulo 3.10.), a sua replicabilidade

progressivamente se expandiu para outras áreas de intervenção, nos dias atuais, os CI estão associados, para além da Interpretação Ambiental, à interpretação de momentos históricos, à Cultura local, ao Território, aos Usos e Costumes e à Religião, de um determinado destino.

3.5. Centros de Interpretação vs Museus

Nas secções anteriores o enfoque residiu na identificação etimológica e legislativa dos CI, o que diversas vezes nos conduziu às áreas de estudo da museologia e à própria definição de museu, enquanto equipamento cultural, a que diversas vezes os CI são confrontados. Ora, mediante esta verificação, importa aferir quais as principais similitudes e diferenças entre estes dois equipamentos culturais.

De acordo com a definição do ICOM:

“O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.” (ICOM, 2015)

No que concerne aos CI, e dada a ausência de uma definição formal, considerou-se a definição promovida no manual *Heritage Interpretations Centres – The Hicira Handbook* (2005), promovido pelo programa Cultura 2000, da Comissão Europeia, que em parceria com instituições públicas espanholas desenvolveu um estudo cujo objetivo se pretendia “(...) facilitar o trabalho dos gestores públicos em criar e manter os centros de interpretação patrimonial, especialmente em zonas rurais da Europa²¹” (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005, p. 11). Deste, decorreu a seguinte definição de CI:

“Ao contrário dos museus, eles não têm o objetivo principal de colecionar, preservar e estudar objetos originais (embora não os excluam), mas sim facilitar a compreensão

²¹ Tradução nossa.

de valores culturais e naturais, realizando um trabalho de sensibilização e educação. Como estratégia de apresentação, estes centros utilizam uma apresentação cenográfica, com a ajuda de elementos tecnológicos e audiovisuais, para auxiliar e estimular o processo de descoberta do património.²²” (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005, p. 41).

Comparando as duas definições supramencionados, podemos aferir que a grande diferença entre os dois equipamentos em apreço, se prende essencialmente com a função primordial dos museus em conservar e investigar os bens patrimoniais que acolhe, ao contrário do que sucede com os CI que,

“ (...) não necessitam contar com peças ou bens originais porque a sua missão não é adquiri-los, estudá-los, nem conservá-los, mas comunica-los para a sua conservação *in situ*, (...) , a partir da qual as emoções e reflexões são ativadas, como um atalho para a conscientização sobre o cuidado da nossa herança²³” (Bertonatti , Iriani, & Castelli, 2010, p. 120)

Assim, e embora a conservação dos bens patrimoniais seja exclusivo dos museus, estes e os CI partilham a preocupação em comunicar e divulgar o património existente, sendo “(...) a motivação, orientação e compreensão do público para um melhor aproveitamento e controlo das ações que se desenvolvem dentro da área de preservação” (Balboa, 2007, citado por Pazos, 2011, p. 105), a principal função dos últimos.

Retomando ainda a ausência formal de definição dos CI e a relação destes com os museus, a este respeito Piñol (2011) refere que, em última instância, é na indefinição destes que reside o seu êxito, dado que “ (...) podiam acolher inúmeros equipamentos que não

²² Tradução nossa. Original: “Unlike museums, they do not fundamentally aim to collect, preserve and study objects (although they may indeed do this). Instead their essential purpose is to facilitate public appreciation of the value of the specific cultural or natural heritage features, by raising public awareness and providing education. The main presentation strategy tends to be the scenographic exhibition, with technical and audiovisual support to aid and stimulate the discovery process.”

²³ Tradução nossa.

haviam alcançado a definição de museus²⁴” (p. 119), e que no caso concreto da realidade do território espanhol (investigado pela autora) se repercutiu na rápida multiplicação e implementação dos CI.

No panorama nacional, o conceito de museu é apresentado na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto) como:

“1 — Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

Esta definição, em geral próxima da definição estabelecida pelo ICOM, institui que para o reconhecimento oficial de um museu, este deva responder a um processo de credenciação que institucionalize o espaço candidato, bem como introduz a definição de “coleção visitável²⁵” e define em linhas gerais os requisitos para a constituição de um museu. (Gonçalves, 2007)

3.6.CI enquanto espaço museológico

Nesta tentativa de categorização dos CI no panorama museológico, destaca-se a classificação de Ricart (2003), citado por Sardo & Estevão (2009), que afirma poder-se,

“(...) definir um espaço museológico como uma instituição sem fins lucrativos ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire,

²⁴ Tradução nossa

²⁵ Segundo o mesmo documento legislativo, considera-se coleção visitável “(...) o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.”

conserva, investiga, comunica e exhibe, para finalidade de estudo e apreciação, heranças tangíveis e, por vezes, intangíveis, do ser Humano e sua envolvente.

Incluídos nesta definição estão: 1. Institutos de conservação; 2. Galerias de exposição permanente, que pertençam a bibliotecas e arquivos; 3. Sítios e monumentos naturais, arqueológicos e que pela sua actividade tenham carácter museológico; 4. Jardins (zoológicos, aquários, botânicos); 5. Parques naturais; 6. Centros Científicos e Planetários; 7. Centros de Interpretação” (p.7).

Para a dupla de autores acima mencionada, a principal diferença entre os novos espaços museológicos e os museus (na sua conceção tradicional), reside no facto de os primeiros, para além das funções de conservação, estudo e difusão dos bens, intentarem como objetivo principal, a facilitação da transmissão de Conhecimento, para os públicos.

Na perspetiva de Delgado & Pazos (2013),

“Atualmente a tendência é que os centros de visitantes sejam espaços multifuncionais, com uso frequente das novas tecnologias. Embora as tecnologias possam cumprir um papel importante, são muitos os autores (Ham, 1992; Morales, 2001; Brochu; Merriman, 2002) que recomendam priorizar a interpretação personalizada como complemento ao serviço, devido a melhor obtenção de resultados por meio das visitas guiadas” (p. 313).

Esta última abordagem, vai ao encontro da revisão bibliográfica efetuada, que nos permite constatar que o fator “discurso interpretativo” se constitui como a principal variável entre os conceitos de CI e o de Museu. Por outro lado, a introdução da expressão “espaço museológico”, requer uma análise mais profunda e uma compreensão de maior amplitude do fenómeno da museologia, que se reflete nas definições de seguida apresentadas.

3.7.Da tradicional à nova museologia: reflexão histórica

Sem qualquer descredibilização sobre a configuração do espaço “Museu” apresentar uma extensa evolução histórica, e do seu advento resultar das formas de colecionismo privado, ou do facto do primeiro museu português ter sido decretado ainda no século XIX (1840, no Porto), por uma questão de economia, iremos debruçar-nos sobre os principais momentos da museologia, a partir da implantação da República Portuguesa (1910).

Este acontecimento sociopolítico trouxe um novo cuidado com o Património Cultural, que se traduziu no Decreto de 1911, a primeira medida de salvaguarda do património museológico e edificado, que enfatizou a importância dos museus, que assim deixaram “(...) de ser meros contentores de obras de arte, para alargar o seu espectro ao movimento artístico e educacional” (Sousa, 2017, p. 47). Procurava-se deste modo, enaltecer uma imagem da Nação, que a ditadura militar, sucedânea do governo republicano, partilhava enquanto estratégia de promoção do país, e que, utilizou os museus como canal de propaganda.

Já na década de 60, é criada a Associação Portuguesa de Museologia (1965), que dá os primeiros passos na catalogação e normatização dos Museus oficiais, através do Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.

Na década seguinte, embora Portugal enfrentasse a instabilidade política decorrente do término da ditadura (1974), o conceito de Património é ampliado aos testemunhos da cultura material e surgem novas instituições, nas quais “As obras de arte deixam de ser o propósito da exposição para se divulgar e conservar as histórias das comunidades, as artes e ofícios, as formas de vida das populações” (Sousa, 2017, p. 48).

Em Portugal, o ano de 1982 é recordado pela determinação do conceito de Ecomuseu, com a edificação do primeiro Ecomuseu português, no Seixal, que se apresentava como uma modernização do cenário museológico. Em 1985, também fruto desta atualização, é criado o Movimento Internacional para Uma Nova Museologia²⁶ que se traduzia num grupo de reflexões sobre as formas de museologia, mais próximas das comunidades, ao invés da

²⁶ Nasce em Lisboa, no decorrer do 2.º atelier Internacional de Nova Museologia, e oficializa-se enquanto movimento associativo que defendia uma intervenção “museológica” diferente da institucionalizada.

tradicionalmente estabelecida. A par destas ocorrências, em 1989 é introduzido um novo modelo de administração com o aparecimento da Fundação de Serralves, na qual o Governo e instituições, públicas e privadas, se associavam na gestão do espaço institucional (Sousa, 2017).

O poder autárquico, entretanto amplificado, permitiu a multiplicação de infraestruturas de lazer e cultura, que, por sua vez, conduziram ao crescimento de equipamentos designados comumente de «museus», o que veio a ser denunciado já no final do século XX (1998), através do Inquérito aos Museus (promovido pelo Instituto Português dos Museus) que, das 530 instituições inquiridas, apenas 50 preenchiam os requisitos para o usufruto de tal denominação (Sousa, 2017). O panorama museológico do final do século XX e início do século XXI enfatizou assim a reflexão sobre a definição de “museu”, e o seu papel na contemporaneidade, destacando dois movimentos: o primeiro ligado à requalificação de edifícios de carácter histórico para instalação de espaços museológicos, e o segundo, com o estabelecimento do próprio edifício em si, como obra de arte e principal motivo de atração.

Deste modo podemos considerar que foi no século XX que a definição de museu se alterou, conforme consubstancia Figueira e Ramos que, afirmam que nesse período “foi o modo de expor que articulou esta mudança. Terminou a época do objeto «mono-informação» e entrou-se noutra época, a do «objeto – pluri – informação» (2019, p. 14).

As últimas duas décadas apresentaram uma crescente difusão de instituições museológicas, muito em parte, resultado da “(...) autonomia destas face às conjunturas políticas e socioeconómicas, que no passado condicionavam os domínios da criação” (Sousa, 2017, p. 50). Partindo desta questão institucional, Sousa acrescenta que se constituem como ponto de partida para a criação de um projeto museológico a existência de oportunidade financeira para a construção do mesmo, através de fundos, e a necessidade de acolher uma coleção de bens patrimoniais já existentes, ou de experiências de importância científica ou cultural (2017).

3.8. Funções dos Centros de Interpretação

Partindo das análises efetuadas até ao momento, considerou-se relevante a identificação das principais funções que a revisão bibliográfica dos autores nos concedeu, em relação aos CI. Esta súmula das funções, inerentes a estes equipamentos, não só nos proporciona uma visão mais ampla dos mesmos, como nos auxilia na teorização acerca da sua definição formal. Posto isto, apresentamos a tabela abaixo, que compara as funções/caraterísticas atribuídas a estes equipamentos, com base na investigação de quatro autores:

FUNÇÕES DOS CI				
	Balboa, 2007 (citado por Pazos, 2011)	Bertonatti, Iriani, & Castelli, 2010	Pazos, 2011	Piñol, 2011
i	Dar as boas-vindas	Dar as boas-vindas	Colaborar e facilitar a gestão do recurso	Relacionar o objeto a interpretar com as ideias prévias do visitante
ii	Apresentar o local e as instituições que o gerem	Atender o visitante	Informar, divulgar e educar sobre o recurso	O seu objetivo é instruir, emocionar, provocar ou desencadear ideias
iii	Facilitar informações sobre as normas de comportamento	Interpretar o património	Favorecer o desenvolvimento a nível local	Ter em conta os segmentos de idade
iv	Orientar as pessoas para que a sua visita se ajuste às suas expectativas	Gerir o fluxo de visitantes	Potenciar o desenvolvimento económico	Interpretar não é apenas informar
v	Sensibilizar acerca dos valores do local	Dar a despedida e avaliar resultados	Impulsionar distintas estratégias para o desenvolvimento turístico	Organizar hierarquicamente os seus conteúdos
vi	Transmitir informação que lhes permita colaborar na conservação e melhoria do mesmo.	-	-	Selecionar conceitos relevantes
vii	-	-	-	Conter elementos lúdicos
viii	-	-	-	Utilizar recursos museográficos diversos
ix	-	-	-	Conceber a interpretação como um feito global e não parcial
x	-	-	-	Interpretar objetos patrimoniais sem a necessidade de os possuir

Tabela 6 – Tabela comparativa das funções dos CI, de acordo com os autores da revisão bibliográfica.
Fonte: Elaboração própria.

Mediante a análise da tabela, podemos aferir que os autores são unânimes quanto à função de enquadramento que os CI devem ofertar, bem como no que concerne à função de sensibilização (e consequentemente, preservação) do bem patrimonial.

Ainda no que às funções dos CI se refere, importa destacar a perspectiva de Ricart (2003), citado por Sardo & Estevão (2009), que categorizando os CI como espaços museológicos, considera que a sua funcionalidade se divide em dois âmbitos: interno e externo. Às funções internas, o professor e investigador catalão atribui, por exemplo, o processo de aquisição, inventarização, conservação de bens e implementação de estratégias interpretativas; no caso das funções externas, considera as estratégias implementadas por estes espaços museológicos e interpretativos, na construção de relação com os públicos alvo. Sobre este vetor externo, recai o principal enfoque do autor que teoriza, assim, as funções de gestão externa, submetendo-as nas seguintes categorias (Sardo & Estevão, 2009):

1. **Acessibilidade Física** – referente às condições físicas dos espaços museológicos e/ou interpretativos, tendo em vista a adequada interpretação do património, por parte dos diferentes públicos;

2. **Acessibilidade Pedagógica** – respeitante à forma como o património é interpretado e apresentado aos diferentes públicos de modo apreensível, e que, deverá facilitar também o uso social do respetivo património;

3. **Acessibilidade para a investigação** – alusivo à determinação de condições de acompanhamento distinto, para público especializado, nomeadamente, através da construção de espaços físicos exclusivos para investigadores;

4. **Acessibilidade laboral** – relativo à inclusão de profissões e de saberes, pouco tradicionais nesta área, como por exemplo: técnico de marketing (para a comunicação e divulgação do espaço), especialista em educação (para implementação do serviço educativo) e até um técnico de turismo.

5. **Acessibilidade ao Turismo Cultural** – referente à implementação de estratégias de aproveitamento turístico.

Assim, este último ponto, “(...) reconhece a necessidade de criar e implementar estratégias que convertam os museus e centros de interpretação em recursos turísticos” (Sardo & Estevão, 2009, p. 9) e enfatiza, mais do que os benefícios económicos²⁷ possivelmente daí decorridos, a capacidade de desenvolvimento local, a criação de um turismo sustentável e a balizamento da sazonalidade, que a ativação turística dos bens patrimoniais proporciona.

3.9. Estudos comparativos

Porque é nossa pretensão o enquadramento do nosso objeto estudo de caso, o CITA, no panorama nacional dos CI, a abordagem comparativa que se segue procura demonstrar dois exemplos de Centros de Interpretação relevantes em território nacional, e que, não obstante as suas diferenças concetuais, partilham o interesse pelo património histórico nacional.

Em síntese, considerou-se em primeira instância, o caso do Centro de Interpretação de Sobral de Monte Agraço, equipamento integrante do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), enquanto espaço museológico polinucleado, com os objetivos de salvaguarda, estudo e promoção do património da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT). De igual modo, atentou-se sobre o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), resultante dos objetivos da Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA) em preservar o património histórico do campo militar de S. Jorge (local de ocorrência de uma das principais contendas da história portuguesa), que com a criação do CI, procuravam assim apresentar ao público em geral este marco histórico, de uma forma rigorosa, instrutiva e apelativa.

A aplicação do processo de *benchmarking* nesta investigação, pretende a comparação das estratégias de atuação dos dois Centros em apreço, a fim de determinar as similitudes

²⁷ Ainda a este respeito, os mesmos autores afirmam que “(...) se partirmos da premissa de que os principais garantes da viabilidade financeira de um museu são os seus visitantes externos (excursionistas e turistas), será de esperar que se delineie uma estratégia capaz de atrair e fidelizar fluxos turísticos” (p. 7), demonstrando a importância da ativação turística na persecução dos espaços museológicos e/ou interpretativos.

que partilham, as divergências, e em última instância as melhores práticas, que poderão contribuir para a valorização da estratégia turístico-cultural, nomeadamente, do CITA.

3.9.1. Centro de Interpretação das Linhas de Torres | Sobral de Monte Agraço

O Centro de Interpretação de Sobral de Monte Agraço, situado num edifício quatrocentista no centro histórico da vila de Sobral de Monte Agraço, apresenta-se como um espaço museológico polinucleado, que tem como principais objetivos a salvaguarda, estudo e promoção do património histórico-militar das Linhas de Torres²⁸, enquanto sistema de defesa militar que determinou a retirada do exército napoleónico de Portugal, na denominada Terceira Invasão Francesa. Como referência a um dos principais marcos da história nacional, o CILT, em conjunto com o circuito de visita ao ar livre denominado “Circuito do Alqueidão”, integram a RHTL²⁹, e oferecem uma rota turístico-cultural, que agrega mais de duas dezenas de Fortes (recuperados e valorizados), que são visitáveis através de uma rede de percursos, apoiados numa rede intermunicipal de centros de interpretação e/ou de acolhimento de visitante.

A conceção do CILT, e do Circuito do Alqueidão, seu dependente, resultou da implementação do projeto de salvaguarda, recuperação e divulgação das Linhas de Torres, executado entre 2007 e 2011, e que, tratando-se de um projeto intermunicipal, envolveu seis municípios que partilham a identidade e memória da terceira Invasão Francesa a Portugal: Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

²⁸ As Linhas de Torres Vedras foram um sistema militar defensivo, erguido a norte de Lisboa, entre 1809 e 1810, resultado dos estratagemas do futuro duque de Wellington, que traçou uma estratégia de defesa que consistia em fortificar pontos colocados no topo de colinas, para controlar os caminhos de acesso à capital de Portugal, e reforçar assim os obstáculos naturais do terreno. Este sistema, constituído por três linhas defensivas, estendia-se entre o oceano Atlântico e o rio Tejo, por mais de 85 km.

Quando concluído, apresentou-se como o sistema de defesa mais eficaz, e também o mais barato da história militar. Frente a estas Linhas decorreram, em outubro 1810, os combates de Sobral, Dois Portos e de Seramená. Após estes confrontos, as tropas de Napoleão perderam o ímpeto do ataque e reconheceram a intransponibilidade das Linhas de Torres Vedras, com o marechal Massena a ordenar a retirada das tropas francesas (15 de novembro de 1810), tendo início a derrota de Napoleão Bonaparte, concretizada a 18 de junho de 1815 na batalha de Waterloo.

²⁹ Constitui-se como uma associação sem fins lucrativos para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, constituída pelos municípios fundadores.



Figura 5 – Centro Interpretação das Linhas de Torres – Sobral Monte Agraço.

Fonte: <http://www.cm-sobral.pt/cilt/>

Nos anos de 2012 e 2014 a RHLT, foi distinguida: no primeiro ano pelo Turismo de Portugal, com o Prémio de Melhor Projeto Público de Requalificação, e em 2014 (a 5 de maio) com o Prémio da União Europeia para o Património Cultural/ Prémios Europa Nostra, na Categoria de Conservação, reafirmando assim a sua relevância no quadro turístico-cultural, a nível nacional e internacional.

Com base no poder regulamentar conferido às Autarquias Locais, pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, foi elaborado o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), documento sobre o qual nos debruçamos para a análise das principais variáveis deste projeto, de seguida mencionadas:

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO LINHAS DE TORRES - CILT

MISSÃO	<p>1 - O CILT tem como missão estudar, documentar, preservar e divulgar, através do próprio espaço, do Circuito do Alqueidão e da dinamização de atividades pedagógicas, culturais e turísticas, a memória das Linhas de Torres, com especial enfoque para os acontecimentos que tiveram lugar na região de Sobral de Monte Agraço, em 1810.</p> <p>2 – O CILT assegura e promove a salvaguarda, o estudo e a divulgação do património concelhio afeto às Linhas de Torres.</p> <p>3 – Ainda no âmbito da sua missão, colabora na gestão e promoção da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), em associação com os municípios-parceiros.</p>
---------------	---

OBJETIVOS

- a) estudar, salvaguardar e divulgar a coleção que constitui o seu acervo, bem como diversificar os públicos do Centro de Interpretação;
- b) assegurar a gestão do património das Linhas de Torres, na sua vertente municipal, com especial destaque para o Circuito do Alqueidão;
- c) implementar um programa de valorização e divulgação do património das Linhas de Torres contribuindo para a sua gestão integrada;
- d) proteger e salvaguardar o património municipal das Linhas através de trabalhos de arqueologia, conservação, restauro e manutenção do coberto vegetal;
- e) conceber e realizar visitas guiadas e atividades socioeducativas dirigidas a públicos específicos;
- f) planejar, coordenar e realizar iniciativas culturais (esporádicas ou com edições anuais), nomeadamente colóquios, conferências, edições e encontros sobre temáticas do Centro de Interpretação ou que derivem das atividades por ele abrangidas;
- g) assegurar a dinamização do espaço promovendo o seu uso, designadamente por professores/as e investigadores/as para ali realizarem atividades ou por outros/as cidadãos e cidadãs, sob prévia apresentação de propostas;
- h) estabelecer parcerias com outras instituições, tendo em vista apoiar e colaborar na salvaguarda, estudo e divulgação do património cultural da Linhas de Torres;
- i) Apoiar, dentro das suas possibilidades, a criação, organização e consolidação de iniciativas públicas ou privadas que se encontrem na sua área de influência, ajudando a difundir as boas práticas inerentes a uma preservação atual e atuante e o usufruto cultural, turístico, paisagístico e desportivo do património das Linhas de Torres.

**EXPOSIÇÃO/
INSTALAÇÕES**

O espaço do Centro de Interpretação distribui-se da seguinte forma: a) Receção do Centro de Interpretação, que é, simultaneamente, o Posto de Informação Turística (PIT) do concelho de Sobral de Monte Agraço; b) Espaço de projeção do filme documental c) Duas salas de exposição d) Espaço de atividades (ateliê) e) Gabinete técnico f) Wc de funcionários/as g) Wc de visitantes.

A exposição tem início com um pequeno filme documental que pretende situar o visitante no período histórico com referências à chegada de Napoleão ao poder, aos planos de conquista da Europa, à rivalidade hegemónica com Inglaterra e ao contexto em que Portugal surge nesta disputa, sendo o seu território invadido e as suas gentes subjugadas por uma força estrangeira. Ao longo da exposição contam-se histórias de 1810, num local que fora palco do combate mais expressivo – o Combate de Sobral - do período em que o inimigo assediou o sistema de fortificações de campanha mais eficaz da História Europeia: As Linhas de Torres.

A sala 1 aborda a construção, estratégia e operacionalidade militar das Linhas de Torres enquanto sistema defensivo erguido a norte de Lisboa, com especial enfoque

	para os fortes do distrito militar de Sobral de Monte Agraço, em particular o Forte do Alqueidão onde Wellington estabeleceu o seu posto de comando.
	Na sala 2 destacam-se episódios, personagens, sítios e edifícios que marcaram a vivência desta região numa época conturbada para a história portuguesa mas que culminou decisivamente para a retirada das tropas francesas e do Marechal Massena da frente das Linhas de Torres e, posteriormente, do território nacional.

Tabela 7 – Matriz Experimental: eixos estratégicos do CILT - Sobral de Monte Agraço.

Fonte: elaboração própria.

Importa ainda salientar que, na disponibilização de serviços do CILT, se destacam a possibilidade de vistas guiadas, audioguias e sinaléticas interpretativas, elementos multimédia de apoio à interpretação, e ainda a oferta de serviços educativos. Estes últimos, tratam-se de programas que requerem marcação prévia, e que se constituem essencialmente nas seguintes atividades, organizadas de acordo com o público-alvo, por escolaridade:

- **Pré-escolar, 1.º e 2.º ciclo:** Peddy Paper “Pé ante Pé... Descobre o Alqueidão como ele é!”;
- **1.º e 2.º ciclos:** a) Visitas Guiadas - “Visitas (re)Criativas”; b) Jogo - “Jogo dos Generais”;
- **Secundário:** a) Visitas Guiadas – “Lugares que contam História”; b) Filme – “Linhas de Wellington”

A visita ao CILT pode ocorrer no horário de abertura ao público, de terça-feira a domingo, entre as 10h00min e as 13h00min e entre as 14h00min e as 18h00min, com a necessidade de agendamento prévio das mesmas, sempre que estas sejam relativos a grupos de visitantes.

A integração do CILT na RHTL, e a sua localização geográfica, permitem a este equipamento a construção de ofertas diversificadas que, para além do espaço museológico e do “Circuito do Alqueidão”, anteriormente mencionados, albergam, por exemplo, o circuito pedestre “Rota dos Moinhos” ou ainda a “Grande Rota das Linhas de Torres – Troço Sobral de Monte Agraço”, entre outras ofertas.

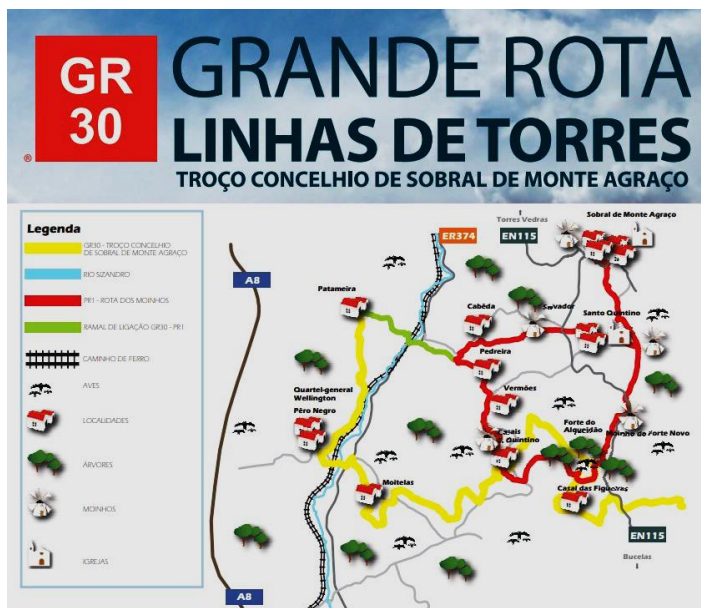


Figura 6 - Folheto sobre o percurso pedestre GR Linhas de Torres.

Fonte: <https://www.cilt.pt/pt/caminhar>

Nesta integração turístico-cultural do CILT de base territorial, também o Património histórico da Vila de Sobral de Monte Agraço, bem como o Património natural e paisagístico do concelho, são alguns dos recursos nomeados como complementares a esta visitação, sendo verificável que o próprio sítio da internet do CILT, assim o recomenda. Em resultado, intenta-se promover o desenvolvimento integrado deste território.

Ainda nos desígnios da promoção, importa destacar a consciencialização do CILT para o fomento da investigação como promotora de Conhecimento, que através do seu 9.º artigo do Regulamento do, preconiza diretrizes no âmbito da investigação interna e externa:

“a) Investigação Interna - A investigação desenvolvida pelo Centro de Interpretação, centra-se no estudo do património localizado na sua área de influência e deve contribuir para uma melhor interpretação das obras militares e dos vários aspetos militares, sociais e humanos que marcaram o período histórico que contempla;

b) Investigação externa - É dever do Centro de Interpretação, dentro das limitações de pessoal e espaços a que está sujeito, colaborar com investigadores/as, centros de investigação, escolas e universidades, e outras entidades públicas e privadas com

atuação sobre o património cultural – procurando sempre que possível o estabelecimento de protocolos –, facultando-lhes o acesso às coleções, à documentação e aos sítios.” (n.p.)

Desta forma, importa referir que o fator de promoção de Conhecimento concorre para o desenvolvimento territorial local e regional, mediante a investigação ocorra sob contexto interno ou externo, sendo a variável comum que o ponto de partida desta, seja o CILT.

3.9.2. Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota – CIBA

Nascido do intento da FBA em recuperar e valorizar o Campo de S. Jorge³⁰ e de apresentar ao público a Batalha de Aljubarrota de uma forma autêntica e apelativa, e após articulação com os Ministérios da Cultura e da Defesa Nacional, o CIBA materializou-se sob a as instalações do antigo Museu Militar, edificado nas imediações do campo militar, na localidade de S. Jorge, entre Porto de Mós e Batalha. Este equipamento abriu portas ao público a 11 de outubro de 2008.

³⁰ O Campo Militar de São Jorge localiza-se num planalto junto da povoação de Aljubarrota, no qual ocorreu uma das mais importantes batalhas da história de Portugal. A Batalha de Aljubarrota foi um episódio decisivo na afirmação da soberania nacional, bem como uma das mais principais batalhas medievais europeias. Nesta o exército português adotou uma estratégia defensiva conhecida como “técnica do quadrado”, e que se traduzia num dispositivo retangular, constituído por vanguarda apeada, com sucessivas filas de lanceiros, destinadas a enfrentar a cavalaria inimiga. Aljubarrota constitui um dos exemplos mais significativos da história dos sistemas e dispositivos táticos utilizados na Europa, em finais da Idade Média.



Figura 7 – Centro Interpretação da Batalha de Aljubarrota, em Porto Mós.

Fonte: disponível em https://www.municipio-portodemos.pt/pages/1382?poi_id=323.

A FBA, por sua vez, nascera a 15 de março de 2002, instituída por António de Sommer Champalimaud, cujos principais objetivos se alicerçavam na sua intenção de recuperação e posterior apresentação ao público, dos principais campos de batalha existentes em Portugal. Após a valorização, e o estabelecimento de condições para a receção de visitantes, estes locais históricos transformavam-se assim em importantes pontos de Turismo Cultural.

Também neste caso, o poder regulamentar conferido pela Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001 de 8 de setembro) enquadrava e incentivava a constituição da FBA, que a 22 de novembro de 2002 foi reconhecida pelo Ministério da Administração Interna. O reconhecimento da Fundação reiterou-se ainda no mesmo ano, com o estatuto de Superior Interesse Cultural, atribuído pelo Ministério da Cultura (a 27 de setembro), e também no ano seguinte, com o Estatuto de Utilidade Pública (29 de agosto de 2003).

Como ponto de partida para a construção da matriz experimental, anteriormente aplicada ao CILT e agora adotada ao presente estudo de caso, considerámos o documento de planeamento das atividades do CIBA para o ano corrente – Plano de Atividades 2019 – o qual fundamenta as linhas de atuação do CIBA, com base nas orientações promulgadas pela FBA. Desta forma, a missão, os objetivos e a análise do espaço museológico, resulta na tabela em seguida apresentada:

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA

MISSÃO	Apresentar ao público a Batalha de Aljubarrota, de uma forma rigorosa e apelativa, como salvaguarda e preservação deste património.
OBJETIVOS	<p>a) continuação dos trabalhos de arqueologia encetados;</p> <p>b) alargamento do circuito visitável exterior;</p> <p>c) valorização do património cultural, bem como da qualidade das visitas ao público;</p> <p>d) recuperação paisagística destes lugares históricos, restaurando tanto quanto possível o coberto vegetal e o meio ambiente existente à data da batalha;</p> <p>e) apoio a entidades públicas, através de concetualização de conteúdos e de formação de recursos humanos, nos casos em que pretendam implementar CI relativos a esta temática;</p> <p>f) manutenção do edifício e do espaço envolvente;</p> <p>g) criação de nova linha de merchandising por forma a responder às necessidades dos públicos visitantes e promoção da loja do CIBA online;</p> <p>h) estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas de modo a incrementar as visitas ao CIBA;</p> <p>i) manutenção do número de visitas e dos públicos-alvo, através de operadores turísticos, guias, agentes de turismo e instituições de turismo, no CIBA, canalizando esforços para captar áreas ainda não conquistadas de possíveis públicos, nomeadamente os visitantes internacionais;</p> <p>j) participação do CIBA em colóquios, debates e conferências.</p>
EXPOSIÇÃO/ INSTALAÇÕES	<p>Área expositiva com 900 m²: dois núcleos expositivos dedicados à Batalha de Aljubarrota, à época em que se inseriu e às descobertas arqueológicas no campo de batalha; e um auditório para projeção de um espetáculo multimédia que reconstitui a Batalha e os eventos que a originaram. Serviços educativos com 1.500 m² (área interior e exterior), com um programa educativo variado dirigido não só a escolas, mas a outros grupos, visitantes individuais e famílias.</p> <p>Área de exposições temporárias</p> <p>Loja</p> <p>Cafetaria</p> <p>Parque de Merendas</p> <p>Parque de Engenhos Medieval</p>

Tabela 8 - Matriz Experimental: eixos estratégicos do CIBA.

Fonte: elaboração própria.

No que concerne à oferta de serviços, a par do que aconteceu no primeiro exemplo examinado, o serviço educativo apresenta-se como uma das ofertas mais desenvolvidas, sendo a planificação das suas atividades categorizadas em: i) atividades regulares; ii)

atividades não regulares; iii) atividades pontuais e eventos especiais; iv) recursos pedagógicos; e, v) atividades complementares. O exame em detalhe desta oferta, resulta no discriminatório das seguintes ações:

- **Atividades Regulares:** a) Visitas Orientadas para Escolas e Grupos Particulares, todas as idades e escolaridade; b) Visita geral ao CIBA; c) Visita aberta para todos os públicos aos domingos de manhã; d) Visita Pré-escolar; e) Visitas Temáticas – Secundário e Ensino Superior; f) Visitas Pedagógicas para profissionais e/ou estudantes de Educação e Pedagogia; g) Visita - atividade para o público sénior; h) Visita para públicos com Necessidades Especiais; i) Oficinas para Escolas e grupos particulares; j) Atividades: “Brasões ao Milhões” – heráldica; “O que se esconde sob os nossos pés?” – Arqueologia; “Letra a letra” - iluminura medieval; “Engenheiros e foliões” - jogo e ciência na Idade Média; k) Visitas *flash* para todo o público – visitas curtas de hora em hora em pontos diferentes do Campo Militar (de meados de julho a setembro); l) *Exploratorium* - ateliês para famílias aos fins-de-semana e feriados à tarde.
- **Atividades Não Regulares:** a) Férias no Campo de Batalha Museu – ateliês de férias para crianças individuais; b) Atividades *outdoor* dirigidas a ATL, colónias de férias, grupos de jovens – todos os dias do mês de julho; c) Parque de Engenheiros Medievais – disponibilização/aluguer de equipamento para utilização livre por parte de escolas e grupos particulares; d) Parque com atividades de arborismo; e) Festas de Aniversário.
- **Atividades Pontuais e Eventos Especiais:** a) Ações de formação para professores; b) Museu e Educação – curso de formação para profissionais de museus; c) Comemorações anuais da Batalha de Aljubarrota.
- **Recursos Pedagógicos:** a) Caderno do Professor – informação sobre o museu e proposta de atividades de exploração para grupos em visita não orientada; b) Guia Familiar – 1 guia para a família; c) Programa de Voluntariado Jovem.
- **Atividades Complementares:** a) *Team-building* para empresas, com jogos de cooperação entre outros, já em fase de estruturação e implementação; b)

Jantares temáticos com a participação de elementos de animação cénica da Companhia Livre e em parceria com a Cafetaria/restaurante do CIBA.

A fim de completar a análise anteriormente explanada, importa salientar a característica de *edutainment*³¹, aplicada aos conteúdos expositivos do Centro e à sua visita, “cujo sucesso é inegável” segundo menção da Direção do CIBA (Fundação Batalha de Aljubarrota, 2018).

A visita deste Centro é concretizável de terça-feira a domingo, e aos fins-de-semana e feriados, no período entre as 10h00min e as 17h30min.

Para além dos fatores até ao momento destacados, importante salientar que na consolidação legislativa do Decreto n.º 18/2010, que estabeleceu a categoria de "Monumento Nacional" para o campo da Batalha de Aljubarrota, também a promoção do Conhecimento é apontada como um vetor de importância estratégica, “considerando que, face à importância histórica e cultural da Batalha de Aljubarrota, importa aumentar o seu conhecimento por parte dos portugueses, criando condições para o acolhimento de visitantes”.

Partindo da premissa de que o Conhecimento se possa estabelecer, em si mesmo, como um produto resultante das ações estratégicas de qualquer CI (através do apoio à investigação, à sistematização da informação, etc.), importa neste ponto deste estudo, refletir sobre a multifuncionalidade dos CI e também dos elementos interpretativos do património (natural e cultural), que os constituem. Com efeito, dentro do espírito de qualquer CI há um sistema básico: entrada (elemento património) – procedimento (técnica interpretativa) – saída (produto interpretativo). Para a compreensão deste processo, importa conhecer os “(...) Centros de Interpretação ou museus de caráter similar, com a finalidade de saber quais as possibilidades existentes, as hipóteses de trabalho possíveis” (Piñol, 2011, p. 482) o que configura e atesta a concretização deste subcapítulo e, nos ajusta o entendimento do CITA, nosso objeto de estudo.

³¹ A terminologia apresentada é uma convergência dos vocábulos “educação” e “entretenimento” e, de acordo com o significado estabelecido pelo Dicionário de Cambridge, refere-se “ao processo em que o entretenimento e o ensino ocorram em simultâneo, e aos produtos, como programas de televisão ou software, que o concretizem” (tradução nossa). Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/edutainment>

3.10. Centros de Interpretação em Portugal

Se a importância do entendimento sobre o conceito, funções e/ou *modus operandi* dos CI nos é tão considerada, não menos o é, a sua compreensão no panorama geográfico (e territorial) de Portugal. Assim, a identificação dos equipamentos cuja designação oficial incluía a nomenclatura “Centro de Interpretação” ou “Centro Interpretativo” foram para nós objeto de inquietação, que, posteriormente, se transformou em objetivo de pesquisa na internet. Através da digitação dos vocábulos anteriormente mencionados e, com o propósito inicial de identificar cinco equipamentos por cada Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) de nível II, os resultados da pesquisa encetada revelaram que o objetivo inicial rapidamente seria alcançado, e que a dificuldade de estabelecer um número máximo de equipamentos a pesquisar seria o maior constrangimento. Esta dificuldade resultava da dispersão quantitativa dos equipamentos por região, que não nos permitia o estabelecimento de um teto comum.



Figura 8 - Mapa das divisões administrativas NUT II de Portugal.

Fonte: elaboração própria, adaptado do original disponível em <https://www.touropia.com/regions-in-portugal-map/>

Na identificação dos CI no território de Portugal, considerámos igualmente relevante o reconhecimento destes no quadro das sub-regiões administrativas, tendo em conta a

indiscutível importância, crescente, atribuída a estas unidades territoriais e aos respetivos órgãos administrativos. Neste sentido, ressalva-se que,

“A descentralização administrativa exige o reforço das escalas de gestão local e essa conceção pode ser alcançada por duas vias: ou com a fusão das autarquias locais ou com o reforço da cooperação intermunicipal por via do associativismo, ou da partilha de serviços intermunicipais” (Bilhim J. , 2019, p. 169).

Ora, é pois com enfoque nos territórios partilhados e simultaneamente agregados de acordo com as NUT portuguesas de nível III, que também empreendemos a identificação dos CI, e que explanamos de forma sucinta, com ênfase visual, neste subcapítulo.

Porque também atestamos que a consulta deste levantamento, possa difundir a necessidade de uma compreensão mais extensa de cada um destes equipamentos, nomeadamente no que se refere à sua localização exata, às suas tipologias temáticas, datação da inauguração e a outros elementos, que através do link de pesquisa da internet possa ofertar acesso aos leitores desta investigação, sugerimos a consulta do anexos II, III, IV, V, VI e VII, que apresentam as informações supramencionadas.

3.10.1. Região Norte

Deste modo, na identificação dos CI na região norte de Portugal continental foram reconhecidos cerca de 23 equipamentos.

NORTE
<ol style="list-style-type: none"> 1. CI da História Militar de Ponte de Lima 2. Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida de Corno de Bico 3. CI da Serra d'Arga 4. CI do Castro do Vieito 5. Centro Interpretativo do Caminho Português da Costa 6. CI E Promoção do Vinho Verde 7. CI Ambiental De Valongo 8. Centro De Investigação e Interpretação Geológica De Canelas

9. CI Ambiental Do Rio Tinto
10. Casa Das Pedras Parideiras - CI
11. CI do Castro de S. Paio
12. Centro Interpretativo do Monte Padrão
13. Centro de Informação e Interpretação de Mondim De Basto
14. Centro de Informação e Interpretação De Vila Real
15. Centro de Acolhimento e de Interpretação para o Jardim Botânico da UTAD
16. Centro Interpretativo da Vila Amuralhada e do Planalto de Numão
17. CI de Penedono
18. CI da Escultura Românica
19. CI do Vale do Bestança
20. CI do Lobo Ibérico
21. Centro Interpretativo da Lorga de Dine
22. CI do Território
23. CI da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano



Tabela 9 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação" NUT II - Norte.

Fonte: elaboração própria.

A maior representação ocorreu nas sub-regiões do Alto Minho, onde foram identificados seis equipamentos (26%) e na Área Metropolitana do Porto com iguais valores (seis equipamentos, correspondentes a 26% do total), seguidas da sub-regiões do Douro com quatro equipamento (18%) e Terras de Trás os Montes (17%), e do Tâmega e Sousa com dois CI identificados (9%), e a sub-região do Ave (9%), com apenas um Centro reconhecido (4%).

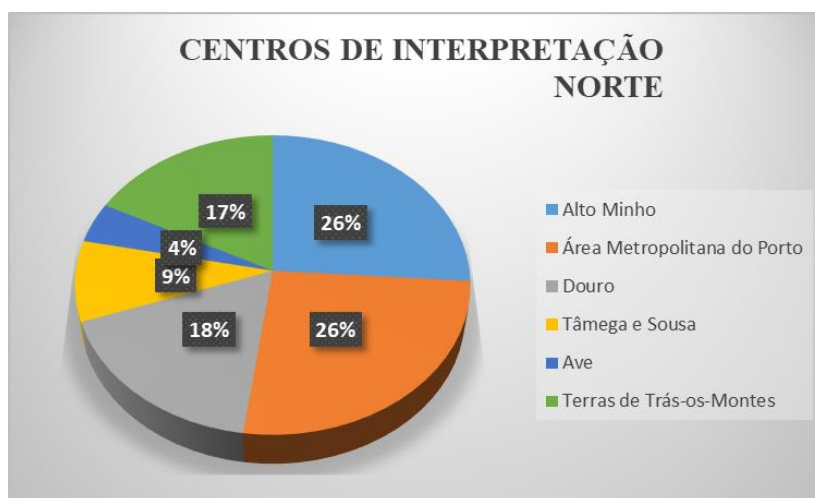


Figura 9 - Gráfico da distribuição dos CI nas sub-regiões da NUT II Norte.

Fonte: elaboração própria.

3.10.2. Região Centro

Na identificação dos CI na região Centro de Portugal continental, identificaram-se cerca de 40 equipamentos, sendo a grande maioria localizados nas sub-regiões do Oeste, Coimbra e do Médio Tejo.

CENTRO	
1.	CI Ambiental De Castelo Branco
2.	Centro Interpretativo Da Biodiversidade De Terras De Idanha
3.	CI De Arte Rupestre Do Vale Do Tejo
4.	CI Ddo Bordado
5.	CI Da Serra Da Estrela
6.	CI Da Cultura Judaica “Isaac Cardoso”
7.	CI Histórica E Arqueológica de Fornos de Algodre
8.	CI “Mortágua Na Batalha Do Bussaco”
9.	CI Da Serra Do Açor
10.	CI Do Paul De Arzila
11.	CI Da Arte Xávega
12.	CI Da Batalha De Aljubarrota
13.	CI Do Abrigo do Lagar Velho
14.	CI Turística
15.	CI Templário – Almourol
16.	CI Das Nascentes Do Alviela
17.	CI Gruta Das Lapas
18.	CI Ambiental De Tomar
19.	Parque Tejo – Centro Acolhimento e Interpretação do Tejo
20.	CI Da Reserva Natural Do Paul do Boquilobo
21.	CI De Arte Rupestre
22.	CI De Arqueologia Do Alto Ribatejo
23.	CI Da Batalha Do Vimeiro
24.	CI Do Românico
25.	CI Linhas de Torres Arruda Dos Vinhos
26.	CI Linhas de Torres Sobral de Monte Agraço
27.	CI Linhas de Torres Torres Vedras (Forte S. Vicente)
28.	Centro Interpretativo de Atouguia Da Baleia
29.	CI Ambiental da Serra de Montejunto
30.	CI para a Lagoa de Óbidos



31. CI da Comunidade Judaica
32. CI de Santa Clara A Velha
33. CI Ambiental da Mealhada
34. CI da Natureza - Escola da Água
35. CI do Sistema Espeleológico do Dueça
36. CI Ambiental de Leiria
37. CI Pia do Urso
38. CI e Informação Do Montemuro E Paiva
39. CI do Geopark Estrela

Tabela 10 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Centro.

Fonte: elaboração própria.

Na distribuição dos vinte e três CI identificados, das três sub-regiões anteriormente mencionadas, é na sub-região Oeste que se concentra o maior número de CI, com nove equipamentos identificados (23%), seguida do Médio Tejo e da Região de Coimbra, ambos com oito centros, cada (correspondente a 21% e 20%, respetivamente). As sub-regiões que se seguem, trata-se da Região de Leiria com cinco CI (13%), Beira Baixa com quatro (10%), Beiras e Serra da Estrela igualmente com quatro centros (10%) e, a encerrar, com um CI, a sub-região de Viseu Dão Lafões (3%).

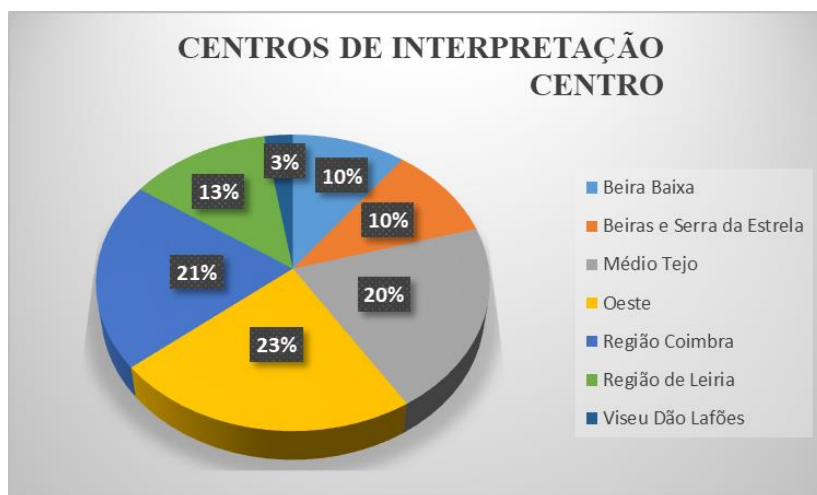


Figura 10 - Gráfico da distribuição dos CI nas sub-regiões da NUT II - Centro.

Fonte: elaboração própria.

Tal como constatado na análise da região anterior (Norte), verifica-se que também o Centro de Portugal reúne um número significativa destes equipamentos culturais.

3.10.3. Área Metropolitana de Lisboa

Nesta região, os equipamentos que adotam as nomenclaturas mencionadas no parágrafo introdutório deste subcapítulo, traduzem-se em nove CI. O facto da Área Metropolitana de Lisboa encerrar em si toda a NUT III, consideramos pouco relevante a demonstração gráfica da concentração dos CI. Igual procedimento se irá adotar nas regiões de Algarve e dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, em seguida, examinados.


ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. CI das Linhas de Torres Bucelas – Loures 2. CI das Linhas de Torres Mafra 3. CI das Linhas de Torres Vila Franca De Xira (Forte Da Casa) 4. CI do Património Rafael Monteiro 5. CI de Almada Velha 6. CI da Mata dos Medos 7. CI Gonçalo Ribeiro Telles 8. Centro de Acolhimento e de Interpretação do Parque Florestal de Monsanto 9. CI Ambiental da Pedra do Sal 	

Tabela 11 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Lisboa.

Fonte: elaboração própria.

A consulta em detalhe sobre estes Centros de Interpretação, particularmente, em relação à sua área temática interpretativa, bem como os respetivos links de acesso à Internet de cada um destes, poderá ser encontrada no anexo IV deste estudo.

3.10.4. Região do Alentejo

No caso da região do Alentejo, foram identificados 16 equipamentos.

ALENTEJO
<ol style="list-style-type: none"> 1. CI de Alqueva 2. Centro Interpretativo do Cromeleque dos Almendres 3. Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-O-Novo 4. Centro Interpretativo da Gruta do Escoural 5. Centro de Acolhimento e Interpretação para a Explicação do Complexo de Miróbriga 6. CI dos Charcos Temporários Mediterrânicos

7. CI do Monte do Paio
8. CI da Batalha dos Atoleiros
9. CI da Natureza/Centro Ambiental do Xévorá
10. CI Cultural e Ambiental do Moinho da Cova
11. CI da Identidade Local De Esperança
12. CI do Megalitismo
13. CI Subterrâneo da Gruta – Algar do Pena (PNSAC)
14. CI do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
15. CI “Colombo”
16. CI Urbi Scallabis



Tabela 12 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Alentejo.

Fonte: elaboração própria.

A distribuição destes CI resultou no seguinte ordenamento: Alto Alentejo com cinco CI atribuídos (31%), Alentejo Central e Alentejo Litoral, cada um com quatro centros (25% a cada sub-região) e, a finalizar, a Lezíria do Tejo com quatro CI (19%).

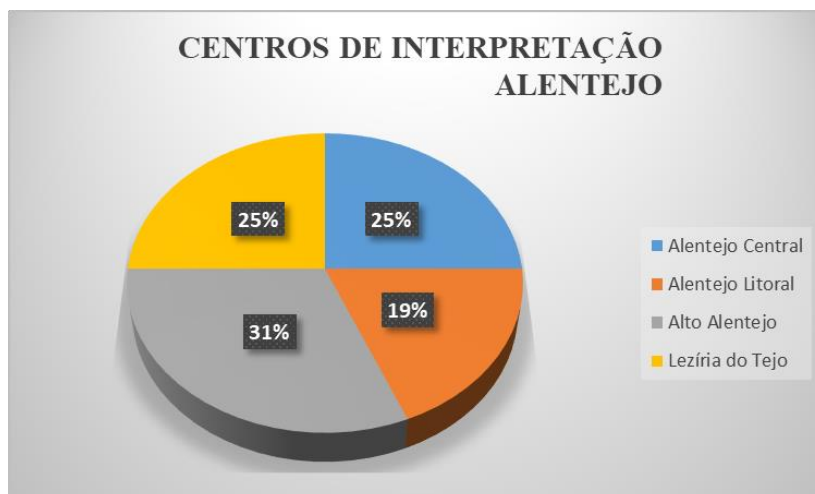


Figura 11 - Gráfico da distribuição dos CI nas sub-regiões da NUT II Alentejo.

Fonte: elaboração própria.

Não obstante a quantidade díspar destes equipamentos em cada sub-região, a análise gráfica desta disposição, demonstra-nos uma aparente distribuição homogénea. A par do que sucede em cada uma das regiões anteriormente analisadas, também as informações pormenorizadas dos CI referentes à região do Alentejo, encontram-se disponibilizada no anexo V, desta dissertação.

3.10.5. Região do Algarve

No que se refere à região mais a sul de Portugal Continental, e das mais fortemente “turistificadas”, a região do Algarve, e continuando a exploração do número de equipamentos existentes com a nomenclatura Centro de Interpretação ou Centro Interpretativo, esta região apresentou a concentração de 6 Centros no seu território.


ALGARVE	
1. CI do Património Islâmico	
2. CI de Vila do Bispo	
3. CI do Território de Castro Marim	
4. Centro de Acolhimento e Interpretação das Ruínas de Milreu	
5. Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar	
6. CI Ambiental da Ria de Alvor	

Tabela 13 - Equipamentos designados "Centro de Interpretação", NUT II - Algarve.

Fonte: elaboração própria.


Todavia, a constatação de que esta região é uma das que, a nível nacional, demonstra maior superioridade numérica na porção de turistas rececionados, a existência de CI nesta região apresenta uma das taxas mais diminutas, quando comparadas com as restantes regiões. Depreendemos das premissas anteriores que, o fato do Algarve se constituir essencialmente, como um destino turístico de “Sol e Mar”, justifique a análise explanada.

3.10.6. Arquipélagos da Madeira e dos Açores

No que concerne aos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, no caso do primeiro, apenas foi identificado 1 equipamento com a respetiva designação de “Centro de Interpretação” (ou Centro Interpretativo).

Já no segundo caso, do arquipélago dos Açores, foram identificados 5 equipamentos com a designação anteriormente referida.

ARQUIPEÉLAGO - AÇORES	
1.	CI da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico
2.	CI Ambiental e Cultural do Corvo
3.	CI Ambiental da Caldeira Velha
4.	CI do Ananás
5.	CI do Vulcão dos Capelinhos
ARQUIPÉLAGO - MADEIRA	
1.	CI Vulcânica



O mapa mostra a localização dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Os Açores são representados por uma série de ilhas desenhadas em tons de laranja e amarelo, agrupadas no norte. A Madeira é representada por uma única ilha desenhada em azul, localizada no sul. O nome 'AÇORES' está escrito em negrito acima das ilhas, e 'MADEIRA' está escrito em negrito abaixo da ilha.

Tabela 14 - Equipamentos com a designação "Centro de Interpretação", na NUT II - Arquipélagos dos Açores e Madeira.

Fonte: elaboração própria.

Com base nos dados recolhidos e até ao momento apresentados, importa refletir que em Portugal, a existência de equipamentos com a designação de CI é uma constante, tendo sido contabilizados quase uma centena de centros em Portugal Continental (noventa e três) e cerca de uma dezena nos territórios insulares (nove centros).

A intenção desta pesquisa ocorrer com enquadramento geográfico, nas dimensões regional e sub-regional, almeja também uma perceção relacional entre estas e os respetivos equipamentos que as compõem, dado que “(...) identificar e analisar as áreas geográficas (NUT II e NUT III) que concentram mais projetos e apresentam uma maior dinâmica de investimento é fundamental, uma vez que permite ter uma perceção clara e rigorosa das dinâmicas que existem em termos territoriais...” (Costa R. , 2012, p. 427). Ora, é nosso intuito que com esta investigação, alcancemos clareza na identificação dos CI em Portugal, que numa visualização breve possamos depreender que, se por um lado as regiões Norte e Centro do país ofereciam um número elevado de infraestruturas com esta designação, nas regiões mais a sul a aferição destes equipamentos era, aparentemente, diminuta.

Estamos certos da importância deste levantamento, bem como das possíveis incongruências que possam ter ocorrido nesta sintetização, quer seja porque estes equipamentos se continuam a disseminar com relativa velocidade, quer pela ferramenta de trabalho utilizada (a internet) na qual existe a probabilidade (relativamente alta) de deturpação e/ou omissão de informações relevantes. Neste sentido, procurou-se que esta pesquisa sobre cada um dos CI incidisse, em exclusivo, em sítios da Internet com maior grau

de credibilidade, tendo-se esta cingido a sítios municipais, de instituições públicas ou de outras entidades de relevo no panorama cultural português (consultar anexos II a VII).

3.11. Síntese

Em suma, os CI fixaram-se no panorama cultural, a nível nacional e internacional, e consequentemente turístico, o que nos conduziu à presente investigação. Através do presente capítulo, aferimos as diferentes abordagens conceituais destes equipamentos, sintetizamos as principais funções inerentes a estes, contextualizamos os seus limites e possibilidades, encetamos esforços em compreender a sua distribuição geográfica no território nacional e exploramos, a título de enquadramento, dois dos Centros de Interpretação de referência em Portugal.

O desenvolvimento, encadeado destas referências, traduziram-se no intento de enquadramento, o mais completo possível, do Centro de Interpretação Templário Almourol, objeto de estudo desta investigação, e para o qual procuramos contribuir com Conhecimento integral.

CAPÍTULO IV

4. CENTRO INTERPRETAÇÃO TEMPLÁRIO ALMOUROL

4.1.Introdução

Este capítulo procura responder ao enquadramento do objeto de estudo desta investigação, o CITA, do ponto de vista geográfico (nas dimensões regional e local) e da perspetiva socioeconómica, com uma sucinta apresentação do concelho de Vila Nova da Barquinha, a sua evolução histórico-temporal e respetivos pontos de interesse.

A par desta contextualização, é nosso intento descrever e apresentar os elementos que compõe este Centro de Interpretação dedicado à temática templária, o seu enquadramento legal, missão e objetivos estratégicos, tal como o seu posicionamento no âmbito dos territórios templários.

4.2.Enquadramento territorial

Situado na região Centro do país (NUT II) e integrado na sub-região do Médio Tejo (NUT III), o concelho de Vila Nova da Barquinha, concelho do distrito de Santarém, ocupa uma área total de cerca de 49,5 km², sendo delimitado pelos concelhos de Tomar e Abrantes, Constância, Chamusca e Golegã, Entroncamento e Torres Novas e também limitado pelos rios Tejo e Zêzere, sendo o primeiro, o principal impulsionador da existência deste concelho. Composto pelas freguesias de Vila Nova da Barquinha (sede), Atalaia, Tancos e Praia do Ribatejo, este Município reúne 7322 habitantes (INE, 2011), sendo que metade da população residente se concentra na freguesia sede de concelho (CM VNB, s/d).



Figura 12 - Concelho de Vila Nova da Barquinha.

Fonte: Médio Tejo 21. Disponível em http://mediotejo21.net/images/data/paes/IrRADIARE_paes_vila-nova-barquinha.pdf. Consultado a 16 outubro 2019.

Tendo em consideração os vestígios arqueológicos encontrados na estação paleolítica de Aldeinha (próximo da freguesia de Moita do Norte) e os vestígios do período neolítico, encontrados nas freguesias de Tancos e de Atalaia, confirma-se que a ocupação humana deste território remonta à pré-história. A afirmação de que este fora um território, geográfica e estrategicamente, interessante para os povos que o ocuparam, valida-se com a posterior ocupação por romanos e árabes, a quem se atribui a edificação do principal *ex-libris* do Município, o Castelo de Almourol.

Para além deste Castelo, e ainda durante o período da Reconquista Cristã, foram erguidas nesta região outras fortificações defensivas, das quais são exemplo o Castelo de Payo de Pelle (atual Praia do Ribatejo) e da Cardiga, ambos já desaparecidos, mas que em conjunto com o Castelo de Almourol, constituíam uma das principais cinturas defensivas das investidas muçulmanas. O facto de este último, se encontrar edificado num ilhéu a meio do curso do Tejo, desde logo demonstra a importância que o rio teve para este território e, a partir da Idade Média, com a importância militar atribuída às povoações a diminuir, a navegação fluvial atingiu o seu apogeu. Deste modo, a área ribeirinha em apreço, conheceu então um forte desenvolvimento comercial, surgindo assim portos fluviais importantes, nomeadamente o porto fluvial de Tancos, no século XVI. Para além do fomento económico e comercial, é ainda neste século que ocorre a edificação da Igreja Matriz de Atalaia, e é fundado o Convento do Loreto, nas imediações do Castelo de Almourol.

No século seguinte, procederam – se a obras de melhoria para que as condições de navegabilidade fossem melhoradas, e no século XVIII, com o declínio do porto de Tancos foi construído um novo, no aglomerado ribeirinho denominado “Barca”, correspondente ao atual território da sede de concelho. Importa salientar que, até ser instituída sede de concelho (1836), Vila Nova da Barquinha era pertença do concelho de Atalaia, ao qual se somavam os territórios de Tancos e de Praia do Ribatejo. A “Barca” adotou a nomenclatura “Barquinha” a partir de 1771 e afirmou-se verdadeiramente na região, tornando-se concelho a 6 de novembro de 1836, pelo foral de D. Maria II. Três anos depois, a 26 de junho de 1839 a Barquinha foi elevada à categoria de vila, com a designação de Vila Nova da Barquinha. As alterações administrativas até ao final do século XIX, foram uma constante, com a extinção deste novo concelho em 1885, e a sua anexação ao da Golegã, para posterior restauração, apenas três anos depois, a 13 de janeiro de 1898 (CM VNB, 2017).

O século XX, por sua vez, trouxe ao concelho barquinhense a confirmação da importância do seu património histórico, consolidando a sua atratividade, com a atribuição da classificação de Monumento Nacional ao Castelo de Almourol, em 1910, e em 1926, à Igreja Matriz de Atalaia (CM VNB, 2017).

Desde os primeiros anos do século atual, que o concelho sofreu uma notória evolução do ponto de vista económico, cultural e social, e que cronologicamente podemos reconhecer nos principais momentos, a saber:

- **2005:** a criação de um **Parque Ribeirinho** com 7 hectares ao qual foi atribuído, posteriormente, o Prémio Nacional de Arquitetura Paisagista (2007). Tornou-se ponto de atração de turistas e visitantes, sendo composto por zonas de lazer, parque de merendas e quiosques. A sua proximidade com rio Tejo e as condições dos cais permitem a prática de desportos náuticos, nomeadamente a canoagem.
- **2012:** o Parque Ribeirinho acolheu o **projeto Parque de Escultura Contemporânea Almourol (PECA)**, com a colocação ao ar livre, de onze esculturas de grandes dimensões, de artistas nacionais. Ainda no mesmo ano, surgiu também a Galeria do Parque, um espaço para exposições gerido em parceria com a Fundação EDP e o **Centro Integrado de Educação em Ciências (CIEC)**, um centro dedicado ao ensino e à divulgação das ciências.

- **2013:** inauguração do **Centro de Estudos de Arte Contemporânea (CEAC)**, que em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar, promove oficinas de desenho e de pintura, marionetes, teatro e fotografia/vídeo.
- **2015:** surgem as **Residências Artísticas**, alojamento temporário para criadores, também resultado da parceria com a Fundação EDP e a **Galeria de Santo António**, um espaço expositivo para divulgação do património regional e para apoio à divulgação de artistas provenientes e/ou residentes no concelho. Foi também neste ano que terminaram as **obras de requalificação do Castelo de Almourol**, com intervenções a nível de segurança na Torre de Menagem, bem como requalificação das muralhas da fortaleza e instalação de um sistema expositivo de conteúdos referentes à história dos Templários. Esta intervenção pretendeu promover melhores condições de acessibilidade, circulação e apoio aos visitantes deste monumento. A par desta evolução, e para apoio à mesma, foram edificadas infraestruturas inerentes ao crescimento do fluxo de visitantes de que são exemplo o posto de turismo, o centro náutico, quiosques, loja do cidadão, passeios pedestres, três novas unidades hoteleiras, um albergue da juventude, entre outros (Freire, 2016).
- **2016:** aposta do Município na **revitalização urbana**, com as primeiras casas revitalizadas através de um incentivo fiscal promulgado pela autarquia, que incentiva à recuperação urbana de imóveis degradados. Esta aposta decisiva na expansão e na qualidade de vida desta população, foi também reforçada com a sinalética turístico-cultural, implementada nas principais entradas e vias do concelho.
- **2017:** o Município recebeu a **bandeira “Cidade ou Vila de Excelência”** da Rede de Cidades de Excelência, nível II, que distingue a dinamização e a inovação nas áreas da regeneração urbana e do Turismo.
- **2018 (18 de novembro):** **inauguração do Centro de Interpretação Templário de Almourol (CITA)**, composto por sala de exposição permanente, espaço de exposições temporárias e uma sala de projecção de filmes sobre a temática dos templários, e **da Biblioteca – Arquivo Templário**, que disponibiliza um vasto acervo literário, relativo a este tema.

- **2019** (maio): inauguração do **projecto ARTEJO** que contempla 11 intervenções artísticas de arte urbana, disseminadas pelo concelho de Vila Nova da Barquinha. Este projeto resulta de uma parceria com a Fundação EDP, integrado no Arte Pública Fundação EDP, orientado para territórios de baixa densidade, e que promove a inclusão social, bem como pretende a democratização do acesso à arte e ao envolvimento das comunidades nesta área.

Para além das iniciativas anteriormente mencionadas, o património gastronómico desta região tem sido também promovido através da realização de eventos como “Mês do Sável e da Lampreia”, “Festival do Peixe do Rio” e “À mesa com Azeite”.

4.3. Análise SWOT

Tendo em consideração que as avaliações são fundamentais para sustentarem planeamentos integrados entre o papel do território, a função das organizações públicas e privadas, e a satisfação das necessidades dos diversos públicos-alvo (questão fundamental em qualquer segmento do Turismo), a análise da envolvente territorial constitui uma chave essencial para uma melhor perceção sobre a missão principal, cometida a qualquer CI.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização geoestratégica com acessibilidades rodoviárias (eixo A1/A23/A13) e ferroviárias; ▪ Proximidade com o Rio; ▪ Diversidade e elevado valor do Património histórico-cultural e natural; ▪ Oferta de alojamento e restauração; ▪ Relação qualidade/preço; ▪ Gastronomia; ▪ Facilidade de acesso e proximidade entre os vários destinos turísticos associados à temática Templária (Castelo de Almourol, Convento de Cristo...); ▪ Existência de sinalética turística; ▪ Reabilitação Urbana em curso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas da área do turismo pouco capitalizadas e qualificadas; ▪ Défice de informação sobre a oferta; ▪ Falta de conhecimento e de informação sobre a atividade turística; ▪ Insuficiente presença de marcas/cadeias internacionais; ▪ Falta de estruturação do produto; ▪ Baixo nível de qualificações e de rendimentos dos profissionais de turismo; ▪ Défice de informação sobre o destino nos mercados externos; ▪ Oferta turística pouco capacitada para diferentes mercados e segmentos.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Previsões de crescimento para o turismo até 2030; ▪ Alteração dos padrões de consumo e motivações, que privilegiam destinos que ofereçam experiências diversificadas, autênticas e qualidade ambiental; ▪ Crescimento do turismo sénior e maior disponibilidade financeira para viajar em determinados segmentos, que possibilitam crescer em volume e em valor; ▪ Abertura de ligações diretas a novos mercados (nomeadamente, China). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da pressão sobre destinos e recursos; ▪ Dificuldade de afirmação da marca Templários enquanto destino de mercado europeu; ▪ Emergência de novos destinos; ▪ Crescimento económico incerto em alguns dos países emissores; ▪ Possibilidade de sobrecarga turística em termos de alojamento e restauração.

Tabela 15 - Análise SWOT de V. N. B.

Fonte: Adaptado de CMVNB, 2017.

A sua localização geográfica é um fator-chave para o seu desenvolvimento: duas das mais importantes rodovias transpõem o concelho, A23 e A13, e conferem a este território uma ótima centralidade, contribuindo assim para o sucesso da sua expansão económica, bem como para a afirmação de Vila Nova da Barquinha como um destino turístico efetivo (Freire, 2016).

Como se demonstrou, e tendo por base as evidências obtidas ao longo de todo o processo desta investigação, acreditamos que é possível criar cenários de intervenção do CITA, considerando, a melhoria das condições mais débeis e potenciando as condições de excelência.

4.4. Enquadramento legal

No enquadramento legal da concetualização do CITA, importa referir que este projeto foi candidatado ao Programa Valorizar, Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior do Turismo de Portugal, que participou em 90% do investimento total da intervenção – 152.219,88€. O Programa Valorizar tem por objetivo promover a contínua qualificação dos destinos com a valorização do património cultural e natural do país.

A fundamentação do alinhamento estratégico deste projeto com os eixos estratégicos e objetivos dos principais documentos de gestão pública, resulta sumariamente na figura n.º13, abaixo ilustrada.

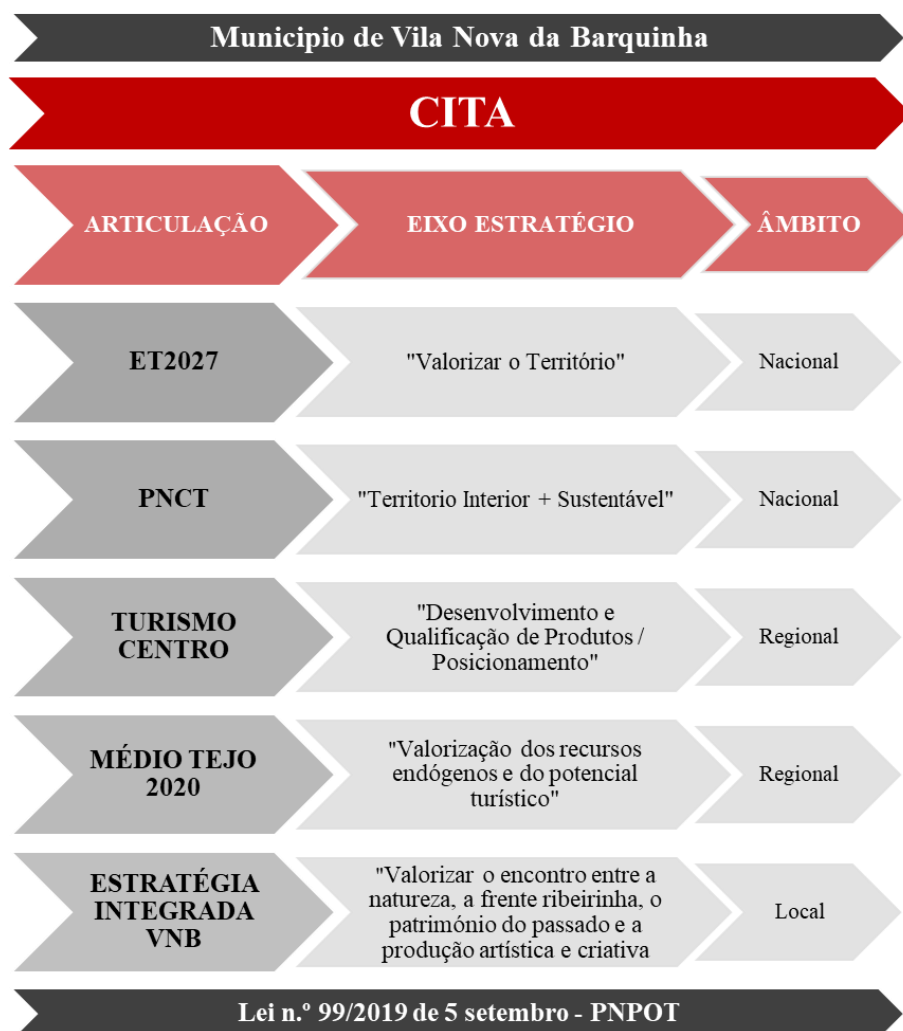


Figura 13 - Alinhamento estratégico do CITA e seu enquadramento.

Fonte: elaboração própria.

Não obstante o fato do CITA se constituir desde o dia 18 de novembro de 2018, consideramos que este equipamento enquadra a sua constituição em duas raízes: por um lado a Lei da Assembleia da República e, por outro, a tutela do Município. Estes dois pressupostos integram o CITA, sendo que este projeto se alinha com outras estratégias, nomeadamente, com o referencial estratégico nacional para o Turismo, a Estratégia Turismo 2027. O alinhamento do CITA com a ET2027, repercute-se no objetivo “Valorizar o Território”, que se consubstancia, principalmente, nas linhas de atuação “Conservar, valorizar e usufruir o

património histórico-cultural” e “Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística” (Turismo de Portugal, I. P., 2017, p. 52). Ainda no âmbito nacional, o Programa Nacional para a Coesão Territorial, afirma também a pertinência deste projeto, através do seu eixo de intervenção “Eixo 3: Um Território Interior + Sustentável” que, por sua vez se traduz nos objetivos de “(...) valorização do património cultural, material e imaterial, público e privado, encontrando novos usos e utilizações, compatíveis com a sua salvaguarda, que propiciem novas fruições”, na “investigação, no mapeamento, no aprofundamento e difusão do conhecimento”, bem como “numa difusão e programação que atenua a sazonalidade e privilegie a qualidade, a circulação em rede e a acessibilidade à natureza e à cultura nos territórios do interior.” (Diário da República 1.^a série — N.º 226 — 24 de novembro, 2016)

Já no que concerne ao âmbito regional, importa desde logo referir a Estratégia das Entidades Regionais do Turismo, neste caso, através da Entidade Regional Turismo do Centro (ERTC) e do documento Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020. No primeiro caso, enquadra-se na Linha Estratégica de Apoio n.º 2 - “Desenvolvimento e Qualificação de Produtos/Posicionamento”, e no segundo, relativo à sub-região do Médio Tejo, na Orientação Estratégica “Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico”.

A partir desta abordagem, decrescente, de uma escala global para a local, importa verificar em que medida o CITA interage com o documento de planeamento “Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha” (2017), sobre a qual assentou a nossa análise, e da qual se reverbera o enquadramento deste projeto no Objetivo Estratégico 1 – “Valorizar o encontro entre a natureza, a frente ribeirinha, o património do passado e a produção artística e criativa”. Neste, a Área de Atuação 1.3. “Afirmar o turismo ativo e cultural e promover o lazer”, ajusta a pertinência do projeto em estudo, e autoriza-nos ao seu enquadramento do ponto de vista operacional (Tabela n.º 15).

	TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO	TURISMO DE NATUREZA	GASTRONOMIA E VINHOS
Principais Recursos Turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Castelo de Almourol - CITA Povoações Ribeirinhas: beleza cénica, património edificado e etnográfico Parque de esculturas e Artejo 	<ul style="list-style-type: none"> Rio Tejo e as suas margens Barquinha Parque Centro Náutico Clube Náutico 	<ul style="list-style-type: none"> Peixe do Rio Restauração
Atividades Conexas	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de transporte Atividades artísticas e de espetáculos Atividades culturais e museus Comércio (artesanato, merchandising) 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades desportivas e recreativas 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura Comércio e Restauração Serviços e I&D na área alimentar (certificação, design)
Principais Articulações Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Abrantes, Constância, Golegã, Santarém, Salvaterra de Magos "Arco Patrimonial de Lisboa" 	<ul style="list-style-type: none"> Ferreira do Zêzere, Constância, Alpiarça, Golegã e Abrantes 	<ul style="list-style-type: none"> Sardoal, Abrantes, Constância e Santarém
Fatores Críticos de Sucesso	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação da oferta e melhoria da experiência nos locais de atração Qualidade da informação e da sinalização turística Promoção da investigação e do Conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Equilíbrio entre o turismo e a preservação dos valores ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos estabelecimentos e grau de preparação para a receção de turistas internacionais.
Grau de Desenvolvimento da Cadeia de Valor	EMERGENTE	EMERGENTE	EMBRIONÁRIO

Tabela 16 - Cadeia de valor turístico-cultural de VNB.

Fonte: adaptado de Augusto Mateus & Associados (junho de 2017)

Neste ponto da investigação, consideramos relevante salientar a importância da governança multinível³² e compreender o impacto que esta estratégia, de dimensões globais, emprega no quadro turístico-cultural, dado que:

“(…) esta assenta no princípio da subsidiariedade, evitando não só que as decisões se concentrem apenas num nível de poder, mas também que as políticas sejam implementadas num nível territorial e institucional desadequado. Tal implica necessariamente a partilha de responsabilidades entre os diferentes níveis de poder e a participação alargada dos principais *stakeholders* na gestão do ciclo da política pública” (Bilhim J., 2019, p. 87).

³² “A governança multinível pertence a uma segunda fase de estudos teóricos sobre a integração europeia. (...) Segundo uma visão europeia do processo de governança multinível, esta pode ser definida como um sistema de negociação contínua entre os governos alojados em vários níveis territoriais onde a autoridade não se encontra dispersa apenas verticalmente entre os níveis de administração, mas também horizontalmente entre diferentes esferas de influência incluindo atores não-governamentais, mercados e sociedade civil. (Bilhim J., 2019, p. 87).

No concreto caso do CITA, é no alinhamento com as estratégias de governança multinível que consideramos a adequação e a pertinência do mesmo.

4.5. Caraterização

O projeto CITA resulta da compreensão da estreita ligação entre o território concelhio, o Castelo de Almourol e, consequentemente com a temática templária. Neste sentido, o Município de Vila Nova da Barquinha, a par dos projetos de conservação e musealização efetuados ao longo dos últimos anos neste Monumento Nacional, preconizou a criação de um polo de atração que criasse “ligação física” entre o Castelo e a Vila.

Deste modo, foi alvo de intervenção uma das salas do 1º piso do edifício do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, imóvel propriedade do Município, situado no centro histórico de Vila Nova da Barquinha, junto ao Parque de Escultura Contemporânea Almourol. A sala adotada correspondia à anterior biblioteca infantil municipal, cujos 91,55m² foram transformados em uma sala de exposições permanentes, uma sala de exposições temporárias e uma sala de projeção audiovisual, sobre a temática templária.

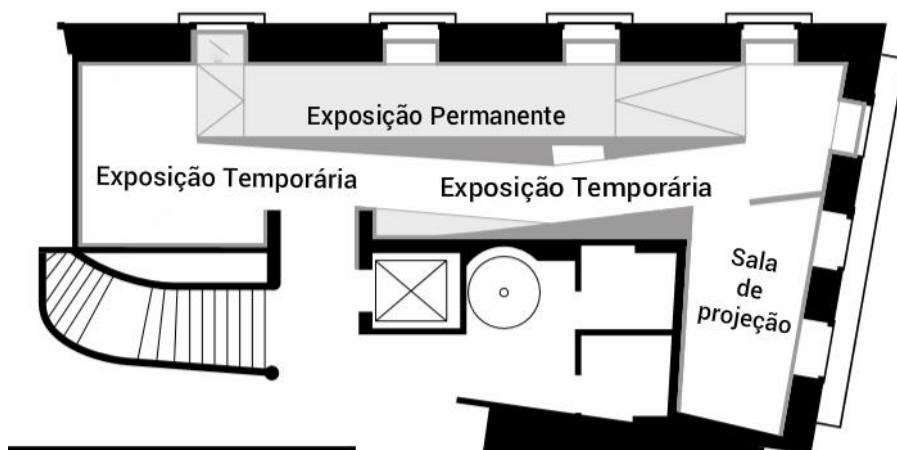


Figura 14 – Configuração base do CITA.

Fonte: elaboração própria (s/e).

Este projeto, ambiciona assim contribuir diretamente para a valorização da temática templária presente no território, do património existente, bem como o aprofundar de estudos sobre a Ordem do Templo. A este respeito importa mencionar a constituição da Biblioteca-Arquivo do CITA, numa sala adjacente do mesmo edifício.

4.6. Visão, Missão e Valores

Tendo por base a consulta do documento técnico “Memória Descritiva” (2017) do projeto CITA, são seguidamente explanados princípios pelos quais este projeto de Centro de Interpretação se rege, e os quais ordenamos na sequência abaixo apresentada:

- **VISÃO:** contribuir para a inserção do território em rotas turísticas nacionais e internacionais associadas à questão templária.
- **MISSÃO:** capitalizar o Castelo de Almourol como item de marca templária, acrescentando no território um local que permita ao visitante contactar com a história da Ordem, e contribuir para a permanência de visitantes no concelho, através da criação de fluxos entre o Castelo e a Vila, sobre a temática do turismo cultural e religioso.
- **VALORES:** elaborar estudos do património imaterial templário e da idade média, que contribuam para o aprofundamento do conhecimento sobre esta temática. Bem como para a realização de três exposições anuais, com conteúdos associados aos Templários e sua história
- **POLÍTICA DE GESTÃO AUTÁRQUICA:** dentro das atribuições constitucionais, nomeadamente, Linha de Apoio do Turismo de Portugal (despacho normativo n.º 16/2016).

4.7. Programação

Cientes da característica de pioneirismo na constituição de um Centro de Interpretação dedicado à temática Templária em Portugal, o CITA preconiza a concretização das seguintes medidas de programação:

1. Criação e manutenção de uma Biblioteca / Mediateca / Banco de Imagem monográfico e especializada, dotada de meios técnicos e humanos consentâneos com o seu objeto;

2. Exposições permanentes: Linha do Tempo (Templo e Cristo) + Almourol (Iconografia, + Cartografia + História + Imaginário);
3. Exposição temporária (quadrimestral);
4. Produção de documentários e curtas-metragens de tema Templário;
5. Incremento de grupos de investigação;
6. Criação de página da Internet e de Facebook com ligação a instituições similares;
7. Lançamento de projetos de parceria com autarquias, ou instituições congéneres nacionais ou estrangeiras;
8. Prestação de serviços de consultoria (informação e bibliografia) interna ou externa;
9. Realização de cursos de formação (pós-graduação e pós-laboral = cursilhos);
10. Visitas guiadas: circuitos templários nacionais e internacionais;
11. Conferência por especialistas nacionais e estrangeiros (mensal);
12. Colóquio ou simpósio (anual);
13. Festival ou Mostra de cinema e teatro de tema Templário (bienal);
14. 24 Horas de Almourol - jogos templários (anual – fim de semana);
15. Feira do livro, de postais e banda desenhada de tema Templário (anual);
16. Torneio medieval e manejo de armas brancas (anual);
17. Edição de Folha informativa mensal (on-line), de Boletim anual (formatos papel e ebook) e de estudos e obras de tema templário (idem);
18. Instituição de um prémio anual destinado a galardoar obras de tema templário.

Quase um ano volvido após a sua inauguração, importa revelar que dos frutos do projeto CITA, já concretizados se destacam os quatro primeiros pontos, bem como os pontos

sete e onze, que consideramos materializados pela “I Conferência Internacional Ordem do Templo - Cavalaria Espiritual - Templarismo”, que decorreu nos dias onze, doze e treze de outubro, em Vila Nova da Barquinha.



Figura 15 - I Conferência Internacional Ordem do Templo no CITA.

Fonte: Costa, Vanda, 2019

Este evento que agregou alguns dos principais investigadores sobre a temática e ordens templárias internacionais, do qual resultou a celebração de dois protocolos cujo fim principal se relaciona com a constituição do Município e o do CITA como uma referência internacional na temática templária (CM VNB, 2019).

4.8.Síntese

Através deste capítulo, pretendemos enquadrar o nosso objeto de estudo, expondo as principais características do mesmo, objetivos e estratégias, e em simultâneo, analisar imparcialmente, o balanço entre os propósitos expetados para este equipamento cultural, e os propósitos já atingidos.

Decorrente da análise da envolvente geográfica encetada, depreendemos que o CITA proporciona um contato direto com a essência primária da cultura turística do Município, tendo como intermediação a componente turístico - geográfica que o integra, e que se reflete numa exibição em que a autenticidade e o simbolismo se conjugam com um poder atrativo singular.

CAPÍTULO V

5. RESULTADOS E PROPOSTAS DE BASE C.I.T.A.

5.1.Introdução

No presente capítulo pretende-se a discriminação dos passos encetados, do ponto de vista operacional, da presente investigação, bem como a concretização do balanço relativo aos objetivos investigativos, inicialmente estabelecidos.

Assim, e reconhecendo que uma das formas de “(...) credibilizar cientificamente o Turismo relaciona-se com a quantificação de dados da atividade turística, (...) na qual a explicação dos fenómenos turísticos se traduz num conjunto de números infindáveis que, pretensamente, explicam, retratam e produzem conhecimento” (Mira & Ramos, 2013, p. 38), serão apresentados os dados obtidos através das técnicas de recolha selecionadas, e cuja abordagem quantitativa e qualitativa (a par do trabalho de campo encetado), se cruzam numa abordagem mista, considerada a mais completa para a elucidação profunda do objeto de estudo.

5.2.A Investigação

Se enquadrarmos o resultado da nossa investigação com os objetivos da Agenda da Fundação da Ciência e Tecnologia, para o Turismo (Fig. 16), veremos que os desafios daquela se materializam na identificação de recursos, desenvolvimento de estratégias integradas, modelos de gestão territorial e, globalmente, um novo “modo de ver” um Centro de Interpretação.

Como se verá no organigrama que estrutura o domínio da Investigação no Ensino Superior, nomeadamente politécnico, o alinhamento das iniciativas de qualificação dos recursos humanos e dos procedimentos, que permitem animar as economias locais, faz-se tendo em consideração a criação de mais, e melhor, Conhecimento aplicado.

Neste sentido, o tipo de investigação/ação encetado, moldou não apenas o desenho da pesquisa, mas igualmente a componente de trabalho de campo, que, como se compreenderá materializou a componente de ação, de modo muito pragmático.

Assim, a orientação global teve em consideração que o estudo dos Centros de Interpretação é fundamental para a análise funcional de qualquer um deles, e num qualquer contexto geográfico.

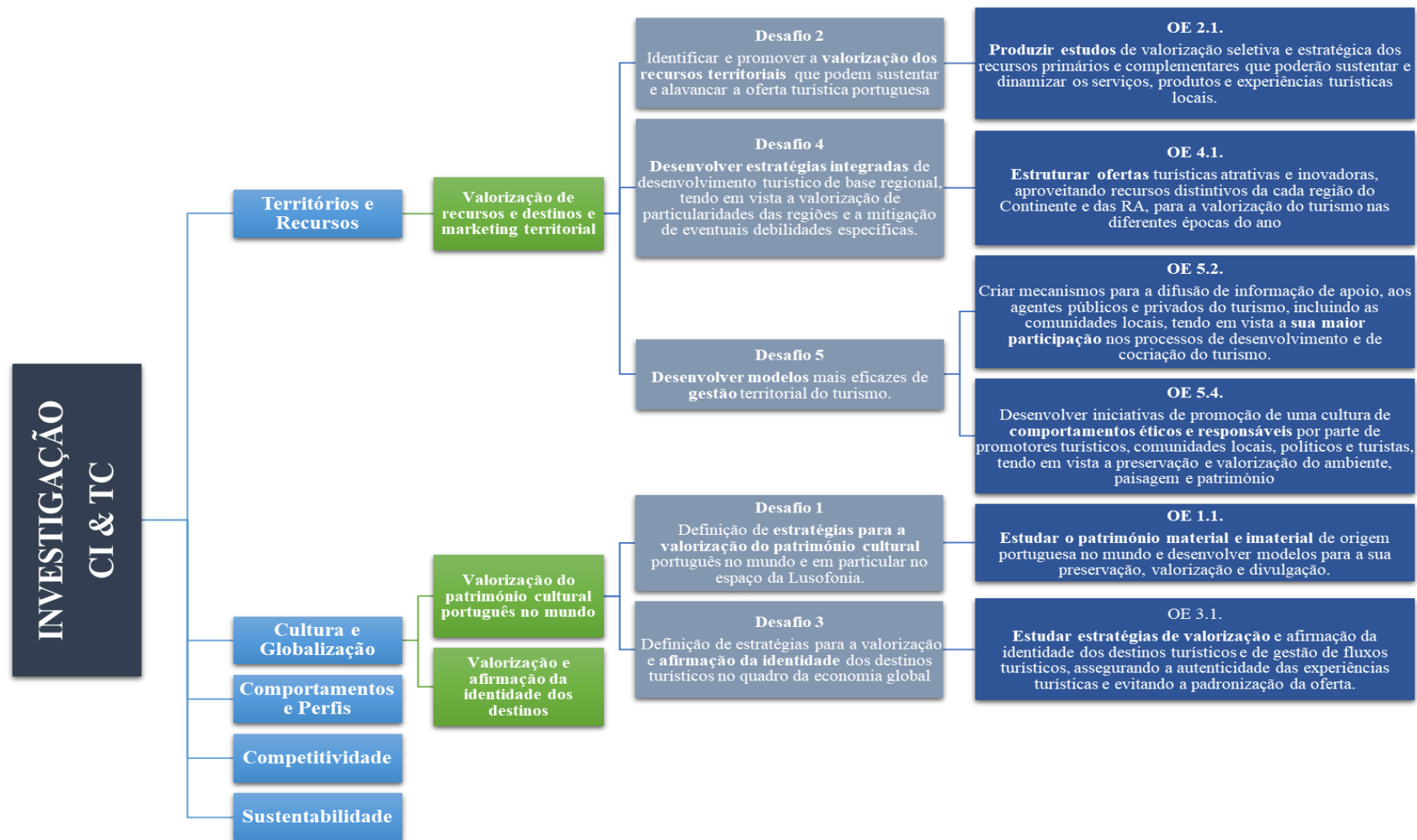


Figura 16 – Objetivos da Agenda FCT a que esta investigação responde.

Fonte: adaptado de Agenda Temática de Investigação e Inovação, FCT, 2019.

Com base no articulado anterior, e como se verá nos subcapítulos seguintes, esta argumentação é sustentada pelos dados que se agruparam e comentaram, havendo margem para se perceberem, tanto as tendências quanto as fixações de alguns inquiridos, quanto à influência que o CITA teve na sua experiência turística em Vila Nova da Barquinha.

5.3.O inquérito por questionário

Segundo Silvestre e Araújo (2012) os questionários devem ser construídos para que qualquer indivíduo os possa responder, autonomamente, sem a intervenção do investigador. Desta forma, dedicámos um período substancial do nosso tempo de investigação, na construção desta ferramenta, a fim de atingir o objetivo anteriormente proposto. A seleção desta técnica deveu-se essencialmente à possibilidade que esta permeia em “(...) abranger um número significativo de sujeitos distribuídos num espaço geográfico grande e/ou disperso” (Silvestre & Araújo, 2012, p. 159), bem como, pela possibilidade de padronização e comparação dos resultados obtidos.

E porque o Turismo é um comumente definido como uma atividade “de pessoas para as pessoas”, foi nossa preocupação constante que os utilizadores do questionário de visitação ao CITA não experimentassem qualquer constrangimento na utilização do mesmo e, sobretudo, que esta ferramenta estivesse disponível de modo eficiente, para que também o seu acesso não constituísse um problema. Deste modo, e também a fim de atingir o maior número de indivíduos possível, avançamos com a construção de um questionário *online*, com recurso à ferramenta *Google Forms* (ver anexo XI), que posteriormente seria divulgado pelos recursos humanos afetos à visitação do CITA, para a obtenção de respostas. Tendo em conta a observação participante neste estudo de caso³³, em que o conhecimento tácito nos transmite os possíveis constrangimentos desta abordagem, construímos em paralelo um documento físico, que se reverberou num panfleto com um Código QR associado ao respetivo inquérito, por forma a agilizar o acesso dos visitantes ao mesmo. Assim, permitir-

³³ Durante o período de construção da presente investigação, a mestranda concretizou uma prestação de serviços à entidade promotora do CITA, a título pontual, para a receção e acompanhamento das visitas a este equipamento, o que, enriqueceu exponencialmente o trabalho de campo concretizado para este estudo.

se-ia, nomeadamente aos visitantes, responder nos respetivos meios de comunicação pessoais (ex: *smartphone*), quer fosse durante ou mesmo após a visita ao Centro, dado que estes, para além de afixados na entrada do CITA, foram disponibilizados na zona informativa do edifício do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha e no Posto de Turismo do Município (ver anexo X), sob a estrutura de marcador de livro.



Figura 17 - Códigos QR (utilizadores em smartphone) e tablet (resposta *in situ*).

Fonte: Costa, Vanda (2019).

Decorrente da construção do questionário nas versões português e inglês (ver anexo IX), a atribuição de códigos QR foi aplicada também aplicada em modo bilingue, contudo, sem obtenção de dados no que concerne à versão elaborada na língua inglesa. Igualmente se ressalva, que a nossa preocupação com a simplicidade de acesso dos inquiridos ao questionário se traduziu na disposição de um *tablet*, pertença pessoal da mestrandia (Fig. 16), na entrada do CITA, para que os visitantes pudessem agilmente responder ao mesmo.

De acordo com os dados fornecidos pela Camara Municipal de Vila Nova da Barquinha, o número de visitantes³⁴ ao CITA nos meses de julho (934), agosto (681) e em setembro (514), período de aplicação do respetivo inquérito por questionário, resultou num total de 2.129 indivíduos (de todas as faixas etárias). O constrangimento na obtenção de resposta destes indivíduos ao questionário, refletiu-se na consecução de 43 respostas, o que

³⁴ As visitas ocorrem durante o período de visita estabelecido para o público e que se compreende nos seguintes períodos:

- de terça a sexta-feira, entre as 09h00 e as 12h30 e as 14h00 e as 17h30;
- fins de semana e feriados, entre as 09h00 e as 13h00 e as 15h00 e as 18h00.

corresponde a apenas 2% do valor global de visitantes, pese embora os esforços da mestrandia e das pessoas envolvidas neste trabalho de campo e que acompanharam o processo da recolha de dados. Perante a exposição destes dados, consideramos que a fraca representatividade não invalida o facto de a colocarmos como um dos óbices que, trabalhos deste género, cada vez mais enfrentam. Registe-se também a dificuldade que existe na disponibilidade de muitos atores territoriais, nomeadamente institucionais, e da Administração Pública que não corresponderam às expectativas de trabalho de campo, inviabilizando-se assim, um resultado mais produtivo desta tarefa.

No que concerne à estruturação do questionário, este foi elaborado a fim de recolher dados em duas dimensões: (i) “sobre a sua visita ao Centro de Interpretação Templário Almourol”; (ii) “Sobre as características do visitante CITA”, sendo a primeira dimensão, relativa ao parecer que os visitantes obtiveram sobre este equipamento, e na segunda, com a finalidade de perceber qual o perfil caracterizador deste público-alvo.

Este inquérito por questionário, de administração direta (Quivy & Campenhoudt, 1998), iniciou-se com a abordagem da primeira dimensão em estudo, e que se refere à experiência de visita ao CITA. Tendo por base, a multiplicidade de respostas possível nalgumas das inquirições efetuadas, nesta análise serão apresentados os três primeiros resultados mais significativos, podendo os restantes ser apreendidos em detalhe no anexo XI.

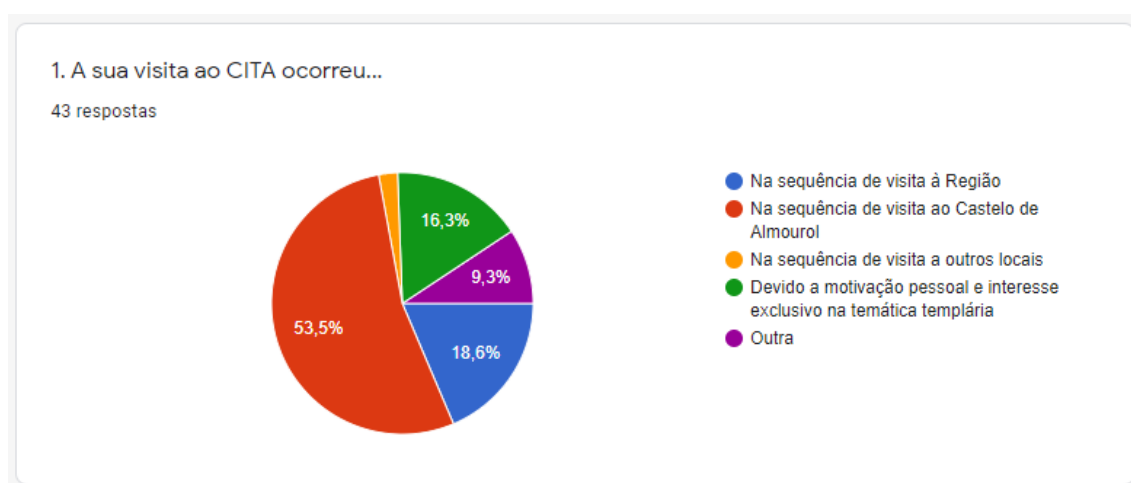


Figura 18 - Gráfico relativo à motivação em que ocorre a visita ao CITA.

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a primeira questão “A sua visita ao CITA ocorreu...”, a grande maioria dos inquiridos afirmou que a sua visita ao CITA decorreu, em primeiro lugar, “na sequência de visita ao Castelo de Almourol” (53,5%), e em segundo lugar, na sequência de visita à região (18,6%), e em terceiro, decorrente de “motivação pessoal e interesse exclusivo na temática templária” (16,3%). Estes resultados demonstram-nos, por um lado, a importância do território na envolvente contextual deste equipamento, e por outro, o valor da temática, sendo ambos os principais fatores de orientação dos visitantes a este equipamento.

À questão nº.2 “Como tomou conhecimento sobre o CITA?”, os inquiridos detinham sete opções de resposta.

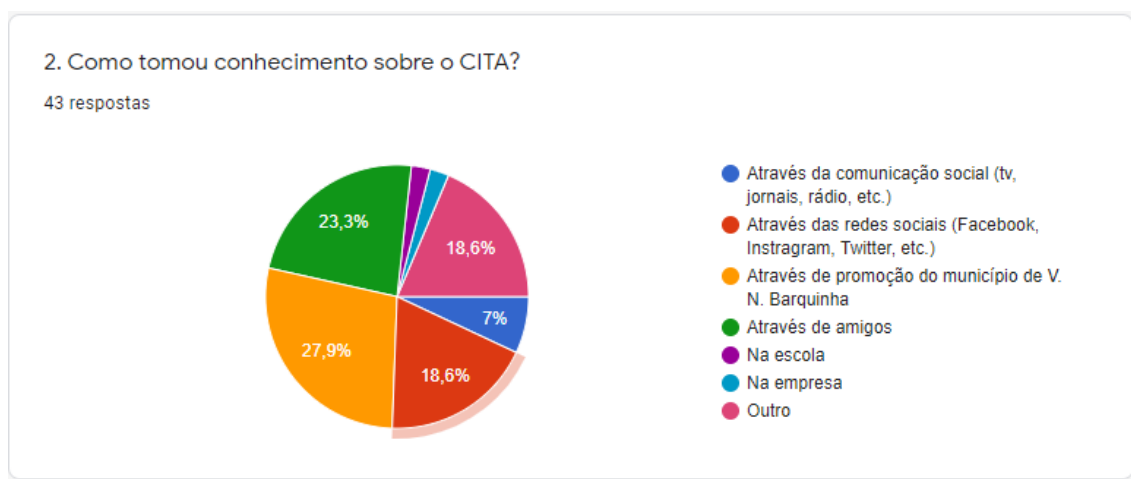


Figura 19 - Gráfico relativo ao método de conhecimento sobre o CITA.

Fonte: elaboração própria

A grande maioria dos inquiridos respondeu que fora “através de promoção município de V. N. Barquinha” que tomara conhecimento sobre este equipamento (27,9%), seguido da opção “através de amigos” (23,3%) e “através das redes sociais” (18,6%). Desta leitura podemos empreender que o papel da autarquia na promoção deste recurso foi eficaz. A partilhar também a terceira posição das escolhas dos inquiridos, a opção “Outro” (18,6%), denuncia que outras abordagens promocionais incorreram para a visita ao CITA, e que não se encaixam nas hipóteses apresentadas.

A questão nº 3, sobre a satisfação dos visitantes com este equipamento, traduziu-se na pergunta “A sua satisfação geral da visita ao CITA, pode descrever-se como”, e a escala

de avaliação para resposta incluía as opções: “Baixa”, “Média”, “Alta”, “Muito alta” e “Total”.

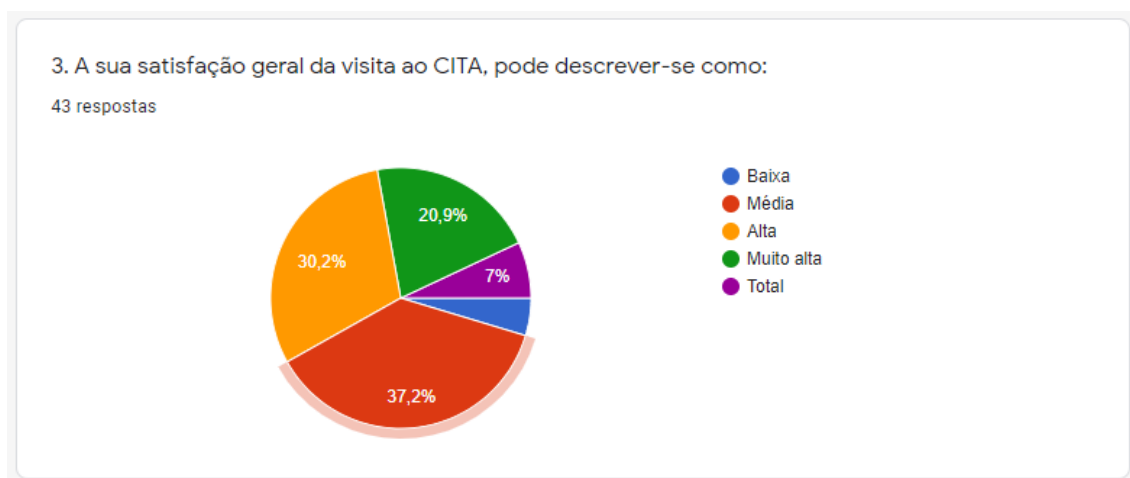


Figura 20 - gráfico relativo à satisfação dos visitantes CITA (questão n.º 3)

Fonte: elaboração própria

A esta questão, os inquiridos indicaram as opções “Média” (37,2%), “Alta” (30,2%) e “Muito alta” (20,9%), como sendo o seu grau de satisfação para este espaço. Consideraram “Total” a satisfação com a visita ao CITA 7% dos inquiridos, e por oposição, consideraram “Baixa” 4,7% da amostra total.

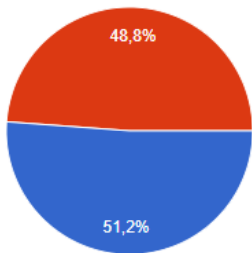
Para a perceção em detalhe de quais os pontos positivos e negativos, bem como aferir possibilidade de maximização deste equipamento, sugestionados pelos visitantes, foi construída a seguinte pergunta: “Do que viu e experienciou, indique o que considerou mais agradável”. Das 43 respostas obtidas destaca-se o conteúdo expositivo que é identificado em pelo menos catorze respostas (32%) e que se traduzem nos seguintes termos “a exposição”, “demonstração das vestes e objetos”, “artefactos”, “peças expostas” e “os objetos nas vitrinas”. Para além disso, destacamos que, dez dos inquiridos mencionaram “o espaço” como sendo um elemento de relevo (23%), atribuindo nomeadamente características de valor a este e que se confirmam através das seguintes afirmações: “a orgânica do espaço está fantástica”, “simplicidade na apresentação”, e “a disposição do museu e atendimento”, entre outras afirmações, atestando assim a validade deste. Ressalvamos também que 6% dos inquiridos mencionaram “a viagem de barco” como elemento de relevo (ver anexo XII).

No que toca à identificação do que cada indivíduo visitante considerou “menos agradável” reporta-se que quinze dos inquiridos, correspondendo a 35% da amostra total,

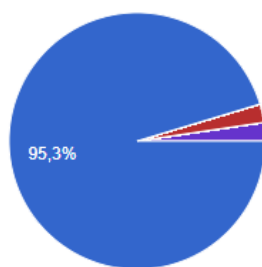
responderam com os vocábulos “nada” e “não há”, indicando inexistência de pontos negativos nesta visita ao CITA. Porém, estas respostas foram seguidas da questão da dimensão reduzida do Centro, indicada em oito das respostas (19%), como sendo um constrangimento, o que se traduziu nas seguintes afirmações: “O espaço devia ser mais amplo”, “O museu dos templários poderia ser maior”, e “Dimensão”. Para além destas duas constatações, foi indicada a questão da informação disponível, aparentemente considerada excessiva através das seguintes principais afirmações: “A inabilidade de ter onde consultar toda a informação remotamente (via *app* ou folheto) pois não é fácil assimilar tanta informação durante o tempo de visita...”, ou “demasiada informação escrita nas paredes” e “legendas da exposição muito pequenas”. Esta ultima variável de avaliação, correspondeu a seis das respostas dos inquiridos e, consecutivamente a 14% da amostra total (anexo XII).

Ainda no âmbito da perceção dos visitantes sobre este equipamento, foi apresentada a questão “E o que sugere que possa melhorar esta experiência”. A esta interrogação, de resposta opcional, apenas 56% dos inquiridos respondeu (vinte e quatro indivíduos), através de afirmações de diversa natureza, nomeadamente: “Um guia que acompanhe a visita, informação sintetizada e tradução em Inglês”, “Manter a qualidade”, “Aumentar a quantidade de materiais existentes”, e/ou “nada”, entre outros.

Finda a tarefa de perceção dos visitantes sobre a experiência de visita ao CITA, importa-nos igualmente compreender quais as características destes públicos, a fim de melhor responder às suas necessidades. Neste âmbito, e ainda no inquérito por questionário em apreço, foram apresentadas seis questões, descritas na figura resumo, abaixo ilustrada:

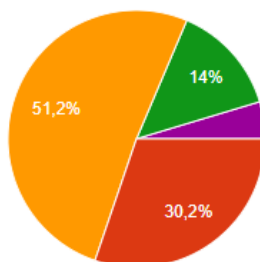
QUESTÕES	RESPOSTAS REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	RESPOSTAS - REPRESENTAÇÃO ESTATÍSTICA
6. “Por favor, selecione o seu género”		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 51,2% - Feminino ▪ 48,8% - Masculino

7. “Selecione, por favor, a sua nacionalidade”



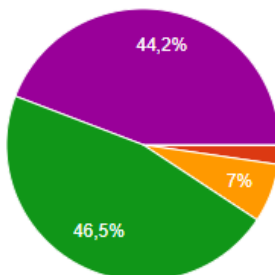
- 95,3% - Portuguesa
- 2,3% - Reino Unido
- 2,3% - Outra opção

8. “Pode, por favor, indicar as suas habilitações académicas?”



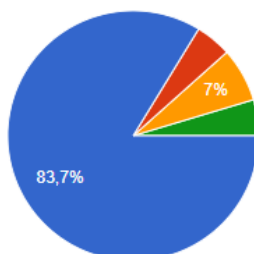
- 51,2% - Ensino Superior
- 30,2% - Ensino Secundário
- 14% - Ensino Pós-Graduado
- 4,7% - Outra

9. “Por favor, indique a faixa etária em que se insere”



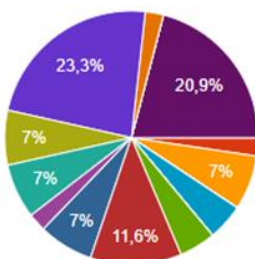
- 46,5% - Entre 26 e 40 anos
- 44,2% - Entre 41 e 66 anos
- 7% - Entre 18 e 25 anos
- 2,3% - Entre 11 e 17 anos

10. “Qual a sua atual situação profissional?”



- 83,7% - Empregado
- 7% - Reformado
- 2% - Desempregado
- 2% - Outra

11. “Selecione o tipo de atividade económica em que a sua especialidade profissional se insere”



- 23,3% - Educação
- 20,9% - Outro setores
- 11,6% - Atividades de informação e comunicação
- ...

Tabela 17 - Questionário de visita ao CITA: síntese das respostas no âmbito de identificação do perfil do visitante CITA.

Fonte: elaboração própria

Como podemos verificar (embora para mais detalhe informativo sugerimos a consulta do anexo XII), o perfil do visitante CITA, de acordo com a amostra desta investigação, evidencia-se maioritariamente em indivíduos do sexo feminino (51,2%, correspondente a 22 indivíduos inquiridos), e no que concerne à nacionalidade desta amostra, a grande maioria afirma ser de origem portuguesa, sendo apenas 2,3% (um indivíduo) natural do Reino Unido.

Quanto às habilitações académicas desta amostra, 51,2% respondeu ter formação Superior, seguida dos formados ao nível do ensino secundário (30,2%), e posteriormente do ensino “Pós-Graduado” (14%).

Na análise da faixa etária predominante destes visitantes, é o período compreendido entre os 26 e os 40 anos que integra maior número de indivíduos (46,5%), seguido imediatamente da faixa etária superior, entre os 41 e os 66 anos (44,2% dos inquiridos) e dos *millennials*, correspondente a 7% dos inquiridos.

No que concerne à situação profissional desta amostra, a maioria (83,7%) atestou encontrar-se “empregado”, sendo que a percentagem de visitantes em período de reforma, corresponde a 7% do total de inquiridos. Ainda neste contexto profissional, verificou-se que a área de especialização profissional desta amostra de visitantes, se centra na área da Educação (com 23,3% dos inquiridos a afirma-lo), seguida da categoria “Outros Setores” (20,9%) e da área da “Informação e Comunicação” (11,6%).

Como corolário desta tarefa e com base nos resultados já comentados, poderemos considerar que esta intervenção e intromissão na visita dos turistas do CITA testa uma possibilidade presente (monitorização permanente, aconselhável), mas apresenta um cenário que embora prévio nos permite pensar na maximização desta participação dos visitantes deste equipamento.

Tornar este tipo de tarefas uma rotina de gestão pode ser um objetivo muito relevante para o futuro do Centro.

5.4.A entrevista

Contrabalançar as evidências empíricas dos inquéritos com os depoimentos pessoais dos atores do território pressupõe que, nestas duas variáveis de recolha de dados, exista uma linha comum: a perceção sobre a validade de um equipamento considerado imprescindível para o crescimento turístico cultural do município.

O efeito de replicação deste fenómeno também pode ser avaliado através das entrevistas que foram gizadas e desenvolvidas segundo essa lógica metodológica, e que procuraram percecionar, por um lado, o parecer dos atores locais, numa dimensão local (referente ao panorama turístico do Município de Vila Nova da Barquinha) e, por outro, o parecer dos atores externos, numa dimensão global, com enfoque na visão que estes detêm sobre os equipamentos que designam o objeto deste estudo.

5.4.1. Aos *stakeholders* locais

Com base nos pressupostos anteriores, foi composta uma entrevista, enquanto ferramenta de recolha de dados, que intentava percecionar a visão dos *stakeholders* que interagem no território de Vila Nova da Barquinha. Assim, as perguntas que se organizaram, sob metodologia estruturada, e a opção pelas que se mostraram mais viáveis (quatro), foram as seguintes:

1. “Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha?”
2. “Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante?”
3. “Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: “menor/maior procura turística”).”
4. “Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo?”

Reconhecendo que, nas circunscrições desta técnica de recolha de dados, um dos principais constrangimentos associados a é a sua limitação relativamente à abrangência da amostra (Pardal & Lopes, 2011), e que, neste estudo de caso, acresceu as dificuldades de

agenda entre a mestrandia e os entrevistados, foi considerada mais viável a utilização de comunicação eletrónica (*e-mail*) como veículo de aplicação desta técnica.

Partindo desta premissa, e a fim de contextualização da técnica de recolha de dados selecionada, foi facultado a todos os entrevistados um guião de entrevista (ver anexo XIV) que enquadrava a presente investigação, nomeadamente quantos às suas questões problemáticas, aos seus objetivos e à sua metodologia de ação. Numa tentativa de atenuação da ausência de interação humana neste processo metodológico, intentamos agilizar e personalizar o envio destes guiões (para cada um dos entrevistados), e com diversas possibilidades de resposta a este, a saber: via *email*, via contato telefónico ou pelo preenchimento de um formulário do Google, que apresentava previamente as questões, e detinha os respetivos campos de preenchimento autónomo, para as respostas abertas dos inquiridos.

A seleção dos entrevistados definiu-se mediante a regra de audição de pelo menos um participante no território de Vila Nova da Barquinha, diretamente relacionado com as diferentes variáveis da economia do Turismo, sendo selecionadas as apresentadas na Tabela n.º 18.

Crítério	Nº de entrevistas solicitadas	Nº de entrevistas concretizadas
Decisores políticos	3	2
Empresários, nas seguintes áreas:		
a) Restauração	2	1
b) Alojamento	2	2
Entretenimento e lazer	4	2
Segurança e saúde	2	1
Ensino	2	2
TOTAL	15	10

Tabela 18 - Matriz de seleção dos entrevistados.

Fonte: elaboração própria.

Como se pode constatar, foram requisitadas quinze solicitações de entrevista, sendo que destas, apenas dez foram concretizadas. No método de recolha destes dados, essencialmente qualitativos, sete dos inquiridos selecionaram a opção de resposta através do formulário digital concebido (anexo XV), dois dos inquiridos optaram pela resposta via correio eletrónico, e um dos depoentes, selecionou a entrevista presencial.

Na concreta análise dos dados obtidos, à primeira inquirição “Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha?”, destaca-se a relevância do Castelo de Almourol, que foi considerado o atrativo mais importante, nomeado por cinco dos entrevistados. Para além do Castelo, dois dos inquiridos referiram o PECA como sendo um importante recurso, e um destes, reconheceu no CIAAR a maior atratividade do território barquinhense. Para além destas constatações, salienta-se que uma das respostas nos remete para um enquadramento globalizante da atratividade turística e que reflete na afirmação “Templarismo (castelo, centro e biblioteca)”, tratando assim três recursos atrativos, numa ótica integradora. Destes resultados, salienta-se a validação do presente estudo.

À segunda questão, “Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante?”, a maioria dos entrevistados considerou o Castelo de Almourol (com cinco respostas identificadas nesse sentido), salientando que, um destes inquiridos, mencionou a integração do equipamento CITA com este Monumento Nacional, como sendo o ícone mais importante do concelho. Para além disso, também o CITA foi mencionado individualmente, por um dos entrevistados como o principal ícone. Das restantes afirmações, salienta-se que, o PECA foi considerado por dois entrevistados como o ícone mais relevante para a estratégia turística do Município, um dos inquiridos mencionou a “Arte” e outro mencionou a “Características da paisagem e a localização do Concelho. Importância relevante do Campo Escolar.” Destas premissas, intentamos que o Castelo de Almourol e, a respetiva integração com o CITA dominam as tendências dos agentes locais, não obstante a pertinência atribuída à dimensão paisagística e artística deste território, e que nos últimos anos tem sofrido forte desenvolvimento.

À terceira interrogação, da qual se pretendia obter dados mais aprofundados da perceção destes *stakeholder*, e que se traduzia na questão “Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários”, salientam-se as três principais conclusões: “maior desenvolvimento turístico no Concelho”, “crescente valorização do património cultural” e a integração da “temática Templária, com as Artes e a Ciência” (anexo XV). Ainda a este respeito, salientamos que as afirmações de dois dos depoentes demonstraram cuidado com a organização territorial afeta ao Turismo, como se pode confirmar pelas constatações “Gestão e distribuição moderada de

estabelecimentos de comércio/ venda de produtos”, e/ou “melhoramento dos acessos ao centro da vila, estacionamento de automóveis ou alternativas de transporte”.

À última questão, de natureza essencialmente quantitativa, “Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo?”, destaca-se que as respostas dos dez inquiridos se dividiram entre a atribuição de muita importância e de total importância, sendo esta última, a valorização mais quantificada (seis entrevistados) e que pode ser verificado no gráfico abaixo ilustrado.

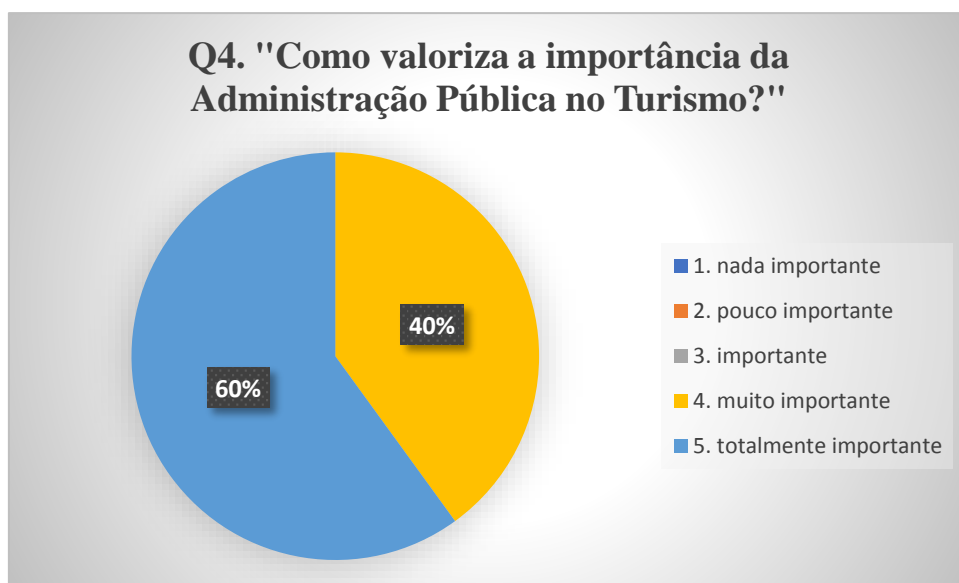


Figura 21 - Gráfico da atribuição de valor à Administração Pública no Turismo, segundo os *stakeholders* locais

Fonte: elaboração própria.

Conscientes das posições profissionais e pessoais dos entrevistados, face ao território intervencionado, e tendo por base a ausência de uniformização e/ou omissão de parecer sobre o consentimento de identificação dos mesmos, optamos, por uma questão de coerência e de salvaguarda destes participantes, na omissão da sua identificação, bem como de outros elementos identificadores³⁵.

5.4.2. Aos *stakeholders* externos

No intento de obter dados quanto à perceção dos *stakeholders* externos aos territórios de Vila Nova da Barquinha, e ao CITA, mas cujo percurso profissional a este se liga pela

³⁵ Esta salvaguarda da identidade de cada depoente, foi considerada eticamente aconselhável, e encontram-se disponíveis no dossier de investigação da mestranda, os originais comprovativos destas entrevistas.

administração de equipamentos com características similares, foi constituída uma breve entrevista, enviada aos inquiridos via *email* e acompanhada do respetivo guião de entrevista, não obstante, a conversação prévia e informal mantida com estes, acerca do intento do presente estudo.

Das quatro entrevistas enviadas e que reportavam às perspetivas dos agentes externos nas dimensões da administração regional, administração local e administração privada, foram concretizadas duas entrevistas e que respondiam às seguintes questões:

- 1 - “O que é para si um Centro de Interpretação?”
- 2 - “Para a estratégia nacional de Turismo, qual a importância que atribui a estes equipamentos?”
- 3 - “Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo?”

À primeira interrogação destaca-se a resposta referente à característica narrativa que os inquiridos atribuem aos Centros de Interpretação (CI) através do *storytelling*, e da importância deste ser devidamente adequado ao público-alvo definido, e que constatamos com a afirmação de que um CI é “Um lugar através do qual se conta a história de forma acessível ao visitante”. De igual modo, é evidenciada em profundidade a questão do público, através da constatação de um dos entrevistados que considera que um CI deva ser “(...) acima de tudo é um espaço de transmissão e mediação de conhecimento. Facilitador da interpretação de uma temática indo ao encontro do espectador/visitante.” (anexo XVIII). Neste âmbito, confirma-se igualmente o enfoque acerca da questão da produção e transmissão do Conhecimento, para nós tão relevante.

Às perguntas dois e três, a concordância foi total e os dois inquiridos concordaram que os CI são “totalmente importantes” para a Estratégia de Turismo nacional (100%), bem como é totalmente importante a intervenção da Administração Pública no Turismo (100%). Estas constatações poderão ser verificadas no anexo XVIII.

5.5.Trabalho de campo

Do ponto de vista dos resultados da observação participante podemos constatar do nosso Caderno de Campo que a percepção dos residentes e a percepção dos visitantes coincidem num foco comum: Templarismo.

No desenvolvimento deste trabalho foi necessário visitar alguns dos Centros referenciados, com o objetivo de *in situ* se poder aquilatar das condições operacionais de funcionamento, e experimentar uma forma de observação que pudesse ser registada nos nossos Cadernos. Estes suportes de trabalho revelaram-se importantes porque, dada a escassa informação sobre a matéria de visitação, nos permitiu esboçar algumas reflexões estruturando as etapas seguintes de trabalho.

Como se poderá verificar através dos resultados obtidos, o contato com equipamento culturais, profissionais dos vários ramos da interpretação, públicos diversos em circunstâncias também diversas e, acima de tudo, o registo sensorial que a própria mestrandia foi registando como impressões de trabalho de campo, coincidiram com uma síntese que se poderá enunciar do seguinte modo:

- É impossível estudar e compreender um Centro Interpretativo sem nos tornarmos públicos consumidores desse mesmo equipamento;
- O caso de Torres Vedras, no qual foi patenteada a apresentação “O Turismo Militar: Conteúdos e Experiências na Roteirização – o caso CITA de Vila Nova da Barquinha” (ver anexo VIII), foi um dos pontos críticos que fizeram parte desta construção experimental, que nos permitiu continuar e finalizar esta dissertação, considerando a síntese atrás referida.

Fechando este subcapítulo, anotaremos que a componente teórica e intangível da investigação neste domínio dos CI, exige incontornavelmente a experiência tangível do investigador.

5.6.Propostas

Com os dados recolhidos e tratados consideramos dispor de evidências suficientemente esclarecedoras sobre os principais impactes que a criação e o desenvolvimento de sinergias geradas, o simbolismo e a economia local/regional sofrem ao longo do curto prazo de existência desta investigação em Turismo.

Com base nas evidências obtidas, e ainda tendo em consideração o apogeu da Era Digital em que nos encontramos, julgámos importante demonstrar pragmaticamente, o impacto que a existência do equipamento CITA apresenta no panorama digital (*web*). Assim, contruímos e apresentamos como proposta de desenvolvimento futuro, a Matriz Experimental de Notoriedade Digital (anexo XX), cujo objetivo primordial reside na perceção de quais as palavras-chaves, e/ou combinatórias, de pesquisa na *web*, que maior resultado descriminam para o objeto de estudo em apreço.

Com base na premissa anterior, salientamos que, no que se refere ao impacto via digital, a notoriedade digital do CITA é sobremaneira relevante com a combinação das palavras-chave “CITA” e “Templário”, mas ainda se encontra aquém da notoriedade digital da palavra-chave “Vila Nova da Barquinha”. É provável que com o desenrolar das intervenções científicas e técnicas, associadas a este equipamento cultural, se atinjam valores mais significativos. Todavia, a digitalização do processo de acesso à visitação parece-nos ser urgente, dado que a Agenda Digital Europeia suscita este tipo de abordagem tendo em conta os novos públicos, nomeadamente a Geração Z. Destacamos igualmente a possibilidade de experimentação e replicação desta matriz a outros equipamentos culturais, a fim de, expeditamente, se identificar uma possível tendência de notoriedade dos mesmos

Para além desta perspetiva, é possível estabelecer duas propostas de leitura para o CITA, enquadradas pelos resultados obtidos no trabalho de campo e nas ferramentas de recolha de dados, e que se relacionam a duas dimensões: à dimensão concetual – através da proposta da definição do que é um CI – e à dimensão programática – com a proposta de programação turístico-cultural para o este Centro Interpretativo.

5.6.1. Proposta de leitura sobre o CITA

Em quaisquer territórios as estratégias de valorização dos mesmos passam por mapeamentos das pré-existências (recursos endógenos) e por procedimentos de atração de novos atrativos (recursos exógenos). Partindo deste pressuposto, e no que aos CI, e em particular ao CITA se refere, consideramos que para a definição concetual destes equipamentos, os mesmos devam apresentar as seguintes características e/ou funções:

1. Rececionar os visitantes no (ou ao) território;
2. Apresentar os atrativos envolventes;
3. Comunicar o património natural e cultural, local;
4. Proporcionar orientação à visitação;
5. Promover a salvaguarda e a educação patrimonial/ambiental;
6. Transmitir e Transferir o Conhecimento;
7. Promover a Investigação aplicada em função das necessidades;
8. Agregar valor à economia local/regional;
9. Aumentar a notoriedade territorial do equipamento;
10. Promover a coesão social;
11. Promover o Direito e o Dever da Memória.

Como se compreende nesta lista de pontos críticos que sustentam a leitura deste equipamento cultural, o cruzamento de visões sobre o território, bem como dos comportamentos expetáveis, está associado à missão social do mesmo.

5.6.2. Proposta de programação para o CITA

Cientes de que, como afirma Costa (2012) “(...) caso os inputs necessários para que o desenvolvimento possa ocorrer, encontram-se internamente na região, então a maior parte dos benefícios que surgirem através do desenvolvimento irão permanecer na região” (p.77), pretendemos a construção de uma programação turístico-cultural que agregue desde logo a

comunidade local, bem como os visitantes de âmbito regional. Para esta, considerámos desde logo a atribuição de uma nomenclatura, do ponto de vista audiovisual, que apresentasse características de simplicidade e atratividade, e que se traduz no programa “*INCITA*”. Esta designação, resulta da combinação das palavras “*in situ*” (como referência à interpretação patrimonial, sustentáculo deste tipo de equipamentos), com a nomenclatura do próprio Centro (abreviatura do nome). Por outro lado, esta combinação/vocabulo, resulta também na conjugação verbal do verbo “incitar” (no presente do indicativo), cujo sentido se relaciona, intimamente, com a constatação de Freeman Tilden que a respeito do ato interpretativo afirma que, este deva ser sobretudo uma ação de provocação (provocação/estímulo da descoberta, do Conhecimento). De acordo com o dicionário da língua portuguesa, incitar refere-se ao ato de “desafiar; provocar; excitar”, logo, “*INCITA*,” deverá ser interpretado, holisticamente, como um programa que se constitui em si mesmo como um estímulo aos visitantes, ofertando atividades de índole turístico-cultural que incitam à exploração e descoberta do património, no qual este equipamento se insere.

O impacte desta programação é considerado extenso, dada a possibilidade de abrangência de diversas áreas temáticas e/ou segmentos de Turismo, e que, numa primeira fase, consideramos a/os seguintes: Turismo de Natureza, Turismo Gastronómico, Turismo Militar – rotas temáticas; Turismo Cultural e *Storytelling* – recriações culturais e calendário de atividades semanal; produção de Conhecimento – planificação de serviços educativos, *workshops*, entre outros. Para melhor compreensão da proposta de programação construída, ilustra-se a nossa pretensão na figura seguidamente esquematizada:

<i>INCITA</i> proposta de programação turístico-cultural	
<i>INCITA</i> ao...	ATIVIDADES
Turismo Militar	
Turismo Gastronómico	Através de rotas que permitam a exploração da gastronomia, da fauna e da flora, do património arquitetónico e das estratégias militares relativas à temática templária.
Turismo de Natureza	

INCITA ao...	ATIVIDADES
Turismo Cultural e Storytelling	<p>Proposta de um programa misto, para todas as idades e que envolva a comunidade, nas diferentes faixas etárias, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Armamento e estaleiro de construção de máquinas de guerra, através, por exemplo de colaboração de técnicos de carpintaria num workshop para “miúdos e graúdos”; ▪ Criação de um “Calendário de eventos CITA” com base na exploração de datas/marco relevantes, nomeadamente de cariz místico (tão associado à temática templária) e a sua transformação em experiências tangíveis (exemplo: exploração da lenda de D. Ramiro e o Almourol, com recriação de alojamento noturno no Castelo); ▪ Programação em função de calendário semanal - pretendemos combater a sazonalidade e criar atrativos que contribuam para fluxos continuados de turistas, mas, também, de viajantes: terça-feira – visita global ao CITA; quarta-feira – “Templários em Portugal”; quinta-feira – “Templário na região da linha do Tejo”; sexta-feira – “A cultura templária e animação turística” (eventos de final de dia); sábado – pacotes familiares: que relacionem jogos, gastronomia e reconstituições históricas; domingo – programa de ação, designadamente, “Trilho Templário”, ou “Caça ao Tesouro no Castelo”.
INCITA à...	ATIVIDADES
Produção de Conhecimento	<p>Através da planificação de serviços educativos para o espaço interno CITA e para a sua área e comunidade envolvente, nomeadamente, para a comunidade educativa: num contexto fortemente marcado pelas Artes e pela Ciência (existência do Parque de Escultura Contemporânea Almourol e da Escola Ciência Viva), sugere-se a aposta num programa de prestação de serviços educativos, nomeadamente no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ciência - através da exploração lúdico pedagógico dos armamentos e construções templárias; ▪ História e artes performativas - através da (re) criação de um dado momento histórico; ▪ Educação expressão físico-motora - com a recriação de jogos e danças associadas à temática templária; ▪ Educação financeira - mediante a exploração “dos tesouros” templários, da conceção do papel-moeda e das transações financeiras na época das Cruzadas; <p>Decorrente desta exploração, sugere-se a construção de recursos didáticos, em formato de “Kit Educativo” que sejam coordenados com o programa nacional de ensino em vigor, e que, numa fase experimental, possam ser aplicados no âmbito</p>


 intermunicipal (por exemplo, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo).

Figura 22 – Programa turístico-cultural INCITA – proposta com base no trabalho investigativo.

Fonte: elaboração própria.

Para aumentar eficácia do CITA sugerimos a segmentação dos públicos (com o prévio estudo necessário para a sua identificação), dado que segmentar significa aumentar o potencial de receita em turismo e, simultaneamente, qualificar a oferta de bens e de serviços.

Salientamos que, a pertinência da envolvente lúdica a este património interpretativo é propositadamente um intento nosso, dado que a própria Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto) a preconiza, e também a argumentação de Piñol (2011) a referencia, e considera que esta característica se traduz numa das principais funções de qualquer Centro de Interpretação.

5.6.3. O CITA e o Turismo Militar

Tendo em linha de referência, o facto do território envolvente ao CITA ser fortemente marcado pela “coisa militar”, e que vai desde a edificação do Castelo de Almourol às contemporâneas atividades das bases militares ali estabelecidas, concordamos com a estratégia autárquica já encetada, na qual o Turismo Militar seja um segmento de público a abranger, na oferta turístico cultural deste território.

ENDÓGENOS	EXÓGENOS
<p>Considerando a importância estratégica do Turismo Militar no panorama da atividade turística nacional, pretende-se o desenvolvimento de um projeto turístico de Turismo Militar aplicado à região do Médio Tejo para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional, nomeadamente com enquadramento nos seguintes objetivos fundamentais:</p> <p>Dotar o território com novos produtos turísticos capazes de promover o equilíbrio e a coesão territorial, conducentes à mitigação das assimetrias identificadas, ao surgimento de novos polos de atração, e ao desenvolvimento e competitividade económica induzida pelo turismo. (CMVNB, Rota dos Templários – Memória Descritiva)</p>	<p>Determinados em função das necessidades nomeadamente de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prospetiva - (estudos para cenários de futuro para o CITA e seu território de proximidade e, igualmente, de projeção simbólica); ▪ Consultoria - (prestação científica e técnica de entidades e de individualidades de prestígio para certificação de Conteúdos a serem adicionados aos atuais); ▪ Roteirização – (baseada nas tendências da Procura, da Geografia, da Oferta considerada mais adequada pelos Operadores turísticos, com especial enfoque nos Fornecedores de Bens e de Serviços para aumentar a Notoriedade do CITA)

Figura 23 – Esquema dos recursos endógenos aos exógenos.

Fonte: Costa e Figueira, 2019.

Posto isto, e ainda de acordo com a estratégia atrás referida, na qual o intento das novas tecnologias se concretiza nomeadamente na aposta da utilização da realidade virtual para interpretação do património templário em Vila Nova da Barquinha, a nossa proposta nesta área de intervenção, refere-se ao que designamos “Roteirização Diferida”.

Para a tradução desta, numa experiência empírica, a nossa proposta relaciona-se, nomeadamente, com a utilização de *drones* na concretização e acompanhamento da visita/roteiro *in situ*. Para melhor ilustrar esta proposta, referimos o trabalho de campo efetuando durante esta investigação e que se relacionou com a tentativa de criação de um circuito, com base na altimetria do território envolvente ao CITA, e a fim de se relacionar diretamente com as estratégias adotadas pelas ordens militares, para quem os estudos topográficos apresentavam real pertinência.

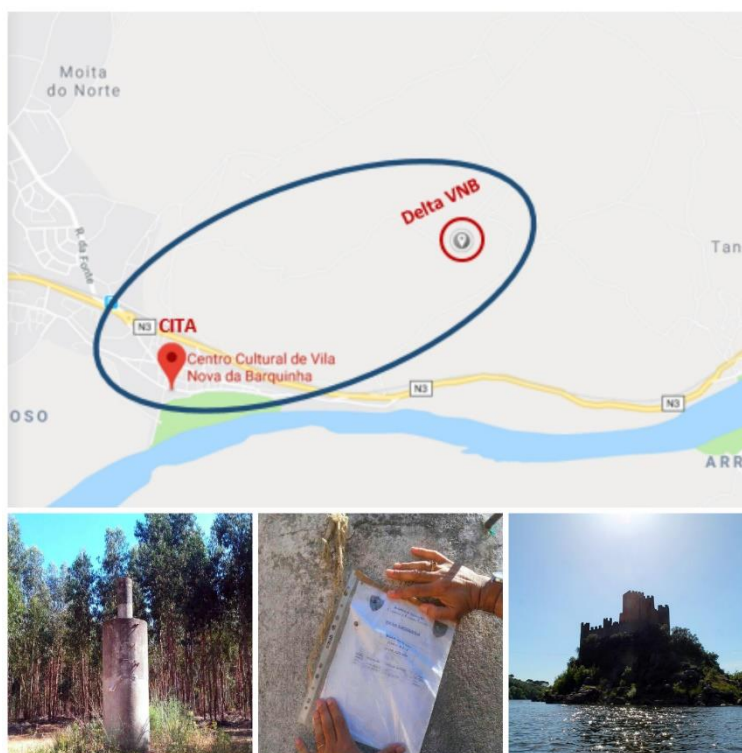


Figura 24 – Proposta de roteirização em Turismo Militar, de base altimétrica.

Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, esta mesma proposta permite igualmente colmatar os eventuais constrangimentos de uma visita no terreno, através da concretização de combinatórias que aumentam as experiências sensoriais dos participantes, como por exemplo, um visitante encontrar-se no edifício do CITA e visualizar digitalmente, em tempo real, o avistamento do

circuito anteriormente ilustrado, ou ainda, sobrevoar o campo de S. Jorge, afeto ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA). O inverso é igualmente concretizável, e aplicável aos visitantes que se encontrem no CIBA, e possam assistir, com o recurso a esta ferramenta controlada remotamente, sobrevoar o Castelo de Almourol.



Figura 25 - Montagem alusiva à proposta de visita turística, partilhada entre Centros de Interpretação.

Fonte: elaboração própria.

Em última instância, é desta proposta que parte a constituição do trabalho em rede, para os Centros de Interpretação.

5.7.Síntese

Em suma, o presente capítulo apresenta-se como o resultado somatório da investigação concretizada, no que concerne à recolha e compilação de dados, bem como traduz os contributos globais que daí decorreram e que, para o presente estudo de caso, expetamos que se concretizem num acréscimo de valor para o equipamento cultural CITA e para a sua envolvente.

CONCLUSÃO

Concordando com Queirós que considera que “o capital turístico não se constitui apenas com o investimento imobiliário e em equipamentos de turismo (...) mas cada vez mais com a adição de investimento intelectual, científico, cultural na criação de produtos turísticos, como são hoje os do turismo cultural...” (2014, p. 16), o presente trabalho investigativo procurou responder aos objetivos inicialmente estabelecidos e que, reportavam, essencialmente, à produção de Conhecimento, contributivo para o fomento da atividade turística, nomeadamente de base regional e local.

Dada a ampla dimensão desta tarefa, desde a identificação do papel dos Centros de Interpretação no panorama turístico, ao estudo de caso concreto do CITA, deparamo-nos com constrangimentos que limitaram a concretização plena de alguns dos nossos objetivos e estratégias de ação. Desde logo, a questão da limitação temporal, em particular a dificuldade de concertação temporal relativa ao período da recolha de dados, que consequentemente se refletiu na fraca representatividade dos dados estatístico obtidos, bem aquém das nossas expetativas. Por outro lado, foi inquietação nossa, a atualização frequente das informações decorrentes da revisão da literatura, que inevitavelmente sucederam no período de desenvolvimento desta dissertação. A título de exemplo, aquando da conceção do subcapítulo referente à musealização e à sua pertinência no panorama dos Centros de Interpretação, o ICOMOS, debatia a nível nacional e europeu, o conceito de museu e demais funções. Posto isto, receamos a omissão de algum dado relevante em qualquer uma das áreas abordadas, não obstante a compreensão de que, a velocidade de atualização da informação com que nos deparamos na atualidade é em simultâneo uma mais-valia e uma inquietude, que a sociedade contemporânea acolheu e que se apresenta de difícil resolução.

Na investigação quanto ao nosso estudo de caso, intentamos ser claros, objetivos e coerentes, tal como ao longo de todo o processo investigação: o Centro de Interpretação Templário de Almourol é uma realidade incontornável no panorama cultural e turístico, da sub-região do Médio Tejo, da região Centro e do nosso País. Refere-se a uma temática tão estimulante da atividade turística, quanto outras integradas no Turismo Cultural, e que para além da capacidade de atração dos indivíduos, promove a salvaguarda do Património

cultural, seja este de abordagem primária ou secundária (monumento *vs* equipamento interpretativo).

A ocorrência da presente investigação *in situ* possibilitou um desenvolvimento a três dimensões, quer para a mestranda, quer para quem colaborou nesta fase investigativa: por um lado, o desenvolvimento da perspetiva académica (“qual a visão que a academia detém sobre esta tipologia de espaços?”, “quais as instrumentos a adotar na investigação?”, “quais as medidas a implementar?”, etc.); por outro lado, ocorreu um desenvolvimento da perspetiva enquanto membro da comunidade local (qual a leitura que os residentes detêm da constituição do espaço em apreço e quais as relações futuras que preveem para o mesmo); e por último, o desenvolvimento da visão enquanto *stakeholder*, procedente da prestação de serviços prestada pela mestranda no objeto de estudo em apreço, e que se traduziu na consternação de perceber o que os visitantes e os residentes expectam deste equipamento e quais os métodos a adotar para responder com eficácia a estes desafios.

Adotando uma visão retrospectiva do trabalho desenvolvido, expectamos que esta investigação possibilite a constituição de um corpo de conhecimento acerca dos Centros de Interpretação, no geral, visto que esta fora uma das lacunas inicialmente identificadas, e que presumimos, termos conseguido suprimir. A disseminação destes equipamentos é uma realidade incontornável, sendo que a grande maioria apresenta características comuns: “nascem” da reabilitação de edifícios públicos, apresentam uma exposição temática e servem de intermediários entre um determinado bem patrimonial e os visitantes, não apresentam plano interpretativo, e ainda, carecem de normas legislativas que os regulem. Foi também desta perspetiva de ausência de regulamentação política, que foi construída a nossa proposta concetual de características essenciais para os Centros de Interpretação: no nosso ponto de vista, os equipamentos que consigam responder a todos estes atributos, atestam a nomenclatura que lhes foi atribuída. Por outro lado, a proposta concetual apresentada, pretende ser observada, em certa medida, um procedimento que permita ultrapassar com êxito, a ausência de regulamentação dos mesmos.

Se foi nossa inquietude a constituição e compilação de um conjunto de conteúdos para os Centros de Interpretação em geral, não menos nos preocupou a replicação de tão ampla tarefa no caso concreto do CITA; sendo que, neste, acrescia a responsabilidade do tratamento de dados de um equipamento que, embora recente, apresentava já algumas

medidas tomadas a fim do seu desenvolvimento turístico-cultural: a posição das políticas autárquicas tomadas na constituição do CITA enquadram e conduzem este num caminho de planeamento e correlação com o território, da qual se verificam e perspetivam resultados extremamente positivos.

Também resultado deste trabalho investigativo, e sobretudo em consequência da ligação estabelecida com a comunidade envolvente ao nosso estudo de caso e do conhecimento de causa daí advindo, inferimos a importância de um programa de estratégias turístico-culturais para o CITA, que denominámos *INCITA*, e que se pretende dinamizador deste equipamento e da área geográfica que o envolve. Com o programa *INCITA*, intentamos igualmente a resposta eficiente à procura turística característica desta região (turismo de cultural, de natureza, gastronómico e militar), e em simultâneo da própria comunidade local, através da construção de ofertas destinadas aos residentes de Vila Nova da Barquinha, como forma de envolvimento com o equipamento, com a visão estratégica do município e com a própria cultura turística (relação entre o CITA, as Artes e a Educação). Este objetivo é para nós de relevo, na medida em que consideramos que envolvimento da comunidade é o ponto de partida para a construção sólida de uma estratégia turística de base regional, capaz de elevar o potencial turístico dos recursos que detém ou de lhe servir de sustentáculo, numa visão prospetiva e preventiva das possíveis transformações no panorama turístico nacional.

Da nossa parte, expectamos que o nosso contributo se enquadre e materialize, essencialmente, na maximização do potencial deste Centro de Interpretação, através do fomento do Conhecimento relativo ao Património que lhe é afeto, bem como através da insuflação de programação turístico-cultural, a partir da qual, se proporciona o trabalho em rede entre estes equipamentos, notoriamente promotores do desenvolvimento da atividade turística, bem como da coesão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beni, M. (1998). *Análise Estrutural do Turismo*, 14.^a edição. São Paulo: Senac.

Bertonatti, C., Iriani, O., & Castelli, L. (2010). Los centros de interpretación como herramientas de conservación y de desarrollo. *Boletín de Interpretación* n° 23, pp. 21-26. Consultado a 27 de agosto de 2019. Disponível em <https://boletin.interpretaciondelpatrimonio.com/index.php/boletin/article/view/254/254>

Bertonatti, C., Iriani, O., & Castelli, L. (2010). Los Centros de Interpretación como puntos de anclaje e manejo del flujo turístico. In *Libro de actas del IV Congreso Internacional Patrimonio Cultural Y Cooperación Al Desarrollo* (pp. 119-126). Sevilla: Comité Científico del IV Congreso de Patrimonio Cultural y Cooperación al Desarrollo. Consultado a 27 de agosto de 2019. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=544650>

Bilhim, J. (2019). Governança - Proposta de regionalização e caminho para a sua implementação. Consultado a 10 de outubro de 2019. Disponível em https://www.parlamento.pt/Documents/2019/julho/descentralizacao/Bilhim_Relatorio-final_CID.pdf

Bilhim, J. (2016). Políticas Públicas e Agenda Política. Em ISCSP. *Valorizar a Tradição: Orações de sapiência do ISCSP* (pp. 82-103). Consultado a 29 de outubro de 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/292141803_Políticas_publicas_e_agenda_política

Brito, S. P. (2002). Turismo: os últimos 90 anos dos primeiros milénios. *Com os olhos no futuro: Reflexões sobre o Turismo em Portugal* (pp. 121-129). Lisboa: Turismo de Portugal.

Brito, S. P. (2011). *Direção Geral do Turismo - Contributos para a sua história*. Turismo de Portugal, I.P.

Cabral, S. (2012). *O Turismo no Território e no Planeamento Territorial - estudo de caso: o concelho de Faro* (Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve). Consultado a 20 de agosto de 2019. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3110>

CM VNB. (2017). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha* | versão preliminar. Vila Nova da Barquinha: Câmara Municipal Vila Nova da Barquinha.

CM VNB. (outubro, 2019). Organizações templárias projetam CITA a nível mundial. [Notícia]. Consultado a 24 de outubro de 2019. Disponível em <http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/pt/noticias/225-turismo>

CM VNB. (s/d). *História e Localização*. Consultado a 24 de outubro de 2019. Disponível em <http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/historia-e-localizacao-footer>

Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, vol X (175), 279-295. ISSN 0003-2573. Consultado a 17 de abril de 2019. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0003-257320050003000002&lng=pt&nrm=iso

Costa, C. (2015). *Instrumentos de Políticas Públicas do Turismo: Uma Análise Empírica dos Municípios Portugueses* (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho). Consultado a 17 de setembro de 2019. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/38751>

Costa, C., & Albuquerque, H. (2017). Um Novo Modelo Conceptual para o Turismo Urbano. Em F. Silva, & J. Umbelino, *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 409 - 424). Lisboa: Lidel-Edições Técnicas, Lda. Consultado a 20 de abril de 2019. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt:8080/handle/11328/2790>

Costa, R. (2012). *Dinâmicas territoriais geradas pelo investimento privado no turismo* (Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro). Consultado a 19 de outubro de 2019. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/10272>

Costa, V., & Lopes, E. R. (2017). A gamification no turismo e na educação patrimonial. *Atas da XII Semana de Gestão, Dando de Caras com o Futuro: Tendências e Desafios do Gestor*, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 45-53. ISBN: 978-989-3840-07-3.

Coutinho, C. P. (2004). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teórica e Prática. Coimbra: Almedina.

Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.

Cunha, L. (2007). *Introdução ao Turismo 3ª Edição*. Lisboa - São Paulo: Verbo.

Cunha, L. (2009). Avaliação do Potencial Turístico. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*, vol. 1, nº1, pp. 21-39. Consultado a 3 de março de 2019. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/22>

Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios. *Fluxos & Riscos nº 1*, pp. 127-149. Consultado a 7 de março de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/1849>

Cunha, L. (2017). Turismo e Desenvolvimento: Realidades e Perspetivas. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, Lda.

Delgado, A., & Pazos, A. (2013). Interpretação do património, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. *Turismo & Sociedade*, vol. 6, nº2, pp. 300-323. Consultado a 14 de agosto. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/turismo/issue/view/1516>

Desvallées, A., & Mairesse, F. (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Armand Colin. Consultado a 16 de outubro de 2019. Disponível em http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf.

Domingues, C. M. (2013). *Prontuário Turístico*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Fazenda, N., Silva, F. N., & Costa, C. (2008). Política e planeamento turístico à escala regional: o caso da agenda regional de turismo para o Norte de Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* n.º8, 77-100. Consultado a 7 de março de 2019. Disponível em

https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/pol%C3%ADtica_e_planeamento_tur%C3%ADstico_%C3%A0_escala_regional_o_caso_da_agenda_regional_de_turismo_para

Figueira, L. M. (2013). Manual para elaboração de roteiros de Turismo Cultural. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

Figueira, L. M., & Coelho, J. P. (2017). Apresentação - Interpretação Patrimonial em Turismo. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

Figueira, L. M., & Ramos, D. (2019). *Museus de Comunidade: Manual de apoio à gestão*. Consultado a 27 de setembro de 2019. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/26225>

Firmino, M. B. (2007). *Turismo - Organização e Gestão*. Lisboa: Escolar Editora.

Freire, F. (3 de julho de 2016). O turismo em Vila Nova da Barquinha. Vila Nova da Barquinha. [post em blogue]. Consultado a 2 de novembro de 2019. Disponível em <http://atalaia-barquinha.blogspot.pt/2016/07/o-turismo-em-vila-nova-dabarquinha.html>

Fundação Batalha de Aljubarrota. (2018). *Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota: Plano de Atividades 2019*. Porto de Mós: FBA. Consultado a 19 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.fundacao-aljubarrota.pt/page/mapa-do-site>

Garrido, M. A., & Sánchez, J. A. (2015). Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local¿ Un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles N.º 67. pp. 143-165. Consultado a 14 de agosto de 2019. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5035571>

Gonçalves, A. (2007). Museus, Turismo e Território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atrações turísticas regionais? Congresso Internacional Turismo da região de Leiria e Oeste. (pp. 1-33). Peniche. Consultado a 30 de outubro de 2019.3 Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316169906_Museus_Turismo_e_Territorio_Com_o_podem_os_equipamentos_culturais_tornar-se_importantes_atraccoes_turisticas_regionais_Introducao

Gonçalves, A. (2017). Museus, Turismo e Sociedade: uma reflexão. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Volume 7 (3). pp. 26-67. DOI: 10.2436/20.8070.01.63

Gonçalves, A. R., Costa, J., & Martins, P. (2005). O Algarve: a Interpretação do seu Património Arqueológico n.º13. dos algarves, 14-20. Consultado a 1 de agosto de 2019. Disponível em <http://dosalgarves.com/revistas/N13/3rev13.pdf>

Henriques, C. (2003). Turismo, Cidade e Cultura - Planeamento e Gestão Sustentável. Lisboa: Edições Sílabo.

ICOM. (2015). Definição: Museu. Consultado a 22 de setembro. Disponível em <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>

ICOMOS. (1999). Carta Internacional do Turismo Cultural. Cidade do México: ICOMOS. Consultado a 5 de setembro de 2019. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PFpLTwnyL8J:www.patrimonio cultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobre turismocultural1999.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

ICOMOS. (2008). Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural. Consultado a 5 de setembro de 2019. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1npe_kJ0O_AJ:https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt

Lacerda, M., & Barata, M. F. (2011). Estruturas de Acolhimento e Interpretação: Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. *Estudos/Património*, n.º 1, pp. 43-54. Consultado a 16 de agosto de 2019. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/n1/Estudos patrimonio1.pdf>

Latorre, A. (2003). La investigación-acción (1.ª Edición). Barcelona: GRAÓ.

Marujo, N. (2016). O estudo de caso na pesquisa em turismo: Uma abordagem metodológica. *Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)*, vol. 5, n.º 1, pp.113-128. Consultado a 30 de

outubro de 2019. Disponível em <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/view/1966/1064>

McKercher, B., & du Cross, H. (2002). *Cultural Tourism*. Routledge.

Ministério do Comércio e Turismo. (1991). *Livro Branco do Turismo*. Lisboa: Direção Geral do Turismo.

Mira, M., & Ramos, A. (2013). Modelos explicativos e paradigmas, investigação e intervenção em Turismo. *EXEDRA - Revista Científica da ESEC*, pp. 36-55. Consultado a 5 de novembro de 2019. Disponível em <http://exedra.esec.pt/?p=284>

Morais, P., Ferreira, A. D., & Benayas, J. (2015). Análise dos Centros de Interpretação Ambiental portugueses. *AmbientalMENTEsustentable*, vol 1, n.º 19, pp. 89-107. Consultado a 30 de setembro de 2019. Disponível em <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/22175>

Nakashima, S. K., & Calvente, M. (2016). A História do Turismo: epítome das mudanças. *Turismo & Sociedade*, pp. 1 - 20. Consultado a 4 de agosto de 2019. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/43151>.

OMT. (1998). *Introducción Al Turismo*. Madrid: Organización Mundial de Turismo.

Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

Pazos, A. S. (2011). Os Centros de Interpretación en Galicia: un recurso para o desenvolvemento turístico sostible? *AmbientalMENTEsustentable*, vol 1, n.º 12-12, pp. 101-121. Consultado a 20 de agosto. Disponível em <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11974>

Pereira, P. (2001). “Lugares de passagem” e o resgate do tempo. *Estudos/Património* (n.º 1), pp. 6-15. Consultado a 5 de agosto de 2019. Disponível em [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/n1/Estudos patrimonio1.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/n1/Estudos%20patrimonio1.pdf)

Pérez, X. P. (2009). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. Consultado a 16 de julho de 2019. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>

Pina, P. (1988). Portugal, O Turismo no Século XX. Lisboa: Lucidus - Publicações, Lda.

Piñol, C. M. (2011). *Estudio analítico descriptivo de los Centros de interpretación patrimonial en España*, (Tese de Doutoramento, Universidade de Barcelona). Consultado a 29 de julho de 2019. Disponível em https://www.tesisenred.net/bitstream/handle/CMP_TESIS

Piñol, C. M. (2011). Los "paramuseus", un fenómeno de cambio de milenio. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*. nº 25, pp. 117-130. Consultado a 1 de agosto de 2019. Disponível em <https://ojs.uv.es/index.php/dces/article/view/2365>.

Pires, F. M., & Ferreira, M. A. (2007). Percepções sobre a interpretação do património edificado em Tiradentes. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (pp. 1-16). ANPTUR. Consultado a 25 de julho de 2019. Disponível em <http://www.eca.usp.br/turismocultural/fabiana.pdf>

Porto Editora. (2019). Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. (P. Editora, Ed.). Consultado a 30 de março de 2019. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/defini%C3%A7%C3%A3o>

Queirós, A. (2014). Turismo Cultural e Economia do Património. *Journal of Tourism and Development* n.º 21/22, pp 107-117. Consultado a 15 de agosto de 2019. Disponível em https://www.academia.edu/35241144/Turismo_Cultural_e_Economia_do_Patrim%C3%B3nio_JTD_21_2014

Queirós, A. (2016). A economia do património e o turismo. *Cadernos de Sociomuseologia* nº 7, 57-96. Consultado a 15 de agosto de 2019. Disponível em <https://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5492>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais 2.^a Ed. Lisboa: Gradiva.

Ramos, D., & Costa, C. (2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v.10, n.1, pp. 21-33. doi:10.18468/pracs.2017v10n1.p21-33

Sardo, A., & Estevão, J. (2009). A Gestão Turística de Museus e Centros de Interpretação: O Caso do Centro de Interpretação da Serra da Estrela. *III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. (pp. 1-17). Consultado a 10 de julho de 2019. disponível em https://www.researchgate.net/publication/275582981_A_Gestao_Turistica_de_Museus_e_Centros_de_Interpretacao_O_Caso_do_Centro_de_Interpretacao_da_Serra_da_Estrela

Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). Metodologia para a Investigação Social. Lisboa: Escola Editora.

Sousa, F. (2017). *Novos espaços museológicos como base de uma reabilitação sustentada* (Projeto de Mestrado, Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa). Consultado a 30 de setembro de 2019. Disponível em https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14430/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_FilipeSousa.pdf

Tilden, F. (1977). *Interpreting Our Heritage* 3ª Edition. Chapel Hill:North Caroline Press.

Toffolo, R., & Cardozo, P. F. (2013). Interpretação patrimonial como forma de valorização das edificações e o desenvolvimento turístico do município de Lapa (Paraná, Brasil). *Turismo & Sociedade*, pp. 791-813. Consultado a 12 de julho de 2019. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/32952>

Tugas, P. I., Tresserras, J. J., & Mellin, J. M. (2005). *The Hicira Handbook*. Consultado a 3 de julho de 2019. Disponível em https://www.diba.cat/c/document_library/get_file?uuid=63952a92-928c-4eb9-a698-587bea5cf637&groupId=99058

Turismo de Portugal, I. P. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Turismo de Portugal. Consultado a 5 de maio de 2019. Disponível em https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET27.pdf

Turismo de Portugal, I.P. (2019). *Relatório de Atividades 2018*. Turismo de Portugal, I.P. Consultado a 9 de outubro de 2019. Disponível em

<https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/gestao/Informacao-de-Gestao/2018-relatorio-atividades.pdf>

United Nations. (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Consultado a 20 de junho de 2019. Disponível em https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf

World Tourism Organization (2011). *Handbook on Tourism Product Development*. Madrid: UNWOT

Yin, R. (2004). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

LEGISLAÇÃO

Decreto regulamentar n.º 18/99. Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental. Diário da República n.º 200/1999, Série I-B de 27 de agosto de 1999.

Lei n.º 107/2001. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 8 de setembro de 2001.

Lei n.º 47/2004. Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses. Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 19 de agosto de 2004.

Decreto-lei n.º 191/2009. Estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a respectiva execução. Diário da República n.º 158/2009, Série I de 17 de agosto de 2009

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016. Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Diário da República N.º 226. Série I de 24 de novembro de 2016.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017. Aprova a Estratégia para o Turismo 2027. Diário da República n.º 187/2017, Série I de 27 de setembro de 2017.

ANEXOS

Anexo I - The Nara Document On Authenticity (1994)

CONSEIL INTERNATIONAL
DES MONUMENTS ET DES SITES



INTERNATIONAL COUNCIL
ON MONUMENTS AND SITES

THE NARA DOCUMENT ON AUTHENTICITY (1994)

PREAMBLE

1. We, the experts assembled in Nara (Japan), wish to acknowledge the generous spirit and intellectual courage of the Japanese authorities in providing a timely forum in which we could challenge conventional thinking in the conservation field, and debate ways and means of broadening our horizons to bring greater respect for cultural and heritage diversity to conservation practice.

2. We also wish to acknowledge the value of the framework for discussion provided by the World Heritage Committee's desire to apply the test of authenticity in ways which accord full respect to the social and cultural values of all societies, in examining the outstanding universal value of cultural properties proposed for the World Heritage List.

3. The Nara Document on Authenticity is conceived in the spirit of the Charter of Venice, 1964, and builds on it and extends it in response to the expanding scope of cultural heritage concerns and interests in our contemporary world.

4. In a world that is increasingly subject to the forces of globalization and homogenization, and in a world in which the search for cultural identity is sometimes pursued through aggressive nationalism and the suppression of the cultures of minorities, the essential contribution made by the consideration of authenticity in conservation practice is to clarify and illuminate the collective memory of humanity.

CULTURAL DIVERSITY AND HERITAGE DIVERSITY

5. The diversity of cultures and heritage in our world is an irreplaceable source of spiritual and intellectual richness for all humankind. The protection and enhancement of cultural and heritage diversity in our world should be actively promoted as an essential aspect of human development.

6. Cultural heritage diversity exists in time and space, and demands respect for other cultures and all aspects of their belief systems. In cases where cultural values appear to be in conflict, respect for cultural diversity demands acknowledgment of the legitimacy of the cultural values of all parties.

7. All cultures and societies are rooted in the particular forms and means of tangible and intangible expression which constitute their heritage, and these should be respected.

8. It is important to underline a fundamental principle of UNESCO, to the effect that the cultural heritage of each is the cultural heritage of all. Responsibility for cultural heritage and the management of it belongs, in the first place, to the cultural community that has generated it, and subsequently to that which cares for it. However, in addition to these responsibilities, adherence to the international charters and conventions developed for conservation of cultural heritage also obliges

consideration of the principles and responsibilities flowing from them. Balancing their own requirements with those of other cultural communities is, for each community, highly desirable, provided achieving this balance does not undermine their fundamental cultural values.

VALUES AND AUTHENTICITY

9. Conservation of cultural heritage in all its forms and historical periods is rooted in the values attributed to the heritage. Our ability to understand these values depends, in part, on the degree to which information sources about these values may be understood as credible or truthful. Knowledge and understanding of these sources of information, in relation to original and subsequent characteristics of the cultural heritage, and their meaning, is a requisite basis for assessing all aspects of authenticity.

10. Authenticity, considered in this way and affirmed in the Charter of Venice, appears as the essential qualifying factor concerning values. The understanding of authenticity plays a fundamental role in all scientific studies of the cultural heritage, in conservation and restoration planning, as well as within the inscription procedures used for the World Heritage Convention and other cultural heritage inventories.

11. All judgements about values attributed to cultural properties as well as the credibility of related information sources may differ from culture to culture, and even within the same culture. It is thus not possible to base judgements of values and authenticity within fixed criteria. On the contrary, the respect due to all cultures requires that heritage properties must be considered and judged within the cultural contexts to which they belong.

12. Therefore, it is of the highest importance and urgency that, within each culture, recognition be accorded to the specific nature of its heritage values and the credibility and truthfulness of related information sources.

13. Depending on the nature of the cultural heritage, its cultural context, and its evolution through time, authenticity judgements may be linked to the worth of a great variety of sources of information. Aspects of the sources may include form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors. The use of these sources permits elaboration of the specific artistic, historic, social, and scientific dimensions of the cultural heritage being examined.

APPENDIX 1

Suggestions for follow-up (proposed by H. Stovel)

1. Respect for cultural and heritage diversity requires conscious efforts to avoid imposing mechanistic formulae or standardized procedures in attempting to define or determine authenticity of particular monuments and sites.

2. Efforts to determine authenticity in a manner respectful of cultures and heritage diversity requires approaches which encourage cultures to develop analytical processes and tools specific to their nature and needs. Such approaches may have several aspects in common:

- efforts to ensure assessment of authenticity involve multidisciplinary collaboration and the appropriate utilization of all available expertise and knowledge;
- efforts to ensure attributed values are truly representative of a culture and the diversity of its interests, in particular monuments and sites;
- efforts to document clearly the particular nature of authenticity for

monuments and sites as a practical guide to future treatment and monitoring;

- efforts to update authenticity assessments in light of changing values and circumstances.

3. Particularly important are efforts to ensure that attributed values are respected, and that their determination includes efforts to build, as far as possible, a multidisciplinary and community consensus concerning these values.

4. Approaches should also build on and facilitate international co-operation among all those with an interest in conservation of cultural heritage, in order to improve global respect and understanding for the diverse expressions and values of each culture.

5. Continuation and extension of this dialogue to the various regions and cultures of the world is a prerequisite to increasing the practical value of consideration of authenticity in the conservation of the common heritage of humankind.

6. Increasing awareness within the public of this fundamental dimension of heritage is an absolute necessity in order to arrive at concrete measures for safeguarding the vestiges of the past. This means developing greater understanding of the values represented by the cultural properties themselves, as well as respecting the role such monuments and sites play in contemporary society.

APPENDIX 2

Definitions

Conservation: all efforts designed to understand cultural heritage, know its history and meaning, ensure its material safeguard and, as required, its presentation, restoration and enhancement. (Cultural heritage is understood to include monuments, groups of buildings and sites of cultural value as defined in article one of the World Heritage Convention).

Information sources: all material, written, oral and figurative sources which make it possible to know the nature, specifications, meaning and history of the cultural heritage.

The Nara Document on Authenticity was drafted by the 45 participants at the Nara Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention, held at Nara, Japan, from 1-6 November 1994, at the invitation of the Agency for Cultural Affairs (Government of Japan) and the Nara Prefecture. The Agency organized the Nara Conference in cooperation with UNESCO, ICCROM and ICOMOS.

This final version of the Nara Document has been edited by the general rapporteurs of the Nara Conference, Mr. Raymond Lemaire and Mr. Herb Stovel.

Anexo II – Centro de Interpretação em PT | NUT II: Norte

Equipamentos designados "Centro de Interpretação" em Portugal | NUT II: Norte

	DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	NUT II	NUT III	TIPOLOGIA	DATA ABERTURA	LINK DE ACESSO
1	Centro de Interpretação da História Militar de Ponte de Lima	Ponte de Lima, Viana do Castelo	Norte	Alto Minho	HIS	10/09/2016	https://www.pontedelimacultural.pt/espacos-culturais-pag.asp?t=paginas&pid=1418
2	O Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida de Corno de Bico	Paredes de Coura, Viana do Castelo	Norte	Alto Minho	AMB	s/d	http://www2.icnf.pt/portal/ap/amb-reg-loc/pais-protég-corno-bico
3	Centro de Interpretação da Serra d'Arga	Caminha, Viana do Castelo	Norte	Alto Minho	AMB	s/d	https://www.cm-caminha.pt/pages/1234?poi_id=61
4	Centro De Interpretação Do Castro Do Vieito	Viana Do Castelo	Norte	Alto Minho	ARQ	16/09/2017	http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/noticias/inaugurado-centro-de-interpretacao-do-castro-do-vieito-em-perre
5	Centro Interpretativo Do Caminho Português Da Costa	Viana Do Castelo	Norte	Alto Minho	CUL	03/11/2018	http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/directorio/centro-interpretativo-do-caminho-portugues-da-costa
6	Centro De Interpretação E Promoção Do Vinho Verde	Ponte de Lima, Viana do Castelo	Norte	Alto Minho	CUL	s/d	https://www.cipvv.pt/pt/
7	Centro de Interpretação Ambiental - Parque Paleozoico de Valongo	Valongo, Porto	Norte	Área Metropolitana do Porto	AMB	s/d	https://www.cm-valongo.pt/pages/504?poi_id=22
8	Centro de Investigação e Interpretação Geológica de Canelas	Arouca, Aveiro	Norte	Área Metropolitana do Porto	AMB	s/d	http://www.cigc-arouca.com/
9	Centro de Interpretação Ambiental do Rio Tinto - Valongo	Ermesinde, Valongo	Norte	Área Metropolitana do Porto	AMB	11/06/2018	https://www.cm-valongo.pt/pages/575?news_id=925
10	Casa das Pedras Parideiras - Centro de Interpretação	Arouca, Aveira	Norte	Área Metropolitana do Porto	AMB	01/11/2012	http://pin.amp.pt/recurso/8

11	Centro De Interpretação Do Castro De S. Paio	Vila Do Conde, Porto	Norte	Área Metropolitana do Porto	ARQ	s/d	http://www.portoenorte.pt/pt/o-que-fazer/centro-de-interpretacao-do-castro-de-s-paio/
12	Centro Interpretativo Do Monte Padrão	Santo Tirso, Porto	Norte	Área Metropolitana do Porto	ARQ	00/04/2008	https://www.cm-stirso.pt/viver/cultura/centro-interpretativo-do-monte-padrao
13	Centro de Informação e Interpretação de Mondim de Basto	Mondim de Basto, Vila Real	Norte	Ave	TER	s/d	https://natural.pt/protected-areas/parque-natural-do-alvao/infrastructures/centro-de-informacao-e-interpretacao-mondim-de-basto?locale=pt
14	Centro de Informação e Interpretação de Vila Real	Vila Real	Norte	Douro	TER	s/d	https://natural.pt/protected-areas/parque-natural-do-alvao/infrastructures/centro-de-informacao-e-interpretacao?locale=pt
15	Centro de Acolhimento e de Interpretação para o Jardim Botânico da UTAD	Vila Real	Norte	Douro	AMB	12/06/2012	https://jb.utad.pt/cinterp
16	Centro Interpretativo Da Vila Amuralhada E Do Planalto De Numão	Vila Nova De Foz Côa, Guarda	Norte	Douro	HIST	10/08/2013	https://lifecooler.com/artigo/atividades/centro-interpretativo-da-vila-amuralhada-e-do-planalto-de-numo/439848
17	Centro De Interpretação De Penedono	Penedono, Viseu	Norte	Douro			https://cm-penedono.pt/espacos/centro-de-interpretacao-de-penedono/
18	Centro de Interpretação da Escultura Românica	Penafiel, Porto	Norte	Tâmega e Sousa	HIS	18/04/2009	https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/centro-de-interpreta%C3%A7ao-da-escultura-romantica/
19	Centro de Interpretação do Vale do Bestança	Cinfães, Viseu	Norte	Tâmega e Sousa	AMB	05/12/2015	https://cm-cinfaes.pt/municipio-cat/item/817-centro-de-interpretacao-do-vale-do-bestanca
20	Centro de Interpretação do Lobo Iberico	Vinhais, Bragança	Norte	Terras de Trás-os-Montes	AMB	30/08/2019	https://www.cm-vinhais.pt/frontoffice/pages/201?news_id=616
21	Centro Interpretativo da Lorga de Dine	Fresulfe (Vinhais), Bragança	Norte	Terras de Trás-os-Montes	AMB	31/07/2005	https://natural.pt/protected-areas/parque-natural-de-montesinho/infrastructures/centro-interpretativo-da-lorga-de-dine?locale=pt
22	Centro De Interpretação Do Território	Alfândega Da Fé, Bragança	Norte	Terras de Trás-os-Montes	TER	s/d	https://www.visitepontedelima.pt/pt/turismo/centro-de-interpretacao-do-territorio/
23	Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano	Bragança	Norte	Terras de Trás-os-Montes	CUL	20/02/2017	https://www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/543?poi_id=900

Anexo III – Centro de Interpretação em PT | Nut II: Centro

Equipamentos designados "Centro de Interpretação" em Portugal | NUT II - Centro

	DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	NUT II	NUT III	TIPOLOGIA	DATA ABERTURA	LINK DE ACESSO
1	Centro de Interpretação Ambiental de Castelo Branco	Castelo Branco	Centro	Beira Baixa	AMB	s/d	https://www.cm-castelobranco.pt/munice/areas-de-acao/ambiente/centro-interpreta%C3%A7%C3%A3o-ambiental/
2	Centro Interpretativo da Biodiversidade de Terras de Idanha	Segura, Idanha-a-Nova	Centro	Beira Baixa	AMB	31/08/2013	http://www.porterrasraianas.com/pt/inicio/267-idanha-a-nova/20005-centro-de-interpretac%C3%A3o-da-biodiversidade.html
3	Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo	Vila Velha De Ródão, Castelo Branco	Centro	Beira Baixa	ARQ	21/09/2012	http://tejo-rupestre.com/
4	Centro De Interpretação Do Bordado	Castelo Branco	Centro	Beira Baixa	CUL	25/07/2017	https://www.cm-castelobranco.pt/visitante/bordado-castelo-branco-o-ex-libris/centro-de-interpretacao-do-bordado/
5	Centro De Interpretação Do Geopark Estrela, Torre	Serra Da Estrela	Centro	Beiras e Serra da Estrela	AMB	31/08/2018	http://www.geoparkestrela.pt/geopark/centro-interpretacao
6	Centro de Interpretação da Serra da Estrela	Seia, Guarda	Centro	Beiras e Serra da Estrela	TER	00/00/2007	http://www.cise.pt/pt/
7	Centro De Interpretação Da Cultura Judaica “Isaac Cardoso”	Trancoso, Guarda	Centro	Beiras e Serra da Estrela	CUL	29/10/2012	https://www.cm-trancoso.pt/informacoes/centro-de-interpretacao-judaica-isaac-cardoso-em-trancoso/
8	Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodre	Fornos de Algodre, Guarda	Centro	Beiras e Serra da Estrela	ARQ	s/d	https://www.cm-fornosdealgodres.pt/institucional/servicos-municipais/cultura/museu-cihafe-centro-interpretacao-historico-e-arqueologico-de-fornos-de-algodres/
9	Centro de Interpretação Templário – Almourol	Vila Nova da Barquinha	Centro	Médio Tejo	HIS	18/11/2018	http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/pt/noticias/225-turismo/437-centro-de-interpretacao-templario-de-almourol-ja-abriu
10	Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela	Alcanena, Santarém	Centro	Médio Tejo	AMB	até 15/12/07	https://www.publico.pt/2001/05/18/sociedade/noticia/centro-de-interpretacao-nas-nascentes-do-alviela-aposta-no-ambiente-e-no-virtual-23618
11	Centro de Interpretação Gruta das Lapas	Torres Novas, Santarém	Centro	Médio Tejo	AMB	22/04/2018	http://www.mediotejo.net/torres-novas-as-misteriosas-grutas-da-aldeia-de-lapas-cvideo/

12	Centro de Interpretação Ambiental de Tomar	Tomar, Santarém	Centro	Médio Tejo	AMB		http://www.cm-tomar.pt/index.php/pt/ambiente#visitas-ao-cia
13	Parque Tejo – Centro de Acolhimento e Interpretação do Tejo	Abrantes, Santarém	Centro	Médio Tejo	AMB	14/06/2014	http://www.abarca.com.pt/?cix=noticia54161
14	Centro de interpretação da Reserva Natural do Paul do Boquilobo	Torres Novas, Santarém	Centro	Médio Tejo	AMB	02/06/1905	http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/rn/mpb/inf-ger
15	Centro de Interpretação de Arte Rupestre	Sertã, Castelo Branco	Centro	Médio Tejo	ARQ	20/04/2016	http://tejo-rupestre.com/
16	Centro de interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo	Vila Nova da Barquinha	Centro	Médio Tejo	ARQ	s/d	https://ciaar.pt/
17	Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro	Vimeiro, Lourinhã	Centro	Oeste	HIS	21/08/2008	http://www.cm-lourinha.pt/Centro de Interpretaçãoobvpaginaentrada
18	Centro de Interpretação do Românico	Lousada	Centro	Oeste	HIS	27/09/2018	https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/centro-de-interpretacao-do-romanico/
19	Centro de Interpretação Linhas de Torres Arruda dos Vinhos 2010;	Lisboa	Centro	Oeste	HIS	00-07-2010	
20	Centro de Interpretação Linhas de Torres Sobral de Monte Agraço	Lisboa	Centro	Oeste	HIS	2007-2011	https://www.cilt.pt/pt/cilt
21	Centro de Interpretação Linhas de Torres Torres Vedras (Forte S. Vicente)	Lisboa	Centro	Oeste	HIS	00-07-2017	
22	Centro Interpretativo De Atouguia Da Baleia	Peniche	Centro	Oeste	CUL	01/03/2012	http://www.cm-peniche.pt/Cultura--Rede-Museologica--Centro-Interpretativo-de-Atouguia-da-Baleia
23	Centro de Interpretação Ambiental da Serra de Montejunto	Cadaval, Lisboa	Centro	Oeste	AMB	s/d	http://www.cadavalcativa.pt/natureza/centros/19/centro-de-interpretacao-ambiental-da-paisagem-protegida-da-serra-de-montejunto
24	Centro de Interpretação para a Lagoa de Óbidos	Óbidos, Leiria	Centro	Oeste	AMB	11/07/1905	https://www.lpn.pt/pt/cidadania-ambiental/projetos/centro-de-interpretacao-para-a-lagoa-de-obidos
25	Centro de Interpretação da Comunidade Judaica	Torres Vedras, Lisboa	Centro	Oeste	CUL	18/05/2017	http://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/centro-de-interpretacao-da-comunidade-judaica/
26	Centro de Interpretação de Santa Clara a Velha	Coimbra	Centro	Região de Coimbra	HIS	s/d	http://roteiromuseus.ccdrc.pt/museu_ficha.aspx?idMuseu=75&tipologia=7
27	Centro de Interpretação Ambiental da Mealhada	Mealhada, Aveiro	Centro	Região de Coimbra	AMB	01/10/2015	http://www.cm-mealhada.pt/menu/673
28	Centro de Interpretação da Natureza - Escola da Água	Condeixa-a-Nova	Centro	Região de Coimbra	AMB	22/03/2016	https://cm-condeixa.pt/noticia/1662/

29	Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça	Ferrarias, Penela	Centro	Região de Coimbra	AMB	s/d	https://aldeiasdoxisto.pt/entidade/2841
30	Centro de Interpretação “Mortágua na Batalha do Bussaco”	Mortágua, Viseu	Centro	Região de Coimbra	HIS	00/09/2017	https://www.cm-mortagua.pt/modules.php?name=Sections&sop=viewarticle&artid=13
31	Centro de Interpretação da Serra do Açor	Benfeita (Arganil), Coimbra	Centro	Região de Coimbra	AMB	s/d	https://natural.pt/protected-areas/paisagem-protegida-da-serra-do-acor/infrastructures/centro-de-interpretacao-da-serra-do-acor?locale=pt
32	Centro de Interpretação do Paul de Arzila	Arzila, Coimbra	Centro	Região de Coimbra	AMB	00/00/1997	https://www.geocaching.com/geocache/GCWDRF_paul-de-arzila-coimbra?guid=e35bf261-572c-44a1-92db-a9001ef67b6f
33	Centro De Interpretação Da Arte Xávega	Cantanhede, Coimbra	Centro	Região de Coimbra	CUL	30/12/2016	https://beiranews.pt/2016/12/centro-de-interpretacao-da-arte-xavega-na-praia-da-tocha-em-cantanhede/
34	Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota	Calvaria de Cima, Porto de Mós	Centro	Região de Leiria	HIS	11/10/2008	https://www.fundacao-aljubarrota.pt/pt
35	O Centro De Interpretação Do Abrigo Do Lagar Velho	Leiria	Centro	Região de Leiria	ARQ	05/01/2008	https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/museus/centro-de-interpretacao-do-abrigo-do-lagar-velho/
36	Centro de Interpretação Turística	Pedrógão Grande	Centro	Região de Leiria	TER	00-07-2019	https://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=62
37	Centro de Interpretação Ambiental de Leiria	Leiria	Centro	Região de Leiria	AMB	s/d	https://www.cm-leiria.pt/pages/909
38	Centro de Interpretação Pia do Urso	Batalha	Centro	Região de Leiria	AMB	01/10/2007	http://www.cm-batalha.pt/noticias/centro-de-interpretacao-da-pia-do-urso-comemora-um-ano
39	Centro de Interpretação e Informação do Montemuro e Paiva	Castro Daire, Viseu	Centro	Viseu Dão Lafões	TER	13/07/2016	https://www.researchgate.net/publication/315723174_Montemuro_e_Paiva_Centro_de_Interpretacao_e_Informacao

Anexo IV – Centro de Interpretação em PT | NUT II: Lisboa

Equipamentos designados "Centro de Interpretação" em Portugal | NUT II - Lisboa

	DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	NUT II	NUT III	TIPOLOGIA	DATA ABERTURA	LINK DE ACESSO
1	Centro de Interpretação Linhas de Torres Bucelas – Loures	Loures, Lisboa	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	HIS	04/03/2012	
2	Centro de Interpretação Linhas de Torres Mafra	Mafra, Lisboa	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	HIS	s/d	https://www.cilt.pt/pt/cilt
3	Centro de Interpretação Linhas de Torres Vila Franca de Xira (Forte da Casa)	Vila Franca de Xira, Lisboa	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	HIS	04/11/2010	
4	Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro	Sesimbra, Setúbal	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	HIS	00-04-2008	https://www.sesimbra.pt/pages/870
5	Centro de Interpretação de Almada Velha	Almada, Setúbal	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	TER	29/06/2013	https://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=168592421
6	Centro de Interpretação da Mata dos Medos	Fonte da Telha (Costa da Caparica), Almada	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	AMB	s/d	https://ppafcc.webnode.pt/cimm/
7	Centro Interpretativo Gonçalo Ribeiro Telles	Lisboa	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	AMB	00-07-2013	https://gulbenkian.pt/jardim/visitar/centro-interpretativo-goncalo-ribeiro-telles/
8	Centro de Acolhimento e de Interpretação do Parque Florestal de Monsanto	Benfica, Lisboa	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	AMB	s/d	http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/centro-de-interpretacao-de-monsanto
9	Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal	Cascais, Lisboa	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	AMB	07/09/2005	https://www.cascais.pt/pedradosal

Anexo V – Centros de Interpretação em PT | NUT II: Alentejo

Equipamentos designados "Centro de Interpretação" em Portugal | NUT II - Alentejo

	DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	NUT II	NUT III	TIPOLOGIA	DATA ABERTURA	LINK DE ACESSO
1	Centro de Interpretação de Alqueva	Alqueva, Portel, Évora	Alentejo	Alentejo Central	AMB	01/07/2013	https://www.edia.pt/pt/quem-somos/centro-interpretacao-alqueva/
2	Centro Interpretativo do Cromeleque dos Almendres	Évora	Alentejo	Alentejo Central	AMB	15/07/2019	https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g189106-d1568926-Reviews-Centro_Interpretativo_dos_Almendres-Evora_Evora_District_Alentejo.html
3	Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo, Évora	Alentejo	Alentejo Central	TER	07/03/2007	http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-noticias/Paginas/Centro-Interpretativo-do-Castelo-de-Montemor-o-Novo-alvo-de-renova%C3%A7%C3%A3o.aspx
4	Centro Interpretativo da Gruta do Escoural	Montemor-o-Novo, Évora	Alentejo	Alentejo Central	AMB	27/01/2001	https://www.evasoes.pt/local/centro-de-interpretacao-da-gruta-do-escoural/
5	Centro De Acolhimento e Interpretação para a explicação do Complexo de Miróbriga	Santiago Do Cacém	Alentejo	Alentejo Litoral	ARQ	s/d	https://placesmap.net/PT/Centro-de-Acolhimento-e-Interpreta-o-para-a-explica-o-do-complexo-de-Mir-briga-430595/
6	Centro de Interpretação dos Charcos Temporários Mediterrânicos	Vila Nova de Mil Fontes, Odemira	Alentejo	Alentejo Litoral	AMB	21/05/2018	https://lifecharcos.lpn.pt/noticia.php?id=71
7	Centro de Interpretação do Monte do Paio	Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém	Alentejo	Alentejo Litoral	AMB	s/d	http://adl.litoralalentejano.pt/programas-projectos/pic-leader-alentejo-litoral/projectos-vector-ii/cooperacao-transnacional/47-ct-ambiente-e-recursos-naturais/318-museus-naturais-centro-de-interpretacao-monte-do-paio
8	Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros	Fronteira, Portalegre	Alentejo	Alto Alentejo	HIS	22/04/2012	https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/centro-de-interpreta%C3%A7%C3%A3o-da-batalha-dos-atoleiros
9	Centro de Interpretação da Natureza/Centro Ambiental do Xévorá	Ouguela (Campo Maior), Portalegre	Alentejo	Alto Alentejo	AMB	16/06/2018	https://www.portalalentejano.com/inauguracao-do-centro-de-interpretacao-da-natureza-centro-ambiental-do-xevora/
10	Centro de Interpretação Cultural e Ambiental do Moinho da Cova	S. Salvador da Aramenha, Marvão	Alentejo	Alto Alentejo	AMB	s/d	https://natural.pt/protected-areas/serra-de-s-mamede-nature-park/infrastructures/centro-de-interpretacao-cultural-e-ambiental-do-moinho-da-cova?locale=pt

11	Centro de Interpretação da Identidade Local de Esperança	Arronches, Portalegre	Alentejo	Alto Alentejo	TER	04/05/2013	https://issuu.com/cmarronches/docs/folheto_ciiil
12	Centro De Interpretação Do Megalitismo	Castelo de Vide, Portalegre	Alentejo	Alto Alentejo	ARQ	s/d	https://lifecooler.com/artigo/atividades/centro-de-interpretacao-do-megalitismo/400466
13	Centro de Interpretação Subterrâneo da Gruta – Algar do Pena (PNSAC)	Alcanede, Santarém	Alentejo	Lezíria do Tejo	AMB	05/07/1997	http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnsac/pr1str-pena
14	Centro de Interpretação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	Rio Maior, Santarém	Alentejo	Lezíria do Tejo	AMB	s/d	http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnsac/inf-ger
15	Centro De Interpretação “Colombo”	Vale do Paraíso, Azambuja	Alentejo	Lezíria do Tejo	HIS	25/04/2009	http://www.cm-azambuja.pt/informacoes/noticias/item/1656-centro-de-interpretacao-colombo-em-vale-do-paraiso
16	Centro De Interpretação Urbi Scallabis	Santarém	Centro	Lezíria do Tejo	ARQ	s/d	https://www.cm-santarem.pt/descobrir-santarem/o-que-visitar/museus/item/1181-centro-de-interpretacao-urbi-scillabis-usci

Anexo VI – Centro de Interpretação em PT | NUT II: Algarve

Equipamentos designados "Centro de Interpretação" em Portugal | NUT II - Algarve

	DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	NUT II	NUT III	TIPOLOGIA	DATA ABERTURA	LINK DE ACESSO
1	Centro de Interpretação do Património Islâmico	Silves, Faro	Algarve	Algarve	CUL	07/03/2012	https://www.cm-silves.pt/pt/menu/107/centro-de-interpretacao-do-patrimonio-islamico-de-silves.aspx
2	Centro de Interpretação de Vila Do Bispo	Vila do Bispo, Faro	Algarve	Algarve	CUL/TER	03/05/2009	https://www.visitalgarve.pt/pt/441/centro-de-interpretacao-de-vila-do-bispo.aspx
3	Centro De Interpretação Do Território de Castro Marim	Castro Marim, Faro	Algarve	Algarve	TER	15/08/2009	https://cm-castromarim.pt/site/conteudo/centro-de-interpretacao-do-territorio/m2
4	Centro de Acolhimento e Interpretação das Ruínas de Milreu	Estoi, Faro	Algarve	Algarve	ARQ	19/11/2007	https://travel.sygic.com/pt/poi/centro-de-acolhimento-e-interpretacao-das-ruinas-de-milreu-poi:15279551
5	Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar	Mexilhoeira Grande (Portimão), Faro	Algarve	Algarve	ARQ	00/10/2000	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1320
6	Centro de Interpretação Ambiental da Ria de Alvor	Mexilhoeira Grande (Portimão), Faro	Algarve	Algarve	AMB	13/02/2006	https://arocha.pt/pt/educacao-ambiental/programa/

Anexo VII – Centro de Interpretação em PT | NUT II: Açores e Madeira

Equipamentos designados "Centro de Interpretação" em Portugal | NUT II – Açores e Madeira

	DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	NUT II	NUT III	TIPOLOGIA	DATA ABERTURA	LINK DE ACESSO
1	Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	São Roque do Pico, Pico	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	CUL	29/06/2010	http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/pico/o-que-visitar/centros-de-interpretacao/centro-de-interpretacao-da-paisagem-da-cultura-da-vinha
2	Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo	Corvo	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	AMB	21/06/2007	http://siaram.azores.gov.pt/centros-interpretacao/ci-corvo/_intro.html
3	Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha	Ribeira Grande, S. Miguel	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	AMB	29/08/2013	http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/smiguel/o-que-visitar/centros-ambientais/102-pni-smiguel/3135-centro-de-interpretacao-ambiental-da-caldeira-velha
4	Centro de Interpretação do Ananás	Ponta Delgada, S. Miguel	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	CUL	23/08/2016	http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/smiguel/o-que-visitar/centros-ambientais/102-pni-smiguel/2966-centro-de-interpretacao-da-cultura-do-ananas
5	Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	Horta, Faial	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	AMB	17/08/2008	http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/temas/cidadao/Ambiente/Inaugura%C3%A7%C3%A3o+do+Centro+de+Interpreta%C3%A7%C3%A3o+do+Vulc%C3%A3o+dos+Capelinhos+com+espect%C3%A1culo+especial.htm?mode=category&lang=pt&area=c
6	Centro de Interpretação Vulcânica	São Vicente, Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	AMB	s/d	https://www.tripadvisor.pt/ShowUserReviews-g1024743-d1809173-r573951953-Sao_Vicente_Caves-Sao_Vicente_Madeira_Madeira_Islands.html

Anexo VIII – Apresentação “O Turismo Militar: Conteúdos e Experiências na Roteirização – O Caso do CITA de Vila Nova da Barquinha

Torres Vedras, 14 junho de 2019

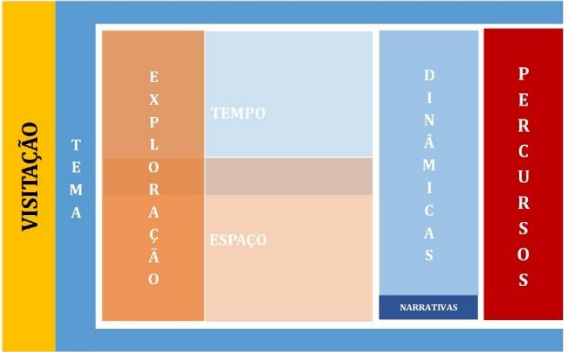


PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização – O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

TURISMO MILITAR, TERRITORIALIDADE, VISITAÇÃO

“O povoamento do território que corresponde ao atual concelho remonta a épocas ancestrais, nomeadamente ao período Paleolítico, tal como se pode comprovar pelos vestígios arqueológicos encontrados em Aldeinha. Em Tancos e na freguesia de Atalaia, são visíveis marcas neolíticas, enquanto que a presença romana e árabe está, igualmente, bem delimitada no concelho, mais especificamente no Castelo de Almourol.”

(CMVNB, Rota dos Templários – Memória Descritiva, pág. 1)



(Vanda Costa e Luís Mota Figueira-2018)

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização – O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

TURISMO MILITAR E TERRITORIALIDADE

“No período da Reconquista Cristã, foram sendo erguidas fortificações, nesta região, de forma a assegurarem a defesa das investidas muçulmanas. Assim, para além do Castelo de Almourol, a cintura defensiva desta zona era composta pelos já desaparecidos Castelos de Paio de Pelle e de Cardiga.”

(CMVNB, Rota dos Templários – Memória Descritiva, pág. 2)



Imagem 1 e 2: mapas de localização do município de VNB na perspetiva nacional e regional, respetivamente. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Vila+Nova+da+Barquinha,+Portugal/>



Imagem 3: Localização estratégica dos Castelos de Cardiga, Almourol e Ferreira do Zêzere, na defesa do Tejo | Módulo interativo CIEC. Fonte: Costa, Vanda, junho 2019

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

TURISMO MILITAR E TERRITORIALIDADE

“Assim, pela sua localização geográfica e pela sua história, o concelho de Vila Nova da Barquinha é detentor de um vasto, variado e rico património natural, arqueológico e arquitetónico (...)” (Rota dos Templários – Memória Descritiva, pág. 3)

Percorrer fisicamente cada lugar (com o seu específico “*genius loci*” e histórias e estórias nesse centradas) significa acumulação sensitiva, estética e emocional orientadas para se aumentar o prazer da Viagem no Tempo e no Espaço.



PRAIA DO RIBATEJO



TANCOS



V. N. BARQUINHA



ATALAIA

Fotos 1 a 4: Freguesias do município de Vila Nova da Barquinha. Fonte: CM VNB. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/cm.vnbarquinha/photos/>, junho 2019

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

SOBRE OS RECURSOS - ENDÓGENOS vs EXÓGENOS

ENDÓGENOS	EXÓGENOS
<p>Considerando a importância estratégica do Turismo Militar no panorama da atividade turística nacional, pretende-se o desenvolvimento de um projeto turístico de Turismo Militar aplicado à região do Médio Tejo para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional, nomeadamente com enquadramento nos seguintes objetivos fundamentais:</p> <p>Dotar o território com novos produtos turísticos capazes de promover o equilíbrio e a coesão territorial, conducentes à mitigação das assimetrias identificadas, ao surgimento de novos polos de atração, e ao desenvolvimento e competitividade económica induzida pelo turismo. (CMVNB, Rota dos Templários – Memória Descritiva, pág. 4)</p>	<p>Determinados em função das necessidades nomeadamente de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prospetiva - (estudos para cenários de futuro para o CITA e seu território de proximidade e, igualmente, de projeção simbólica); - Consultoria - (prestação científica e técnica de entidades e de individualidades de prestígio para certificação de Conteúdos a serem adicionados aos atuais); - Roteirização - (baseada nas tendências da Procura, da Geografia, da Oferta considerada mais adequada pelos Operadores turísticos, com especial enfoque nos Fornecedores de Bens e de Serviços para aumentar a Notoriedade do CITA) <p>(Vanda Costa e Luís Mota Figueira-2018)</p>

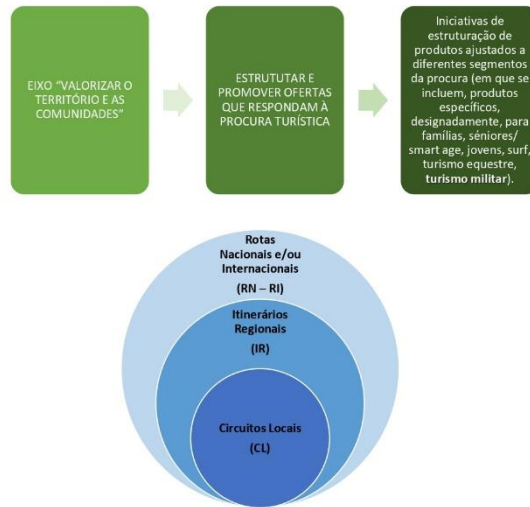
Com base nos recursos endógenos e sua transformação em atrativos turístico-culturais são incorporados no Sistema Turístico local alguns recursos exógenos que acabam por enriquecer o sistema turístico que servem (ex: empresa consultoria, artistas que se fixam, visitantes que se fidelizam, etc.)

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

ROTEIRIZAÇÃO

- **Q1 – O Turismo Militar é um segmento do Turismo Cultural e faz parte da Estratégia Turismo 2027.**

- **Q2 – O Turismo Militar ao suscitar Percursos estabelece forma de Roteirização que se podem repartir em:**



PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

ROTEIRIZAÇÃO: circuitos locais

1. **CIRCUITOS LOCAIS – CL de Barquinha (CITA + envolvente próxima tal como Parque de Escultura Contemporânea Almourol, Galerias de Arte, CEAC, CIEC, CIAAR, etc.)**



OFICINA DE ROTEIRIZAÇÃO APLICADA TURMIL (ORATURMIL)



Imagem 4: construção de proposta de circuito Delta Barquinha – CITA no âmbito da Oficina de Roteirização Aplicada (ORATURMIL). Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Vila+Nova+da+Barquinha,+Portugal/>

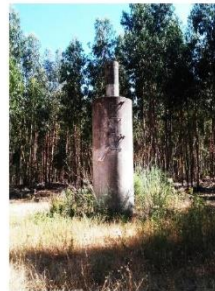


Foto 5: Delta Barquinha - altitude aproximada 160m. Fonte: Costa, Vanda. 10 junho 2019



Foto 6: Delta Barquinha - documento de prova topográfica. Fonte: Costa, Vanda. 10 junho 2019

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização – O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

ROTEIRIZAÇÃO: itinerários regionais

2. ITINERÁRIOS REGIONAIS:

- IR de Barquinha – Tomar
- IR de Barquinha – Almourol
- IR de Barquinha – Cardiga

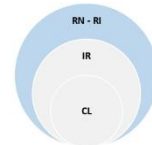


PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização – O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

ROTEIRIZAÇÃO: rotas (inter)nacionais

3. ROTAS NACIONAIS E/OU INTERNACIONAIS –

- **Rota Templária dos Castelos** (Estrutura nacional: CITA & Almourol e outros castelos tanto para sul e norte, quanto para este e oeste);
- **Rota Templária dos Lugares Sagrados** (Estrutura europeia: CITA & Espanha, França, Terra Santa...etc., em combinações de traçados coerentes, mas sempre centrados no CITA);
- **Rota Sagrada dos Templários** (Estrutura internacional: CITA e Lugares icónicos a escolher em termos de mundialização ligando o passado (tudo acontecia entre a Europa e a Terra Santa...) com o presente (tudo pode acontecer com os «templários» norte e sul americanos, australianos e outros «convertidos» modernos ao culto do Templarismo...)



PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

ROTEIRIZAÇÃO: RESULTADOS EXPETAVÉIS

- Q1 – “O Turismo Militar é um segmento do Turismo Cultural e faz parte da Estratégia Turismo 2027”

R1.1 : natureza e cultura local asseguram a viabilidade da roteirização e da afirmação do Turismo Militar;

R1.2: afirmação do Turismo Militar com produtos inovadores, pacotes viabilizáveis (ex: percurso + benefícios) e experiências territoriais e sociais únicas (autenticidade).

- Q2 – “O TM ao suscitar Percursos estabelece forma de Roteirização que se podem repartir em”:

R2.1: percursos e seu contributo para a cadeia de valor do Turismo doméstico e atração para o turismo internacional;

R2.2: envolvimento de fornecedores de bens e de serviços e fomento da economia local (ex: alojamento, restauração);

R2.3: qualificação do “ato turístico” como encontro “visitante – visitado” e interação cultural orientada à criação de “laços” que promovam o regresso do visitante ao local visitado.

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

CONTEÚDOS E EXPERIÊNCIAS

“ESPESSURA HISTÓRICA DO TERRITÓRIO”



ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL ERTCentro



POLÍTICAS PÚBLICAS PNCT

Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)

“Valorização do património cultural, material e imaterial, público e privado, encontrando novos usos e utilizações, compatíveis com a sua salvaguarda, que propiciem novas fruições.”



PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

O CASO CITA



Inauguração do CITA. Fonte: Basso, Pérsio. 18 novembro 2018!



PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

O CASO CITA

- **VISÃO:** contribuir para a inserção do território em rotas turísticas nacionais e internacionais associadas à questão templária.
- **MISSÃO:** capitalizar o Castelo de Almourol como item de marca templária, acrescentando no território um local que permita ao visitante contactar com a história da Ordem, e contribuir para a permanência de visitantes no concelho, através da criação de fluxos entre o Castelo e a Vila, sobre a temática do turismo cultural e religioso.
- **VALORES:** elaborados estudos do património imaterial templário e da idade média, que contribuem para o aprofundamento do conhecimento sobre esta temática. Bem como para a realização de três exposições anuais, com conteúdos associados aos Templários e sua história
- **POLÍTICA DE GESTÃO AUTÁRQUICA:** dentro das atribuições constitucionais, nomeadamente, Linha de Apoio do Turismo de Portugal (despacho normativo nº16/2016).



O CASO CITA: análise SWOT



PONTOS FORTES

- Localização geoestratégica com acessibilidades rodoviárias (eixo A1/A23/A13) e ferroviárias;
- Proximidade com o Rio;
- Diversidade e elevado valor do Património histórico-cultural e natural;
- Oferta de alojamento e restauração
- Relação qualidade/preço;
- Gastronomia;
- Facilidade de acesso e proximidade entre os vários destinos turísticos associados à temática Templária (Castelo de Almourol, Convento de Cristo, ...)
- Existência de sinalética turística
- Reabilitação Urbana em curso.

PONTOS FRACOS:

- Empresas da área do turismo pouco capitalizadas e qualificadas;
- Défice de informação sobre a oferta;
- Falta de conhecimento e de informação sobre a atividade turística;
- Insuficiente presença de marcas/cadeias internacionais;
- Falta de estruturação do produto;
- Baixo nível de qualificações e de rendimentos dos profissionais de turismo;
- Défice de informação sobre o destino nos mercados externos;
- Oferta turística pouco capacitada para diferentes mercados e segmentos.

OPORTUNIDADES

- Previsões de crescimento para o turismo até 2030;
- Alteração dos padrões de consumo e motivações, que privilegiam destinos que ofereçam experiências diversificadas, autênticas e qualidade ambiental;
- Crescimento do turismo sénior e maior disponibilidade financeira para viajar em determinados segmentos, que possibilitam crescer em volume e em valor;
- Abertura de ligações diretas a novos mercados (nomeadamente, China)

AMEAÇAS:

- Aumento da pressão sobre destinos e recursos;
- Dificuldade de afirmação da marca Templários enquanto destino de mercado europeu;
- Emergência de novos destinos;
- Crescimento económico incerto em alguns dos países emissores;
- Possibilidade de sobrecarga turística em termos de alojamento e restauração

Adaptado de "Rota dos Templários – Memória Descritiva", CMVNB

PAISAGEM DE MEMÓRIAS: POTENCIAL TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO MILITAR NACIONAL | O Turismo Militar: conteúdos e experiência na Roteirização - O caso do CITA de Vila Nova da Barquinha | Torres Vedras, 14 junho 2019

O CASO CITA



Inauguração da exposição "O Divino Espírito Santo. Fonte: Basso, Pêrsio. 9 junho 2019



Anexo IX – Inquérito por Questionário - QR Code

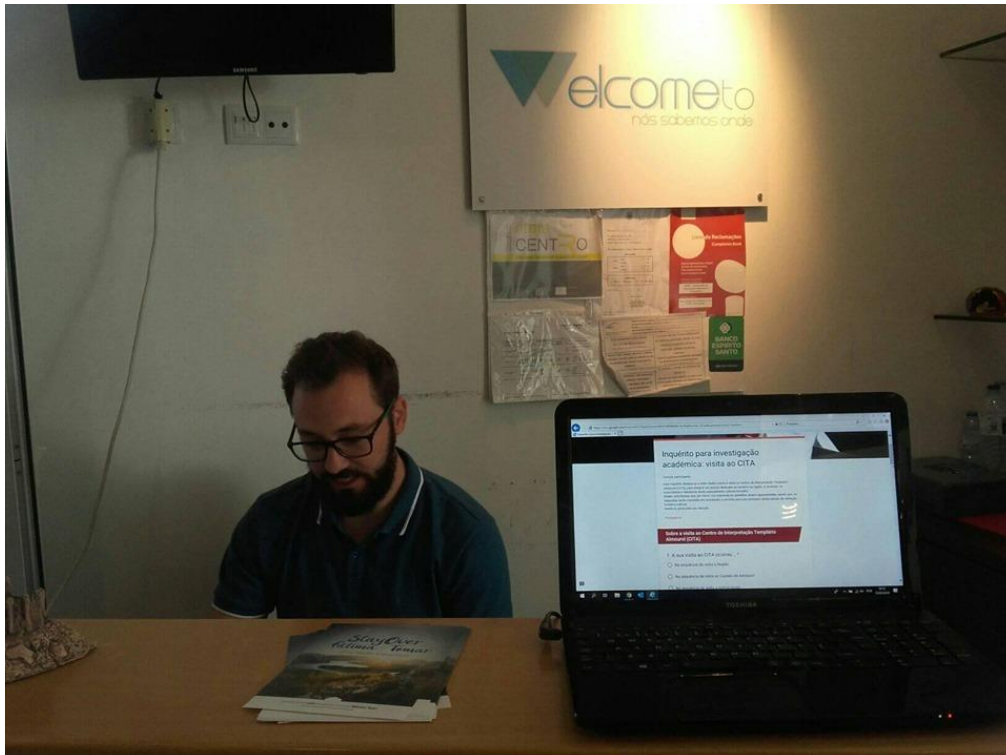
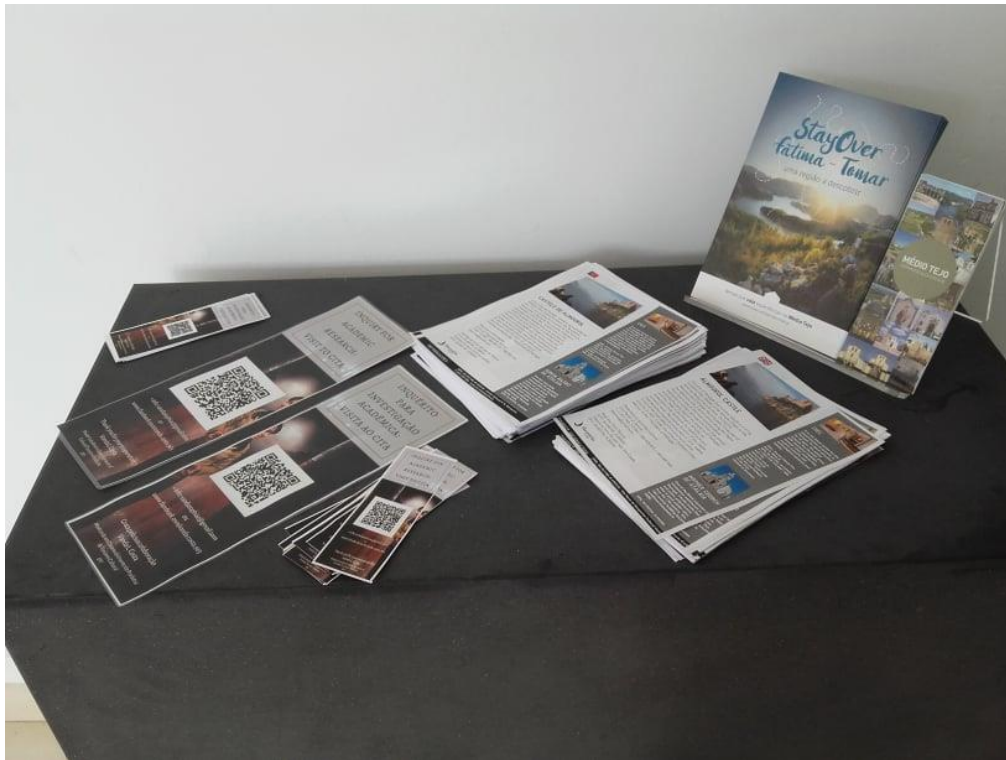
Versão bilingue (português e inglês), para os visitantes do CITA.



Anexo X – Inquérito por Questionário: implementação *in situ*

Disponibilizado pela mestranda na entrada do CITA e no Posto de Turismo de V.N.B.





Anexo XI – Inquérito por Questionário: Visita ao CITA



Inquérito para investigação académica: visita ao CITA

Caro(a) participante,

Este inquérito destina-se a obter dados sobre a visita ao Centro de Interpretação Templário Almourol (CITA), para integrar um estudo dedicado ao turismo na região, e centrado na importância e relevância deste equipamento cultural inovador.

Assim, solicitamos que, por favor, nos responda às questões abaixo apresentadas, sendo que, as respostas serão mantidas em anonimato e servirão para uso exclusivo deste estudo de visitação turístico-cultural.

Desde já, grata pela sua atenção.

***Obrigatório**

Sobre a visita ao Centro de Interpretação Templário Almourol (CITA)

1. A sua visita ao CITA ocorreu... *

- ☐ Na sequência de visita à Região
- ☐ Na sequência de visita ao Castelo de Almourol
- ☐ Na sequência de visita a outros locais
- ☐ Devido a motivação pessoal e interesse exclusivo na temática templária
- ☐ Outra

Se respondeu "Outra", por favor, indique qual:

A sua resposta

2. Como tomou conhecimento sobre o CITA? *

- ☐ Através da comunicação social (tv, jornais, rádio, etc.)
- ☐ Através das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, etc.)
- ☐ Através de promoção do município de V. N. Barquinha
- ☐ Através de amigos
- ☐ Na escola
- ☐ Na empresa
- ☐ Outro

3. A sua satisfação geral da visita ao CITA, pode descrever-se como: *

- ☐ Baixa
- ☐ Média
- ☐ Alta
- ☐ Muito alta
- ☐ Total

Do que viu e experienciou, indique o que considerou

4. mais agradável: *

A sua resposta

5. menos agradável: *

A sua resposta

E o que sugere que possa melhorar esta experiência:

A sua resposta

Sobre as características do visitante CITA

6. Por favor, selecione o seu género: *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro

7. Selecione, por favor, a sua nacionalidade: *

Selectionar ▼

8. Pode, por favor, indicar as suas habilitações académicas? *

- ☐ Ensino básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Ensino superior
- ☐ Ensino Pós-Graduado
- ☐ Outra

Se respondeu "Outra", por favor, indique qual:

A sua resposta

9. Por favor, indique a faixa etária em que se insere: *

- ☐ menos de 10 anos
- ☐ entre 11 e 17 anos
- ☐ entre 18 e 25 anos
- ☐ entre 26 e 40 anos
- ☐ entre 41 e 66 anos
- ☐ mais de 67 anos

10. Qual a sua atual situação profissional? *

- ☐ Empregado
- ☐ Desempregado
- ☐ Reformado
- ☐ Outra

11. Selecione o tipo de atividade económica em que a sua especialidade profissional se insere: *

Selecionar

Deixe-nos o seu comentário/observações:

A sua resposta

Grata pela sua colaboração!

Vanda L. Costa

Mestranda em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural | IPT

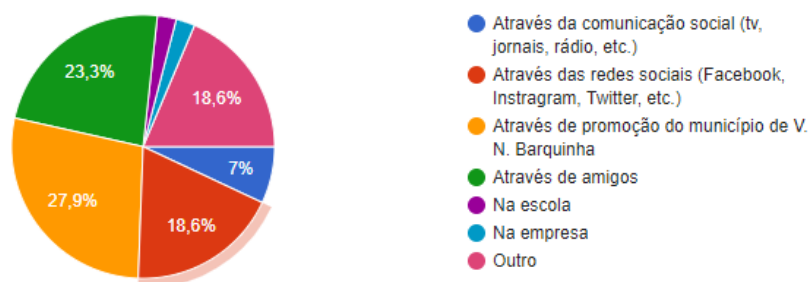
Submeter

Anexo XII – Inquérito por Questionário: Resumo das respostas



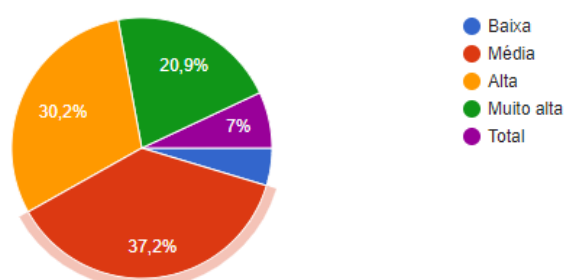
2. Como tomou conhecimento sobre o CITA?

43 respostas



3. A sua satisfação geral da visita ao CITA, pode descrever-se como:

43 respostas



Do que viu e experienciou, indique o que considerou

4. mais agradável:

43 respostas

a exposição

tudo

a cor

Simpatia da senhora que nos rececionou, informação e disposição da mesma

A disposição e toda a informação disponível.

A exposição em si.

Grafismo

Património Móvel

A informação disponibilizada

Tudo sem exceção

A orgânica do espaço está fantástica.

Passeio de barco

Exposição

Demonstração das vestes e objectos

O corredor com a história

Toda a exposição e sua história

A sequência histórica

Artefatos

o design da exposição , remete para a mística dos templários	
O espaço	
Exposição	
A forma como o espaço está organizado	
A exposição é desde logo bastante completa	
Os videos	
o geral	
DISPOSIÇÃO DO MUSEU E ATENDIMENTO	
Informação extensa	
A disposição temporal	
Tudo	
O circuito	
simplicidade na apresentação	
Video	
A viagem de barco.	
Artefactos	
Peças expostas e vídeo.	
O espaço	
O espaço	
objetos expositivos	
conteudo da exposicao, o tema do espirito santo	
viagem de barco ate ao castelo	
os objectos nas vitrines	
a sala dos filmes	

5. menos agradável:

43 respostas

Nada

nada

O espaço devia ser mais amplo

Meios de comunicação do CITA

A inabilidade de ter onde consultar toda a informação remotamente (via app ou folheto) pois não é fácil assimilar tanta informação durante o tempo de visita sem perturbar o percurso normal dos restantes visitantes.

Toda a informação escrita é demasiado extensa e inexistente em Inglês

Excesso de informação

Espaço demasiado reduzido

Nada. Está tudo ótimo.

O calor

Informação muito junta

Não há

Nada a apontar

Demasiada informacao pouco clara.cronologia demasiado exaustiva.local pequeno.entrada pouco atractiva.

demasiada informação escrita nas paredes

Tamanho do Centro

Local muito escuro
Nada de muito significativo
Espaco tamanho
nada a apontar
NADA A APONTAR
Falta de textos em inglês, filme em linguagem demasiado elaborada (e pedante) para cativar a maioria das pessoas
O som do vídeo muito alto
Nada a apontar
falta de resumo em audio visual

Reduzida quantidade de material exposto.
O museu dos templários poderia ser maior.
Dimensão
Texto longo nas paredes do corredor, legendas pouco atrativas.
Não sei
tamanho do centro
legendas da exposição muito pequenas
perceber sem ajuda alguns dos objectos
sala pequena

demasiado texto para ler nas paredes

E o que sugere que possa melhorar esta experiência:

24 respostas

nada

Um guia que acompanhe a visita, informação sintetizada e tradução em Inglês

Tratamento e organizacao da informação, programa de atividades complementares

Outras objectos de património móvel

Manter a qualidade

Continuação..

-

Mais algumas peças físicas.

Mais divulgação

Informacao visual mais clara e mais objectos associados.introducao a historia dos templarios de forma simples.

informação menos detalhada e a que existir deveria também ser traduzida para inglês

MAIOR DIVULGAÇÃO DO MUSEU E DA REGIÃO

Solução dos pontos negativos apresentados acima

Música ambiente

resumo em formato audio visual

Aumentar a quantidade de materiais existentes.

O aumento do museu de templários.

Mais artefactos

Reorganização das peças e suas legendas; Reorganização dos textos longos.

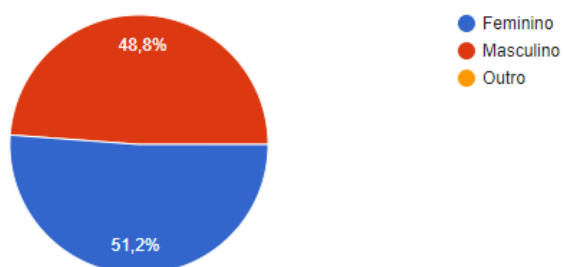
corrigir a questao antes

ter alguém a acompanhar-nos

aumentar o tamanho da sala

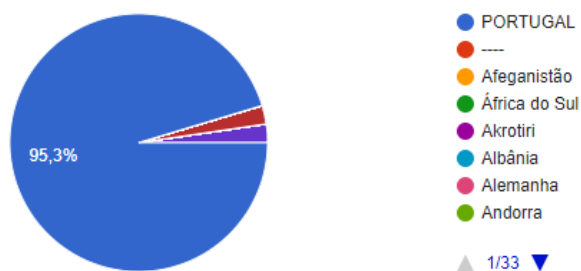
6. Por favor, selecione o seu género:

43 respostas



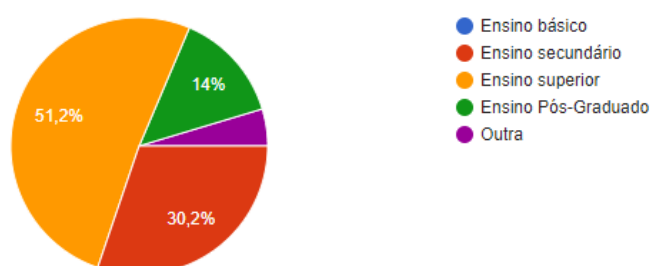
7. Selecione, por favor, a sua nacionalidade:

43 respostas



8. Pode, por favor, indicar as suas habilitações académicas?

43 respostas



Se respondeu "Outra", por favor, indique qual:

3 respostas

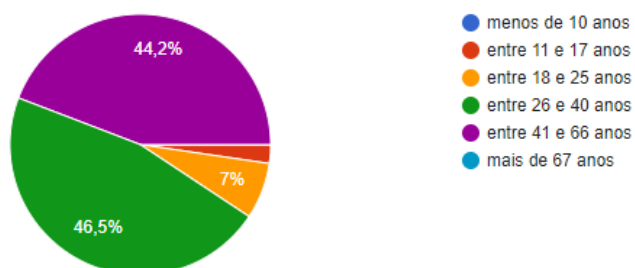
Mestrado

Portuguesa

técnico

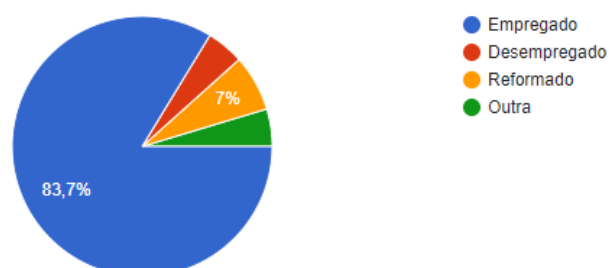
9. Por favor, indique a faixa etária em que se insere:

43 respostas



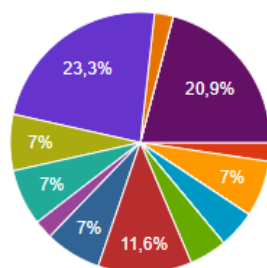
10. Qual a sua atual situação profissional?

43 respostas



11. Selecione o tipo de atividade económica em que a sua especialidade profissional se insere:

43 respostas



- Agricultura, produção animal, caça, sil...
- Indústrias extractivas
- Indústrias transformadoras
- Electricidade, gás e água
- Construção
- Comércio por grosso e a retalho (...)
- Transporte e armazenagem
- Alojamento, restauração e similares

▲ 1/3 ▼

Deixe-nos o seu comentário/observações:

3 respostas

Enalteço a iniciativa e dedicação à cultura/turismo por parte de Vanda L. Costa.

parabéns pela iniciativa

Um guia a acompanhar a visita ajudava a perceber melhor algumas coisas

Grata pela sua colaboração!

Anexo XIII – Inquiry for academic research: visit to CITA

Versão do questionário “visita ao CITA” em inglês.



Inquiry for academic research: visit to CITA

Dear participant,

This survey intends to acquire data regarding tourist visitation to Almourol Templar Interpretation Center (CITA), in order to include it in a study about tourism in the region, and focused on the importance and relevance of this cultural equipment.

Therefore, please answer the questions below. The answers will be kept anonymous and will be used exclusively for this tourism-cultural visitation study.

Thank you in advance for your participation.

***Obrigatório**

About the visit at Almourol Templar Interpretation Center (CITA)

1. Your visit at CITA was motivated by *

- ☐ a visit to the region
- ☐ a visit to Almourol Castle
- ☐ a visit to others places
- ☐ Due to personal motivation and interest in Templar themes
- ☐ Other

If you answered "Other", please indicate which one:

A sua resposta

2. How did you become aware of CITA? *

- ☐ Through the media (TV, newspapers, radio, etc.)
- ☐ Through social media (Facebook, Instagram, Twitter, etc.)
- ☐ Through Vila Nova da Barquinha's tourist promotion
- ☐ Through friends
- ☐ At school
- ☐ At work
- ☐ Other

3. Your general satisfaction with CITA's visitation can be described as: *

- ☐ Low
- ☐ Average
- ☐ High
- ☐ Very High
- ☐ Total

Based on what you saw and experienced, please mention what you consider:

4. more pleasant *

A sua resposta

5. less pleasant *

A sua resposta

And what do you suggest that can improve this experience (optional)

A sua resposta

About the profile of CITA's visitor:

6. Gender: *

- ☐ Female
- ☐ Male
- ☐ Other

7. Please tell us your nationality: *

A sua resposta

8. State your educational background: *

- ☐ Primary school
- ☐ Secondary school
- ☐ Higher Education (undergraduate)
- ☐ Higher Education (graduate)
- ☐ Other

If you answered "Other", please indicate which one:

A sua resposta

9. Please select the age group you're in: *

- ☐ less than 10 years old
- ☐ between 11 and 17 years old
- ☐ between 18 and 25 years old
- ☐ between 26 and 40 years old
- ☐ between 41 and 66 years old
- ☐ more than 67 years

10. What is your current professional situation? *

- ☐ Employed
- ☐ unemployed
- ☐ retired
- ☐ Other

11. Please select the economic sector to which your professional occupation belongs is inserted: *

Selecionar ▼

Leave us your comments:

A sua resposta

Thank you for your cooperation!

Vanda L. Costa
Master's student in Development of Cultural Tourism Products

Submeter

Página 1 de 1

Anexo XIV – Guião de Entrevista aos *stakeholders* locais



TURISMO

A recente evolução do turismo em Portugal é uma realidade incontornável, para a qual contribuíram fatores endógenos ao território, nomeadamente a existência de uma herança patrimonial distinta.

O património cultural português, devido à multiplicidade e autenticidade que o distingue, apresenta-se assim como forte fator de atratividade para exploração turístico-cultural do território, considerando-se de importância máxima a aplicação de estratégias de interpretação patrimonial adequadas, que concorram para a qualificação da experiência turística.



PORQUÊ?

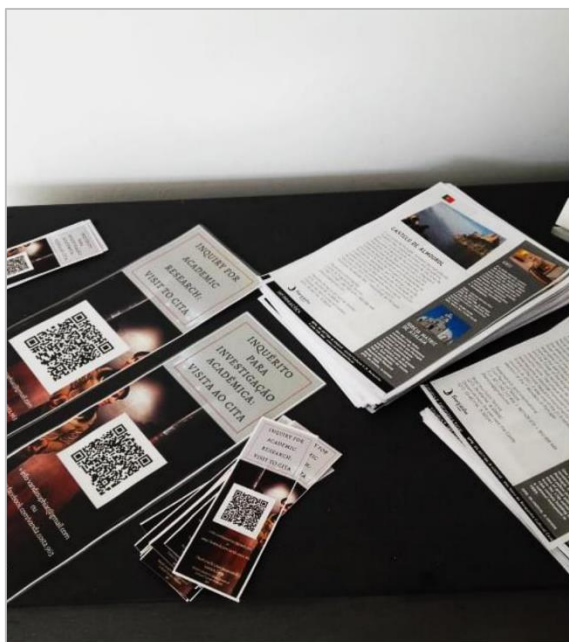
- A importância desta investigação é atestada pela crescente criação de espaços dedicados à interpretação e disseminação do património cultural que, a acompanhar o crescimento do setor do turismo, se multiplicaram nos últimos anos.
- Perante esta realidade, e após revisão bibliográfica que confirmou a existência de parques conteúdos direcionados, estritamente, para as linhas de ação de dinamização turístico-cultural dos Centros de Interpretação, foi desenhada e encetada a presente linha de investigação.



PARA QUÊ?

- Analisar e refletir sobre a importância do Património Cultural e da interpretação patrimonial no setor do turismo;
- Estudar e descrever a realidade dos Centros de Interpretação;
- Contribuir para o enriquecimento de estratégias de interpretação patrimonial para equipamentos turísticos;
- Promover e colaborar na operação turística do Centro de Interpretação Templário de Almourol.
- Desenhar, estruturar e propor um modelo de gestão turístico-cultural aplicável ao CITA e extensivo a equipamentos desta tipologia.





Como?

- Observação participante (relação da investigação com o caso de estudo, durante toda a investigação);
- Revisão bibliográfica;
- Trabalho de campo e *benchmarking*;
- Recolha de dados junto dos visitantes CITA: inquéritos;
- Recolha de dados junto dos decisores políticos, *stakeholders* locais e outras figuras de relevo na comunidade.

O CONVITE

No âmbito da dissertação intitulada “Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha”, desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V. Exa., o v/ parecer em relação às 4 questões seguintes:

A ENTREVISTA

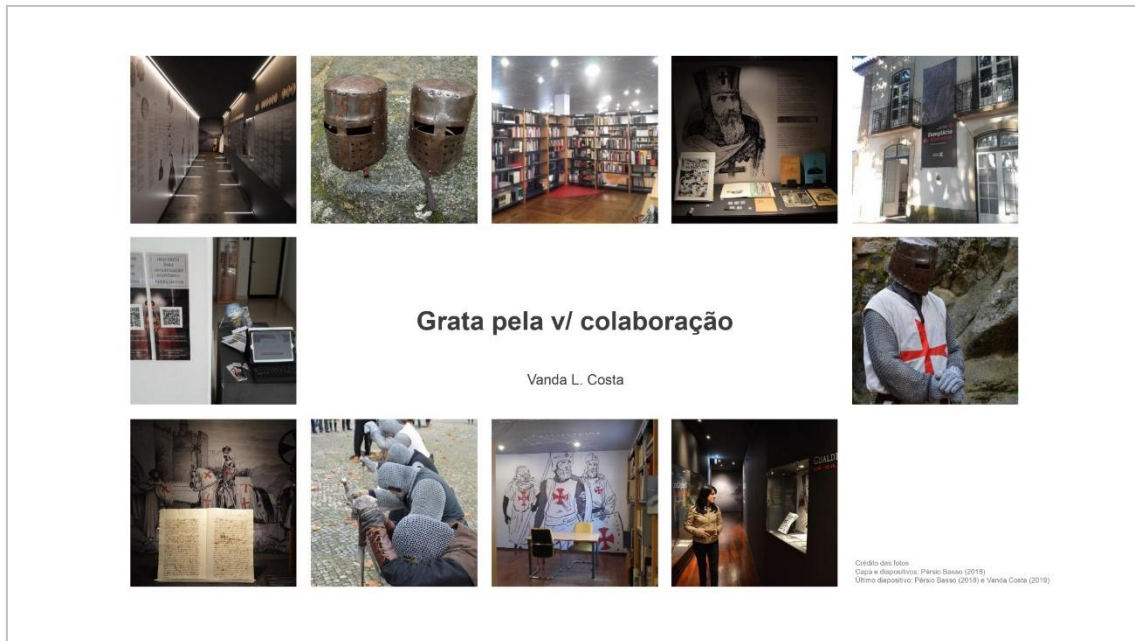
- QUESTÃO 1** Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha?
- QUESTÃO 2** Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante?
- QUESTÃO 3** Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários:
Exemplo: "menor / maior procura turística"
- QUESTÃO 4** Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo?
Indique n.º de 1 a 5
- 1 - nada importante
 - 2 - pouco importante
 - 3 - importante
 - 4 - muito importante
 - 5 - totalmente importante

AS RESPOSTAS À ENTREVISTA

Para responder a esta entrevista considere uma das três opções abaixo apresentadas:

- ▶ Para responder online, clique no link <https://forms.gle/oTqYL3rz1pvknpte6>
- ▶ Presencialmente (agendamento de data através de 91 735 02 17)
- ▶ Via email para vandasophiac@gmail.com





Anexo XV – Entrevistas aos *stakeholders* locais - respostas

1/10 - Entrevista rececionada a 12 de setembro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

O Rio Tejo e o Castelo de Almourol.

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

Características da paisagem e a localização do Concelho. Importância relevante do Campo Escolar.

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/menor procura turística") *

Maior desenvolvimento turístico no Concelho e maior procura de alojamento e restauração.

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNhdnQ5vPaefDvx5ICHDP4gSf...> 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☐ 4. muito importante
- ☒ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☐ Sim
- ☒ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxrfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNhdmQ5vPaefDvx5ICHDP4gSf...> 2/2

2/10 - Entrevista rececionada a 23 de setembro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

Castelo de Almourol

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

Parque de esculturas

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/maior procura turística") *

Maior procura interna, oferta internacional integrada com outros municípios da região (produtos e experiências conjuntas).

https://docs.google.com/forms/d/1HMTfy955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNhfAGiShnOUc-PLBAZfhA_hV... 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guia de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☒ 4. muito importante
- ☐ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☒ Sim
- ☐ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxrfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNhFAGiShnOUc-PLBAZfhA_hv... 2/2

3/10 - Entrevista rececionada a 23 de setembro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

Parque de Escultura Contemporânea Almourol

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

Castelo de Almourol

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/menor procura turística") *

Crescente valorização do património cultural; maior procura turística; maior desenvolvimento da região

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNj9GjSwrqo-hFneT1d2LKHwdz...> 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guia de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☒ 4. muito importante
- ☐ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☒ Sim
- ☐ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxrFURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNj9GjSwrqo-hFneT1d2LKHwdz...> 2/2

4/10 - Entrevista rececionada a 30 de setembro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

Centro de Estudos de Arte Contemporânea (com emergente reformulação de dinamização cultural e educativa)

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

O castelo de Almourol

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/menor procura turística") *

O Parque Ribeirinho, sendo a zona de lazer de maior atração populacional, possuir um programa de atividades, relacionadas com as expressões artísticas (artes visuais, música e dança), assim como o Centro Cultural.

Melhoramento dos acessos ao centro da vila, estacionamento de automóveis ou alternativas de transporte.

Gestão e distribuição moderada de estabelecimentos de comércio/ venda de produtos.

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNi2VmGb1c8MEeLV6tjNYU9rvy...> 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guia de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☐ 4. muito importante
- ☒ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☐ Sim
- ☒ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxrfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNi2VmGb1c8MEeLV6tjNYU9rvy...> 2/2

5/10 - Entrevista rececionada a 10 de outubro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

Sem dúvida... O magnífico Castelo de Almourol

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

O Castelo de Almourol conjugado com o Rio com a gastronomia local. Seria fabuloso o caminho pedestre junto ao Rio entre Vila Nova da Barquinha e Constância. Atrairá concerteza muitos turistas.

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/maior procura turística") *

Se os próximos investimentos que estão programados se concretizarem vai alimentar exponencialmente a procura turística.

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfy955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNjicemf7izpi-c4TQFcTGzuZ8K...> 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guia de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☐ 4. muito importante
- ☒ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☒ Sim
- ☐ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNjicemT7izpi-c4TQFcTGzuZ8K...> 2/2

6/10 - Entrevista rececionada a 21 de outubro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

Templarismo (castelo, centro e biblioteca)

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

Almourol

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/maior procura turística") *

Maior procura pela especificidade da oferta cultural

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNhl8YVCgFRj-yydkYo7-0pu26...> 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guia de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☒ 4. muito importante
- ☐ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☐ Sim
- ☒ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNhlvI8YVCgFRj-yYdkYo7-0pu26...> 2/2

7/10 - Entrevista rececionada a 21 de outubro de 2019

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guião de entrevista

No âmbito da dissertação intitulada "Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha", desenvolvida em sede do mestrado Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar, informamos que pretendemos realizar uma entrevista a um grupo restrito de especialistas, que atuam diretamente ou indiretamente no desenvolvimento do CITA.

Assim, e mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V.Exa.,o v/ parecer em relação às 4 questões abaixo apresentadas.

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha? *

Centro de interpretação de arqueologia do alto Ribatejo

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante? *

Parque de escultura contemporânea Almourol

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/maior procura turística") *

Maior procura turística

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNib0LkLXXmb4Bv-vKBYTTrYvp...> 1/2

07/11/2019

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: guia de entrevista

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? *

- ☐ 1. nada importante
- ☐ 2. pouco importante
- ☐ 3. importante
- ☐ 4. muito importante
- ☒ 5. totalmente importante

Indique o seu nome: *

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta? *

- ☐ Sim
- ☒ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1HMTfyr955G8crVXX9N5BdAJbCG8iAxfURlySDzoYJY/edit#response=ACYDBNib0LkLXXmb4Bv-vKBYTTtYvp...> 2/2

8/10 - Entrevista rececionada a 23 de setembro de 2019

07/11/2019

Gmail - Centros de Interpretação e Turismo Cultural: Entrevista



Vanda Costa <vandasophiac@gmail.com>

Centros de Interpretação e Turismo Cultural: Entrevista

Para: Vanda Costa <vandasophiac@gmail.com>

23 de setembro de 2019 às 11:04

Cara Vanda

Envio as respostas:

1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha?

Castelo de Almourol

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante?

Castelo de Almourol e CITA, aliados na temática templária, devido ao contexto regional de possível interligação em rota, numa perspetiva de captação de turistas ao território sobre a alçada desta importante temática nacional e internacional.

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/maior procura turística")

Maior procura turística alicerçada em produtos turísticos estruturados e integrados no domínio da intermunicipalidade, com captação de fluxos turísticos de Tomar (convento de Cristo) e de Fátima (turismo religioso).

No domínio da temática Templária, das Artes e da Ciência, como produtos de afirmação turística presentes no território.

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? (indique o n.º entre 1 e 5)

5 - totalmente importante

Com os melhores cumprimentos,



<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=bd49b893cf&view=pt&search=all&permmsgid=msg-f%3A1645463891567823104&simpl=msg-f%3A1645463...> 1/2

9/10 - Entrevista rececionada via email a 24 de setembro de 2019**1. Qual é, para si, o atrativo cultural mais importante de Vila Nova da Barquinha?**

O Castelo de Almourol é o atrativo mais emblemático do Concelho pois basta constatar quantas vezes a sua imagem é utilizada como exemplo do setor turístico. Para além da sua localização privilegiada, numa ilha do Rio Tejo, garante da sua beleza paisagística, a sua associação à Ordem Templária torna-o um captador de públicos. Atualmente existe um certo atrativo pelo estudo dos Templários e do seu misticismo o que tem potenciado visitas aos locais associados a esta Ordem Religiosa.

2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante?

Na sequência do Castelo de Almourol surgiu recentemente o CITA que pretende criar um espaço de divulgação dos Templários. Contudo, no que se considerar como turismo cultural consistente, importa associar este centro a todo um vasto património conhecido/desconhecido da presença desta Ordem e da sua sucedânea neste Concelho.

Neste contexto associar em permanência o CITA, não só ao Castelo de Almourol, mas também à pesquisa da Comenda de Payo de Pelle com o intuito de fazer um roteiro envolvendo todo esse património material seria uma mais valia para fazer sobressair aquilo que atualmente é exclusivamente um espaço de exposições. O perigo deste tipo de investimento rapidamente se esgota senão conseguir surpreender pelo inédito de forma constante. Apostar na singularidade do concelho é um fator importante para a atração turística. A existência de variadíssimos monumentos, e a diversidade de eventos culturais são relevantes para uma estratégia turística direcionada para turistas internos e externos. Associar os vários polos turísticos já implementados com futuras manifestações/eventos de Turismo Religioso ou do Turismo Militar poderão ser uma aposta essencial. E aqui tudo se direciona, mais uma vez para a Ordem Militar Templária ou na possibilidade de criação de um Centro de Interpretação do CEP atendendo também à temática da Grande Guerra. Tudo está cá...basta ter ideias e planificá-las e não deixar que "se corra ao sabor das marés".

Por fim, e tendo em conta a importância da comunicação, atender ao cuidado permanente de divulgar o que se faz no concelho para além dos seus limites geográficos.

3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/menor procura turística")

Cenário 1 (procura turística reduzida) – Degradação de investimento nos setores vitais e nas sinergias existentes e situação de inexistência de fluxos turísticos;

Cenário 2 – (procura turística média) - Delinear de uma estratégia turística não consistente que levará à diminuição gradual de visitantes ou à captação de um tipo de turistas que vai "passando" e não é seduzido e fidelizado pelo que o Concelho tem de mais atrativo em termos patrimoniais, quer seja de índole histórica, quer de cariz natural.

Cenário 3 – (procura turística elevada) - Um concelho com grande dinamismo turístico assente na diversidade paisagística e patrimonial...organização de manifestações culturais/desportivas diversificadas envolvendo várias temáticas.

4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo (indique o n.º entre 1 e 5).

1 - nada importante

2 - pouco importante

3 - importante

4 - muito importante

5 - totalmente importante

10/10 – Entrevista realizada pessoalmente no dia 22 de setembro de 2019 | resumo

LOCAL:	Vila Nova da Barquinha
DURAÇÃO:	aprox. 45 min.
1. Qual é para si o atrativo mais importante de Vila Nova da Barquinha?	“O Parque de Esculturas Contemporânea Almourol”
2. Para a estratégia atual de turismo de Vila Nova da Barquinha, qual o ícone que considera mais importante?	“A arte”
3. Imagine Vila Nova da Barquinha daqui a 5 anos. Como prevê o panorama turístico nesse momento? Indique 3 cenários (ex: "menor/maior procura turística")	<p>1. “Mais caminhantes (de Santiago), mas convém identificar melhor os caminhos, os hotéis e os principais serviços complementares existentes na Vila”</p> <p>2. “ Mais divulgação, maior aposta no comércio local, e tomada de medidas para melhoramento da qualidade de vida dos residentes, e dos visitantes”</p>
4. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo? 1. nada importante 2. pouco importante 3. importante 4. muito importante 5. totalmente importante	4. Muito importante

Anexo XVI – Guião de Entrevista aos *stakeholder* externos – entidades intermunicipais

Enviado a 11 de setembro de 2019



O TURISMO

A recente evolução do turismo em Portugal é uma realidade incontornável, para a qual contribuíram fatores endógenos ao território, nomeadamente a existência de uma herança patrimonial distinta.

O património cultural português, devido à multiplicidade e autenticidade que o distingue, apresenta-se assim como forte fator de atratividade para exploração turístico-cultural do território, considerando-se de importância máxima a aplicação de estratégias de interpretação patrimonial adequadas, que concorram para a qualificação da experiência turística.



PORQUÊ?

- A importância desta estratégia é atestada pela crescente criação de espaços dedicados à interpretação e disseminação do património cultural que, a acompanhar o crescimento do setor do turismo, se multiplicaram nos últimos anos.
- Perante esta realidade, e após revisão bibliográfica que confirmou a existência de parques conteúdos direccionados, estritamente, para as linhas de ação de dinamização turístico-cultural dos Centros de Interpretação, foi desenhada e encetada a presente linha de investigação.

NON NOBIS ·
DOMINE
NON NOBIS ·
SED NOMINI
· TUO DA ·
GLORIAM ·

PARA QUÊ?

- Analisar e refletir sobre a importância do Património Cultural e da interpretação patrimonial no setor do turismo;
- Estudar e descrever a realidade dos Centros de Interpretação;
- Contribuir para o enriquecimento de estratégias de interpretação patrimonial para equipamentos turísticos;
- Promover e colaborar na operação turística do Centro de Interpretação Templário de Almourol.
- Desenhar, estruturar e propor um modelo de gestão turístico-cultural aplicável ao CITA e extensivo a equipamentos desta tipologia.



Como?

- Observação participante (relação da investigação com o caso de estudo, durante toda a investigação);
- Revisão bibliográfica;
- Trabalho de campo e *benchmarking*;
- Recolha de dados junto dos visitantes CITA: inquéritos;
- Recolha de dados junto dos decisores políticos, *stakeholders* locais e outras figuras de relevo na comunidade.



A GRANDE QUESTÃO:

O que é um Centro de Interpretação?

**Para nós,
é um
equipamento
que reúne
as seguintes
caraterísticas:**



1. Receciona os visitantes no (ou ao) território



2. Apresenta os atrativos envolventes



3. Comunica o património natural e cultural, local



4. Proporciona orientação à visita



5. Promove a salvaguarda e a educação patrimonial/ambiental



6. Transmite e Transfere o Conhecimento



7. Promove a investigação aplicada em função das necessidades



Com base nas características anteriormente mencionadas, quais os equipamentos existentes na sub-região do Médio Tejo que considera enquadrarem-se, no conceito de centro de interpretação apresentado?

Envie-nos a sua resposta para: vandasophiac@gmail.com

Grata pela v/ colaboração!

A Mestranda
Vanda L. Costa
(+351) 91 73502 17



Caféline e as Sós
Pórese Branco (2010) e Vanda Costa (2014)

Anexo XVII – Guião de Entrevista aos *stakeholder* externos – funções de administração em equipamentos similares





O TURISMO

A recente evolução do turismo em Portugal é uma realidade incontornável, para a qual contribuíram fatores endógenos ao território, nomeadamente a existência de uma herança patrimonial distinta.

O património cultural português, devido à multiplicidade e autenticidade que o distingue, apresenta-se assim como forte fator de atratividade para exploração turístico-cultural do território, considerando-se de importância máxima a aplicação de estratégias de interpretação patrimonial adequadas, que concorram para a qualificação da experiência turística.



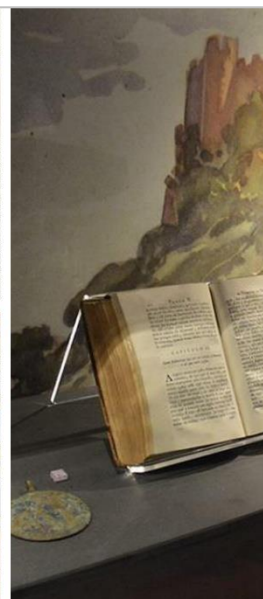
PORQUÊ?

- A importância desta estratégia é atestada pela crescente criação de espaços dedicados à interpretação e disseminação do património cultural que, a acompanhar o crescimento do setor do turismo, se multiplicaram nos últimos anos.
- Perante esta realidade, e após revisão bibliográfica que confirmou a existência de parques conteúdos direcionados, estritamente, para as linhas de ação de dinamização turístico-cultural dos Centros de Interpretação, foi desenhada e encetada a presente linha de investigação.



PARA QUÊ?

- Analisar e refletir sobre a importância do Património Cultural e da interpretação patrimonial no setor do turismo;
- Estudar e descrever a realidade dos Centros de Interpretação;
- Contribuir para o enriquecimento de estratégias de interpretação patrimonial para equipamentos turísticos;
- Promover e colaborar na operação turística do Centro de Interpretação Templário de Almourol.
- Desenhar, estruturar e propor um modelo de gestão turístico-cultural aplicável ao CITA e extensivo a equipamentos desta tipologia.

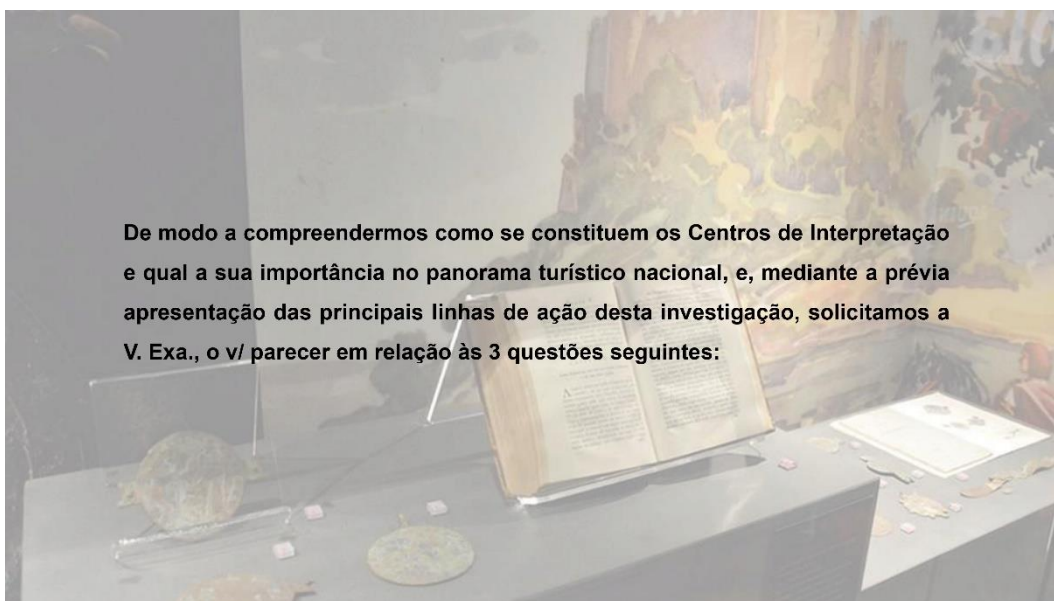


Como?

- Observação participante (relação da investigação com o caso de estudo, durante toda a investigação);
- Revisão bibliográfica;
- Trabalho de campo e *benchmarking*;
- Recolha de dados junto dos visitantes CITA: inquéritos;
- Recolha de dados junto dos decisores políticos, *stakeholders* locais e outras figuras de relevo na comunidade.



De modo a compreendermos como se constituem os Centros de Interpretação e qual a sua importância no panorama turístico nacional, e, mediante a prévia apresentação das principais linhas de ação desta investigação, solicitamos a V. Exa., o v/ parecer em relação às 3 questões seguintes:



O que é um Centro de Interpretação?

QUESTÃO 1 O que é, para si, um Centro de Interpretação?

QUESTÃO 2 Para a atual estratégia nacional de Turismo, qual a importância que atribui a estes equipamentos?

Indique n.º de 1 a 5

- 1 - nada importante
- 2 - pouco importante
- 3 - importante
- 4 - muito importante
- 5 - totalmente importante

QUESTÃO 3 Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo?

Indique n.º de 1 a 5

- 1 - nada importante
- 2 - pouco importante
- 3 - importante
- 4 - muito importante
- 5 - totalmente importante

Envie-nos a sua resposta para: vandasophiac@gmail.com

ou

Responda diretamente através do seguinte formulário online:

<https://forms.gle/nCpyg7YJ8x8FGwha6>

Grata pela v/ colaboração!

A Mestranda
Vanda L. Costa
(+351) 91 73502 17



Anexo XVIII –Entrevistas aos *stakeholders* externos - respostas

2 respostas

+

⋮

Não aceita respostas.

Mensagem para os inquiridos

Este formulário já não está a aceitar respostas

Resumo

Pergunta

Individual

1. O que é, para si, um Centro de Interpretação?

2 respostas

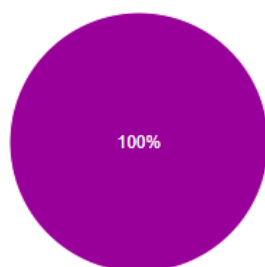
Um lugar através do qual se conta a história de forma acessível ao visitante. Essa história pode versar múltiplas formas do saber de modo a que a percepção pelo visitante seja clara sobre o património que visita.

Antes de mais, apenas me reporto para a experiencia do CIBA, e daí parto para outras conclusões. Um CI é simplesmente um espaço de conhecimento, mas acima de tudo é um espaço de transmissão e mediação de conhecimento. Facilitador da interpretação de uma temática indo ao encontro do espectador/visitante. Todavia um CI: Não é um Museu, mas pode ter componente museológica. Também não é um centro de investigação, mas pode (e deve) investigar, utilizando para isso os recursos disponíveis. A sua acção é a de explicar o significado de algo através de mediação, no caso de o CI ter um Serviço Educativo. No caso do CIBA, encontrámos um espaço museológico sem espólio (logo não poderia ser museu...), sendo necessário recorrer à exploração de uma ideia de batalha, de um legado histórico, imaterial e através de ferramentas virtuais poder passar a mensagem aos visitantes, face à dificuldade da salvaguarda do único objecto patrimonial, composto por um sistema defensivo (já descoberto em 1958). Em suma, considero que um CI é um espaço museológico, de investigação (no nosso caso de arqueologia), de transmissão de conhecimento...



3. Como valoriza a importância da Administração Pública no Turismo?

2 respostas



- 1. nada importante
- 2. pouco importante
- 3. importante
- 4. muito importante
- 5. totalmente importante

Indique o seu nome:

2 respostas

Elvira Sequeira

João Mareco

Indique o nome Centro de Interpretação que representa:

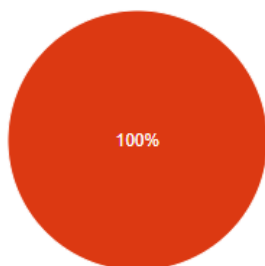
2 respostas

Grutas de Lapas

Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

Deseja manter a confidencialidade na sua resposta?

2 respostas



- Sim
- Não

Anexo XIX – Participação no ETM2019

Apresentação e comprovativo de participação no Encontro de Turismo Militar | 27 de setembro de 2019 | IPT | Tomar



A INVESTIGAÇÃO



3

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

CI & TURISMO CULTURAL: A INVESTIGAÇÃO

Porquê?

- Multiplicação de espaços dedicados à interpretação e disseminação do património cultural.

Para quê?

- Analisar e refletir sobre a importância do Património Cultural e da interpretação patrimonial;
- Estudar e descrever a realidade dos Centros de Interpretação;
- Contribuir para o enriquecimento de estratégias de interpretação patrimonial para equipamentos turísticos.

4

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019



(...) só a sua **interpretação** e leitura lhe confere um novo acréscimo de valor cultural e económico, transformando o recurso em produto/mercadoria.

António Queirós - A economia do Património e o Turismo (2016)

5

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

O que é um Centro de Interpretação?



6

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019



CENTRO DE INTERPRETAÇÃO TEMPLÁRIO VNB



“No período da Reconquista Cristã, foram sendo erguidas fortificações, nesta região, de forma a assegurarem a defesa das investidas muçulmanas. Assim, para além do Castelo de Almourol, a cintura defensiva desta zona era composta pelos já desaparecidos Castelos de Paio de Pelle e de Cardiga.”

(CMVNB, Rota dos Templários – Memória Descritiva, pág. 2)







Fotos 1, 2, 3, 4 e 5:
Inauguração do CITA,
Fonte: Basso, Pêrsio (18nov18))

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

A ATIVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL MILITAR EM VNB



9

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

DO CITA AO DELTA VNB, AO CASTELO ALMOUROL



Imagem 1: construção de proposta de circuito Delta Barquinha – CITA.
Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Vila+Nova+da+Barquinha>, set 2019

ROTAS INTERNACIONAIS
e/ou NACIONAIS (RI – RN)

ITINERÁRIOS REGIONAIS
(IR)

CIRCUITOS LOCAIS
(CL)



Foto 6: Delta Barquinha - altitude aproximada 160m. Fonte: Costa, Vanda. 10 junho 2019.



Foto 7: Delta Barquinha – documento de prova topográfica. Fonte: Costa, Vanda. 10 junho 2019.

10

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

DO CITA AO CASTELO DE OZÊZERE



Imagem 2: Localização estratégica dos Castelos de Cardiga, Almoural e do Zêzere, na defesa do Tejo | Módulo interativo CIEC. | Fonte: Costa, Vanda, set 2019.



Imagem 3: Castelo do Zêzere Séc. XI (Reconstituição hipotética).
Fonte: 3dwarehouse.sketchup.com



Foto 8: Vista geral da elevação onde se erguia o castelo de Ozêzere, e atualmente o cemitério de Praia do Ribatejo. | Fonte: Almeida, João, 2015.



Foto 9: Vista do local onde se erguia o castelo para norte, para montante da foz do Rio Zêzere.
Fonte: Almeida, João, 2015.

11

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

ATIVAÇÃO TURÍSTICA DAS ORDENS MILITARES



Imagem 4: cartaz de divulgação de à visita guiada ao RE nº 1, de Tancos.
Fonte: <http://www.cm-vnbarquinha.pt>, nov 2018

Antiga Enfermaria do Polígono Militar de Tancos, de onde se preparou a partida do 1.º Corpo Expedicionário Português (CEP) para a 1.ª Guerra Mundial.



Foto 10: Antiga Enfermaria do Polígono Militar de Tancos. Fonte: Google Maps, set 2019

12

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

“

*IV - O principal objetivo da Interpretação não é instrução, mas a **provocação**.*

Freeman Tilden, Interpreting Our Heritage (1957)

13

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar | Centros De Interpretação & Turismo Cultural | Tomar, 27 setembro 2019

CENTROS DE
INTERPRETAÇÃO &
TURISMO CULTURAL

Grata pela v/ atenção.

Vanda L. Costa

Tomar | 27 setembro 2019

ETM2019 - Encontro de Turismo Militar

ETM2019

ENCONTRO DE TURISMO MILITAR

26 E 27 DE SETEMBRO | TOMAR



CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO MILITAR PORTUGUÊS CERTIFICA A PARTICIPAÇÃO DE
VANDA COSTA, NA QUALIDADE DE ORADORA CONVIDADA
NO **ETM2019 - ENCONTRO DE TURISMO MILITAR**,
REALIZADO NOS DIAS 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2019, EM TOMAR.

Álvaro Covões
Presidente da Associação de Turismo Militar Português



Anexo XX – Matriz Experimental de Notoriedade Digital

VARIÁVEIS DE PESQUISA INDIVIDUAIS					VARIÁVEIS DE PESQUISA COMBINATÓRIA				
	TERRITÓRIO (A)	EQUIPAMENTO PRIMÁRIO (B)	EQUIPAMENTO SECUNDÁRIO (C)	TEMA (D)	COMBINAÇÕES				
ANÁLISE N.º 1	Vila Nova da Barquinha	ALMOUROL	Centro de Interpretação Templário Almourol	Templários	A + B	A + C	C + D	B + D	...
RESULTADOS OBTIDOS	1.220.000	252.000	7.370	1.480.000	57.500	8.240	310.00	56.800	
TEMPO DE OBTENÇÃO	0,71s	0,55s	0,75s	0,72s	0,60s	0,51s	0,40s	0,64s	
EXEMPLO 2: CIBA	TERRITÓRIO (A)	EQUIPAMENTO PRIMÁRIO (B)	EQUIPAMENTO SECUNDÁRIO (C)	TEMA (D)	COMBINAÇÕES				
	Porto Mós	Campo de S. Jorge	Centro de Interpretação Batalha de Aljubarrota	Batalha de Aljubarrota	A + B	A + C	C + D	B + D	...
RESULTADOS
DATA DA PESQUISA: 5/11/2019 (entre as 20:41 e as 20:49) MOTOR DE BUSCA: Google									



Instituto Politécnico de Tomar

www.ipt.pt